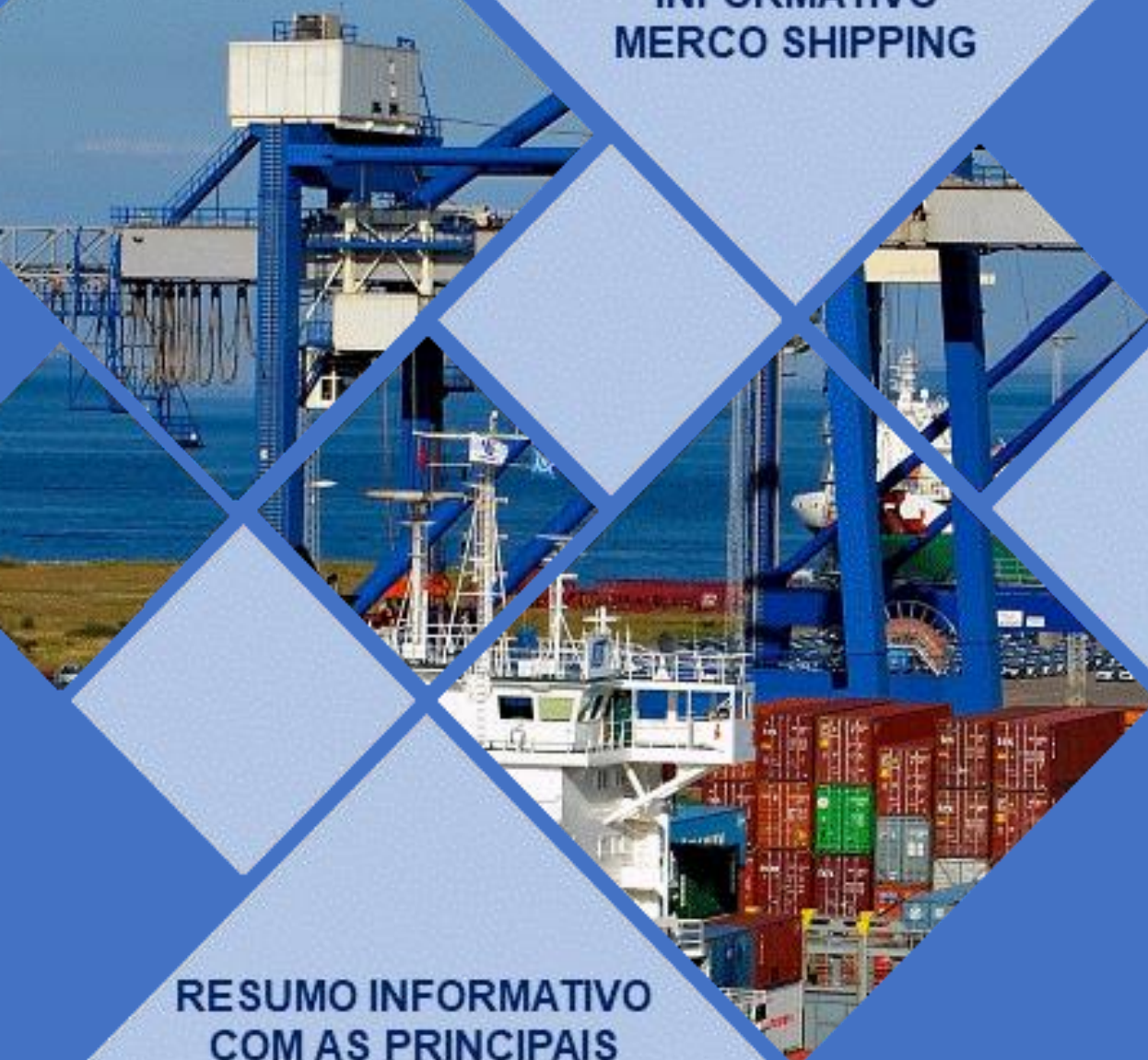


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 192/2023
Data: 22/11/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PERA FERROVIÁRIA DO PORTO DE SANTOS ESTÁ PREVISTA PARA 2026.....	4
CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA REGULAMENTAÇÃO DA PRATICAGEM.....	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
TERMINAL DE SAL SE PREPARA PARA RECEBER EÓLICAS OFFSHORE NO RN	6
ALAGOAS LIDERA RANKING DO MERCADO LIVRE DE GÁS NO BRASIL.....	7
COM GREVE DE SERVIDORES DA RECEITA, SAIBA COMO LIBERAR MERCADORIA	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
ANTAQ AUTORIZA LEILÃO DE ARRENDAMENTO SIMPLIFICADO NO PORTO DE MACEIÓ	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
RODOVIAS - CONEXÃO DO NORDESTE COM O CENTRO-OESTE, BR-030/BA/GO TERÁ 191,5 QUILOMETROS PAVIMENTADOS PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	10
TRÂNSITO - SENATRAN LANÇA ANTECIPA, FERRAMENTA PARA AJUDAR NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO	12
FERROVIAS - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CANAL PARA RECEBER CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE SOBRE PROJETO DA FERROGRÃO	14
RODOVIAS - NOTA À IMPRENSA SOBRE O LEILÃO DA BR-381/MG	14
RODOVIAS - SONHO ANTIGO DE BRASÍLIA, DUPLICAÇÃO DA BR-080/DF COMEÇA A VIRAR REALIDADE VIA MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – CAMINHO VERDE	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Número 2</i>	<i>16</i>
<i>Autonomia administrativa.....</i>	<i>16</i>
<i>Índice ambiental 1</i>	<i>17</i>
<i>Índice ambiental 2</i>	<i>17</i>
<i>Bahia.....</i>	<i>17</i>
NACIONAL - CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI QUE REGULA SERVIÇOS DE PRATICAGEM	17
NACIONAL - ALCKMIN OFICIALIZA INVESTIMENTO DE R\$ 270 MILHÕES PARA O SETOR AUTOMOTIVO	18
NACIONAL - WILSON SONS FIRMA ACORDO COM A BP PARA OPERAÇÃO PETROLEIRA NO RIO DE JANEIRO	19
NACIONAL - PORTOS PRECISAM SE ADAPTAR PARA RECEBER NAVIOS VERDES, DIZ SECRETÁRIA	20
NACIONAL - ESG SERÁ INSERIDO NOS FÓRUMS REGIONAIS DO BRASIL EXPORT EM 2024	21
NACIONAL - ANTAQ AVALIA INCLUIR ODS COMO CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO EM EDITAIS	22
NACIONAL - ESPECIALISTAS APONTAM TAXONOMIA COMO GRANDE TENDÊNCIA NA ERA ESG	24
NACIONAL - ALEX SCIACIO: “SETOR FINANCEIRO SERÁ FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA”	25
NACIONAL - EXECUTIVO VÊ BRASIL LIDERANDO AGENDA DE TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL DO MUNDO	25
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	26
PARTILHA VAI DEMANDAR 18 NOVAS PLATAFORMAS ATÉ 2033	26
MAERSK FECHA PRIMEIRO ACORDO DE FORNECIMENTO DE METANOL VERDE EM GRANDE ESCALA	28
AB AREIAS INAUGURA USINA SOLAR FLUTUANTE EM LAGO DE MINERAÇÃO	29
O IMPACTO DAS FRAUDES TRIBUTÁRIAS NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS DO BRASIL	30
PPSA PODE AJUDAR A CASAR OFERTA E DEMANDA DE GÁS, POR MEIO DE LEILÕES DE LONGO PRAZO, DIZEM ESPECIALISTAS	32
PPSA BUSCARÁ MAIS OPÇÕES DE COMPRADORES PARA O GÁS DA UNIÃO EM 2024, DIZ TABITA	34
RENOVABIO: PRODUTORES DE ETANOL DIZEM QUE POLÍTICA CUMPRE OBJETIVOS APESAR DE CENÁRIOS ADVERSOS.....	35
JORNAL O GLOBO – RJ.....	38
PARLAMENTARES E ESPECIALISTAS RESSALTAM QUE PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA É CONSTITUCIONAL	38
DEPUTADOS SE REÚNEM COM MINISTRO E AMEAÇAM DERRUBAR PORTARIA SOBRE TRABALHO EM FERIADOS	39
CMIG4: AÇÕES DA CEMIG DESPENCAM NA B3 APÓS ZEMA ACEITAR PROPOSTA DE REPASSE DA ESTATAL À UNIÃO.....	40
TCU ESTIMA EM R\$ 34 BILHÕES OS PAGAMENTOS IRREGULARES NO BOLSA FAMÍLIA ESTE ANO E DETERMINA MEDIDAS AO GOVERNO	41
ZANIN, DO STF, CASSA DECISÃO QUE RECONHECIA VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE ENTREGADOR E APLICATIVO RAPPI.....	42
PRIVATIZAÇÃO DA SABESP RECEBE SINAL VERDE DE COMISSÕES DA ALESP E ESTÁ PRONTA PARA SER VOTADA EM PLENÁRIO.....	43
TCU AUTORIZA GOVERNO A CUMPRIR PISOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO SOMENTE EM 2024.....	44
ZEMA ACEITA PROPOSTA DE PACHECO PARA REPASSAR À UNIÃO ATIVOS DE MINAS, COMO A CEMIG	45



BNDES E VALE TERÃO FUNDO DE INVESTIMENTOS PARA MINERAIS CRÍTICOS COM FOCO EM VEÍCULOS ELÉTRICOS , DIZ MERCADANTE	46
GOVERNO ESTÁ PERDENDO O CONTROLE DA ARRECADAÇÃO POR CONTA DE ISENÇÕES, DIZ SECRETÁRIO DA RECEITA	47
SEIS ESTADOS DO SUL E SUDESTE ANUNCIAM AUMENTO DO ICMS E CITAM 'PERDAS' COM A REFORMA TRIBUTÁRIA	48
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	49
GOVERNO ELEVA BLOQUEIO DE DESPESAS PARA R\$ 5 BI EM 2023 E AUMENTA PROJEÇÃO DE DÉFICIT	49
EMPRESAS DA BOLSA FECHAM TRIMESTRE COM RECEITAS EM ALTA, MAS LUCROS MENORES.....	51
COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO DE FUNDOS DOS SUPER-RICOS; PROPOSTA AINDA VAI AO PLENÁRIO.....	53
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PRECISA DE US\$ 37 TRI PARA ATINGIR METAS; INVESTIMENTOS AINDA SÃO METADE DISSO	54
TCU AUTORIZA GOVERNO A NÃO CUMPRIR PISO INTEGRAL DA SAÚDE EM 2023, VITÓRIA PARA HADDAD	55
TRABALHO AOS DOMINGOS: OU GOVERNO REVOGA PORTARIA, OU DERRUBAMOS NO VOTO, DIZ FRENTE DO COMÉRCIO.....	56
GOVERNO PREPARA BASES PARA LANÇAMENTO DE MERCADO REGULADO DE CARBONO	57
VALOR ECONÔMICO (SP).....	59
DESTAQUE NA INDÚSTRIA GLOBAL DO HIDROGÊNIO, BRASIL PRECISA EQUILIBRAR INTERESSES PARA OFERECER SEGURANÇA JURÍDICA A INVESTIMENTOS	59
GASTOS DA CHINA COM ENERGIA VERDE ESTÃO CAUSANDO SATURAÇÃO GLOBAL.....	61
AGU ENTRA COM AÇÃO NA JUSTIÇA CONTRA GREVE DE AUDITORES FISCAIS	64
TENSÕES AUMENTAM ENTRE VENEZUELA E GUIANA; ENTENDA A DISPUTA QUE ALARMA O BRASIL	65
EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS ALERTAM PARA IMPORTÂNCIA DA DESONERAÇÃO	68
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	69
PL APROVADO PERMITE ANTAQ EM COMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE PREÇO DA PRATICAGEM.....	69
PARLAMENTARES VISITAM ESTALEIROS E DEBATEM RETOMADA DA INDÚSTRIA COM UNIVERSIDADES NO RJ	70
ANTAQ DESCARTA METODOLOGIA PRÉ-DEFINIDA PARA ABUSIVIDADE NO ESCANEAMENTO.....	71
PETROBRAS INVESTE EM ROBÔS PARA AUTOMATIZAR INSPEÇÕES OFFSHORE	72
APOIADO PELA FINEP, BARCO VOADOR PROMETE REVOLUCIONAR TRANSPORTE NA FLORESTA AMAZÔNICA	73
OCYAN ADQUIRE PARTICIPAÇÃO NA VIDYA TECHNOLOGY, STARTUP BRASILEIRA ESPECIALIZADA EM INTEGRIDADE DE ATIVO.....	74
BASE RIO, DA WILSON SONS, APOIARÁ A LOGÍSTICA OFFSHORE DA BP PARA O BLOCO DE PAU BRASIL.....	75
ANP DIVULGA SEQUÊNCIA DA LICITAÇÃO DO 4º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE CONCESSÃO.....	75
ARTIGO - UM DOS MAIORES HUBS PORTUÁRIOS DO BRASIL ESTÁ NASCENDO NO RIO DE JANEIRO	76
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	77
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	77



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PERA FERROVIÁRIA DO PORTO DE SANTOS ESTÁ PREVISTA PARA 2026

Pátio circular possibilitará o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem

Por: Bárbara Farias



Pera ferroviária consiste em um pátio circular que possibilitará o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem Foto: Ricardo Botelho/Minfra

Solução logística estratégica, a construção da pera ferroviária começa a tomar forma. A infraestrutura será erguida pela nova cessionária privada da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) em uma área atualmente ocupada pelo terminal da Marimex. O canteiro de obras já está sendo instalado na altura do Canal do Mercado e a conclusão é prevista para o início de 2026.

A pera ferroviária consiste em um pátio circular que possibilitará o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem. Para a construção da estrutura, a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Marimex assinaram um acordo que estabelece uma troca. A empresa cede a área de 102 mil metros quadrados e recebe a do antigo Teval, do mesmo tamanho, para onde será transferida.

A Fips informou que “os trâmites para início da obra já foram iniciados — com empreiteira mobilizada e canteiro de obras sendo implantado”.

A pera ferroviária é uma das obras estruturantes previstas no contrato de cessão da Fips, em vigor desde o dia 1º de outubro, quando a companhia assumiu as operações no Porto de Santos. Além da pera, estão previstas a construção do pátio ferroviário entre o Canal 4 e a Ponta da Praia, com três vias férreas para atendimento aos terminais de celulose, viadutos para eliminação de passagens em nível e passarelas de pedestres.

Cronograma

O cronograma de obras já foi entregue pela cessionária à Autoridade Portuária. “O cronograma foi entregue pela Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-Fips) seguindo todos os prazos do contrato. A APS fará a análise das informações enviadas nos próximos dois meses”.

Para o presidente da APS, Anderson Pomini, a expansão ferroviária é fundamental para a necessidade das empresas instaladas no Porto de Santos, considerando que a capacidade ferroviária do complexo portuário está próxima da saturação — com 94% de utilização.

“Vejo a gestão da Fips comprometida a conduzir essa expansão, priorizando as obras que, de fato, vão agregar valor imediato para as operações e a segurança da comunidade”, disse Pomini.

Soluções

O presidente da Fips, João Almeida, afirmou que a empresa “seguirá valorizando e empreendendo as melhores soluções para a comunidade na relação Porto e Cidade, e isso se dará tanto em obras ligadas à operação, como também em projetos que tenham interesse social com segurança para a população – como a construção das passarelas –, agregando assim valor e resolvendo o conflito rodoferroviário”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/11/2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA REGULAMENTAÇÃO DA PRATICAGEM

Projeto de lei, que agora vai ao Senado, elenca exigências aos práticos e possibilidade de dispensa do serviço

Por: A Tribuna Digital - SP



O prático é o profissional responsável pelas manobras de embarcações nos portos Foto: Matheus Tagé/Arquivo/AT

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça (21), em votação simbólica, o projeto de lei que prevê a regulamentação econômica da praticagem. O texto, relatado pelo deputado Coronel Meira (PL-PE), segue agora para o Senado. Ele traz regras que dividem as avaliações dos setores de navegação e o da praticagem, principalmente no que tange à obrigatoriedade da contratação dos serviços do prático.

A praticagem é a atividade que conduz os navios na entrada e saída dos portos, tanto na sua navegação no canal de acesso quanto na atracação e desatracação. O serviço é realizado a bordo pelo prático, profissional que embarca de sua lancha no navio em movimento, a partir de uma escada estendida no costado da embarcação. A atividade busca trazer maior segurança na navegação em áreas com tráfego mais intenso e outras características que um comandante pode não ter familiaridade.

O projeto altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário e a Lei 10.233/2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O texto mantém a previsão de que o valor dos serviços siga livremente negociados entre a navegação e a praticagem. Ainda, mantém possibilidade de que esses valores sejam questionados e, em caráter extraordinário, excepcional e temporário, comprovado abuso de poder econômico ou defasagem de preço, que a Marinha instaure comissão para emitir parecer consultivo sobre o preço. Pelo texto, agora a Antaq também poderá fazer parte dessa comissão.

Detalhes

O projeto elenca as capacitações para exercer e manter a habilitação do serviço de praticagem pela autoridade marítima e estabelece a constituição dos serviços, a remuneração, os parâmetros para que a autoridade marítima institua anualmente a lotação dos profissionais e os casos em se pode dispensar o uso do prático. É justamente esse último ponto o mais polêmico.

Na proposta original, de 2019, previa-se que a autoridade marítima poderia “habilitar comandantes de navios de bandeira brasileira a conduzir a embarcação sob seu comando no interior de Zona de Praticagem específica ou em parte dela, sem a assessoria de prático”.

Agora, o texto diz que a dispensa não será possível para embarcações com mais de 500 AB. As exceções são para as hipóteses previstas pela autoridade marítima em regulamento específico. Para as dispensas feitas pela autoridade marítima, deverá ser observado que essa possibilidade se limita a navios de até 100 metros de comprimento, tendo que ser o comandante brasileiro com experiência mínima de 6 meses na área, com 2/3 da tripulação também brasileira, mediante análise de risco prévia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/11/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

TERMINAL DE SAL SE PREPARA PARA RECEBER EÓLICAS OFFSHORE NO RN

O potencial de eólica offshore no Rio Grande do Norte é grande.

Da Redação ME



O terminal Porto-Ilha de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, deve receber um investimento estimado em R\$ 500 milhões para ampliar a sua atuação e passar a receber equipamentos das eólicas offshore. Foto: Site da Intersal.

O Rio Grande do Norte está dando mais um passo para se concretizar como polo de logística para receber os equipamentos que desembarcarão para a futura implantação das usinas eólicas offshore. Criado como único terminal offshore para exportação de sal a granel, o Porto-Ilha de Areia Branca está se preparando para receber os equipamentos das eólicas offshore. O investimento estimado é da ordem de R\$ 500 milhões.

Ainda não existe o marco regulatório das eólicas offshore, mas somente o Rio Grande do Norte tem 10 empresas que deram entrada no pedido de licenciamento ambiental ao Ibama. Localizado em alto mar, a 26 km da costa de Areia Branca, o terminal é uma ilha artificial instalada no mar há cerca de 50 anos. Ele movimentava aproximadamente 2 milhões de toneladas de sal por ano.

O terminal planeja duplicar a sua área de 38 mil metros quadrados e comprar guindastes que possam movimentar de 500 a 700 toneladas. As peças e material usados nas montagens dos parques eólicos são enormes e pesados.

A intenção da empresa que administra o terminal é oferecer também hospedagem para os trabalhadores que vão atuar na montagem dos parques eólicos offshore. A ampliação do empreendimento está sendo negociada entre a Intersal e o grupo americano Edison Chouest Offshore, que tem experiência na área portuária e na indústria offshore. A Intersal está à frente do terminal desde 2022, quando deixou de ser operado pelo setor público. O terminal foi à leilão em 2021.

Por enquanto, uma parte da área do terminal é usada pelo Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER) para estudos sobre o potencial eólico e pesquisas ligadas às variáveis oceanográficas. O Senai pretende implantar um espaço de testes para a indústria offshore no local.

De acordo com informações da Intersal, será mantido todo o espaço destinado à movimentação do sal e será implantado uma área anexa para receber os equipamentos e pessoas envolvidos na implantação dos parques eólicos offshore. O Rio Grande do Norte é responsável por 95% da produção do sal.

No entorno das eólicas offshore

O governo do Rio Grande do Norte planeja implantar um Porto Indústria Verde entre os municípios de Caiçara do Norte e Galinhos, que serviria para os equipamentos das futuras eólicas offshore serem fabricados/montados. Depois disso, eles seguiriam para o terminal do Porto-Ilha de Areia Branca, de onde sairiam para ser instalados.

O Rio Grande do Norte é um dos maiores produtores de energia eólica em terra. A expectativa é que as primeiras eólicas offshore entrem em operação em 2030. “O grande potencial eólico está ao nosso redor, a algumas horas de navegação, e dependendo das embarcações, é possível chegar bem mais rápido até ele. Também estamos próximos a Mossoró, que tem aeroporto, conexão com o resto do Brasil, e enxergamos que tudo isso facilita uma instalação portuária para desenvolver projetos e negócios no seu entorno”, afirma o diretor executivo da Intersal, Valmir Araújo.

Fonte: *Mercos Shipping Marítima Ltda*

Data: 22/11/2023

ALAGOAS LIDERA RANKING DO MERCADO LIVRE DE GÁS NO BRASIL

O intuito é apoiar trazer maior clareza sobre a importância da abertura do mercado e gás.

Da Redação ME



Alagoas sancionou a primeira legislação sobre o mercado livre de gás natural/Foto: Pixabay

O estado de Alagoas é líder nacional no Ranking do Mercado Livre de Gás (Relivre). A posição foi divulgada nesta terça-feira (21), durante coletiva de imprensa on-line promovida pela Relivre. A ferramenta aponta os pontos fortes e os potenciais aprimoramentos para cada estado.

Foram apresentadas as atualizações de cinco estados: Alagoas (Lei nº 9.029/2023), Santa Catarina (Resolução nº 263/2023, Resolução 136 Rev 1/2022), Rio Grande do Sul (Resolução Normativa nº 68/2023), Mato Grosso do Sul (Portaria nº 235/2022) e Amazonas (Resolução ARSEPAM nº 05/2023).

Com a Lei nº 9.029/2023, Alagoas sanciona a primeira legislação sobre o mercado livre de gás natural. Isso garante a liderança no ranking e com uma grande margem de diferença, uma pontuação de quase 78% no total, tendo o Espírito Santo com cerca de 60% e Minas Gerais com aproximadamente 55% no segundo e terceiro lugar, respectivamente.

A metodologia utilizada se divide em quatro itens: isonomia; facilidade de migração; desverticalização e comercialização. O intuito é apoiar e projetar alterações das regras estaduais em prol de um ambiente dinâmico, além de trazer maior clareza sobre a importância da abertura do mercado e gás.

A analista de Energia, Natália Seyko, da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace) destaca a facilidade de migração em Alagoas. Este item é uma novidade para o país em relação ao aspecto regulatório, incentivando uma dinamização maior do consumo de gás no mercado livre.

Isonomia

“Vemos ainda que a regulação promove uma isonomia de tratamento e não atribui tantas incidências de encargos adicionais para o mercado livre, que também é um fator bastante positivo, traz uma neutralidade de receitas com penalidades, de forma a não promover a aferição de receitas extraordinárias com penalidades pela distribuidora”, comenta.

Quanto à comercialização, o estado de Alagoas não traz nenhuma taxa de fiscalização, nem outras obrigações. Já no quesito desverticalização, estabelece de forma clara a separação das atividades, de distribuição e de comercialização.

A assessora jurídica da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip), Daniela Santos, salienta que o Relivre não inventa regra, a regra já é dada por um Estado

vizinho que eventualmente está mais próximo de um mercado livre. Quando o Relivre foi criado, a intenção era ter o que ocorreu em Alagoas.

“Alagoas está de parabéns. É um início sem fim, visando o crescimento. O diferencial foi discutir e ver como superar os desafios junto aos envolvidos, observando o que é possível e o que não trava o investimento, ao mesmo tempo mantém as contribuições, a força e o prestígio para as distribuidoras. A ideia tem que ser justamente essa. Então, é agregar para formular uma norma. Esse foi o grande mérito de Alagoas”, destaca.

A secretária de Estado da Fazenda de Alagoas, Renata dos Santos, esteve presente na coletiva e aproveitou para ressaltar que houve uma colaboração de diferentes atores desde o início. “Muitas vezes, o Estado não consegue ter a dimensão de todos os prismas de um setor. Então, sentamos para discutir com todos os envolvidos em busca de melhorias.”

Indústrias de gás

Renata pontua que política pública se faz também com diálogo. “Produtores e consumidores puderam colocar suas visões, seus anseios e seus objetivos, para trazermos uma lei moderna, pensando no dinamismo presente para não engessá-la posteriormente. Assim, podemos estimular o desenvolvimento econômico e ser um estado atrativo para novas indústrias consumidoras de gás”.

O diálogo com os estados sobre o ponto de vista dos consumidores e produtos também é um ponto forte na análise. O diretor de gás natural da Abrace, Adrianno Lorenzon, reforça que a política pública de ouvir todos os lados é um grande diferencial.

“É necessária a disposição de ouvir todos os lados na hora de desenhar uma política pública, uma lei que não é contra ninguém. Não é contra nenhum segmento, é a favor do Estado. Tem que ser uma relação de ganho mútuo no mercado. Isso é o que o Relivre defende. O Governo de Alagoas, a Assembleia e os deputados entenderam isso”, frisa.

Conheça o Relivre

O Ranking do Mercado Livre de Gás (Relivre) é uma ferramenta de acompanhamento das normas estaduais do mercado livre de gás natural. O objetivo é incentivar melhorias regulatórias nos estados, apontando sugestões de aprimoramento e possibilitando realizar comparações com outras normas.

Aperfeiçoado e elaborado em conjunto com agentes de diferentes elos da cadeia – produtores (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP e Abpip) e grandes consumidores (Abrace), visa destacar os aspectos regulatórios de cada estado para a efetiva abertura do mercado de gás natural.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/11/2023

COM GREVE DE SERVIDORES DA RECEITA, SAIBA COMO LIBERAR MERCADORIA

Advogado alerta para custos com armazenagem, demurrage e outras despesas com a mercadoria retida.

Da Redação ME



Exportações de frutas: estimativa é de que saiam do Ceará, na temporada atual, 7.200 contêineres refrigerados de melão, manga, uvas, melancia e manga

Nas aduanas, incluindo portos, aeroportos e zonas de fronteiras, os auditores deverão cumprir uma operação padrão, que reterá mercadoria/Foto: divulgação Porto de Pecém

Audidores fiscais da Receita Federal entraram em greve nacional, em virtude do não pagamento do “Bônus de



Eficiência” – benefício que deveria ser incorporado ao salário dos servidores. Com a paralisação, que teve início nessa segunda (20), importadores e exportadores brasileiros precisam redobrar a atenção para não perderem tempo nem dinheiro com a retenção de mercadorias.

Nas aduanas, incluindo portos, aeroportos e zonas de fronteiras, os auditores deverão cumprir uma operação padrão, o que implicará em aumento de tempo para desembarço aduaneiro de mercadorias importadas e exportadas.

O que fazer para liberar mercadoria?

“Se os fiscais da Receita não cumprirem o efetivo mínimo, pode se considerar que toda a mercadoria que for parametrizada por um canal diferente do verde, terá o despacho aduaneiro tramitando de forma regular. Devem os importadores perseguirem a via judicial para fazer com que os despachos aduaneiros de importação e exportação observem o prazo regular”, esclarece o advogado especialista em direito aduaneiro Luciano Bushatsky.

Ele recomenda que aguarde até oito dias para entrar com mandado de segurança. “O mandado vai fazer com que os juízes determinem à Receita Federal que o processo seja encerrado dentro de certo prazo, caso contrário a mercadoria precisará ser liberada, forçando o desembarço. Se não for dessa forma, eu vejo que as mercadorias irão ficar paradas, e os importadores terão pesados custos de armazenagem, demurrage (indenização que deve ser paga pela empresa importadora diante do atraso ao carregar ou descarregar mercadorias) e outras despesas extraordinárias que vão acabar prejudicando o regular andamento dos processos de importação”, detalha.

Vale salientar, ainda, que a enxurrada de mandados de segurança gerados a partir da greve da Receita Federal não vai de encontro aos interesses dos fiscais, mas é uma forma de aumentar os impactos do movimento grevista. Ou seja, não há riscos ao contribuinte em ser “mal visto” pelos fiscais. “Isso não existe”, afirma Luciano.

Bônus

O “bônus de eficiência” que buscam os servidores foi um acordo aprovado em 2016, no governo de Dilma Rousseff (PT), mas mesmo após a sua regulamentação, o atual presidente Lula (PT) não deu sinais de cumprir o acordo, o que desencadeou no movimento paredista.

Os servidores aduaneiros da Receita Federal são responsáveis pelo controle das atividades de importação e exportação, atendendo a um conjunto de procedimentos para fiscalizar a entrada e saída de mercadorias, garantindo o cumprimento da legislação aduaneira, evitando ilícitos e cumprindo estritamente a arrecadação de tributos federais.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/11/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ AUTORIZA LEILÃO DE ARRENDAMENTO SIMPLIFICADO NO PORTO DE MACEIÓ

MAC 15 se junta à quatro outros terminais a serem leiloados no próximo dia 13 de dezembro

Brasília 17/11/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) referendou a realização de leilão de terminal na área do Porto Organizado de Maceió (AL). A decisão foi aprovada na Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), desta quinta-feira (16).

O MAC15 será destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal. O certame licitatório da área já havia sido aprovado ad referendum (quando o

procedimento não pode aguardar a reunião de diretoria, sendo analisado em um momento posterior) no Diário Oficial da União (DOU) no dia fim de setembro.



MAC 15 será destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal

O terminal será leiloado na forma de arrendamento simplificado. Nessa modalidade, regulamentada pelo Decreto 8.033/2013, os arrendamentos prescindem de audiência pública e podem também ser dispensados da análise de mérito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em razão do pequeno porte e do reduzido risco apresentado.

Entre as características do MAC 15, destaca-se que se trata de uma área brownfield de quase 42 mil m². O valor global do contrato é de R\$ 318 milhões com valor do arrendamento mensal fixo de R\$ 336 mil em um tempo de contrato de 5 anos.

Em seu voto, a relatora do processo, diretora Flávia Takafashi, explicou qual o valor a ser desembolsado pela futura arrendatária para que a operação aconteça de forma produtiva.

“Para que o terminal permaneça em boas condições operacionais durante o prazo contratual, estima-se que os valores a serem despendidos para a realização de novos investimentos alcancem a ordem de R\$ 7,2 milhões”, disse.

Leilão em dezembro

O MAC 15 se junta aos outros quatro terminais autorizados pela ANTAQ para leilão no dia 13 de dezembro. Os arrendamentos são nos portos de Rio Grande (RS), de Vila do Conde (PA) e de Porto Alegre.

Para saber mais sobre as outras áreas que serão leiloadas, cliquem aqui.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2023/quatro-arrendamentos-simplificados-sao-autorizados-para-leilao-pela-antag>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 22/11/2023

“Será uma obra transformadora para o Brasil central, para integração do sul da Bahia com o restante do país e para o desenvolvimento da região como um todo”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho



Obra de Mambaí (GO) a Cocos (BA) está incluída no Novo PAC do Governo Federal - Foto: Márcio Ferreira/MT

Fundamental para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro e rota turística para o sul da Bahia, a BR-030/BA/GO terá 191,5 quilômetros pavimentados, de Mambaí (GO) a Cocos (BA). O edital para as obras neste trecho da rodovia foi lançado nesta quarta-feira (22), pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, em solenidade com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. Incluído no Novo PAC, estão disponíveis para as obras de R\$900 milhões do

orçamento federal.

A pavimentação reduzirá em mais de 200 quilômetros o percurso entre o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul do país em direção ao litoral baiano. Além disso, será importante para aumentar a integração com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e o Porto de Ilhéus (BA). A abertura dos envelopes com as propostas enviadas ocorrerá em janeiro de 2024 e a expectativa é que as obras sejam iniciadas no primeiro semestre do mesmo ano.

“Será uma obra transformadora para o Brasil Central, para a conexão do sul da Bahia com o restante do país, e de Brasília com essas regiões. Facilitar o acesso e a integração vai fortalecer o agronegócio, o turismo e melhorar a mobilidade em todo o Brasil”, disse o ministro Renan Filho, que reforçou o incremento no orçamento dos estados envolvidos. No total, já foram executados mais de R\$ 1 bilhão na Bahia – 50% a mais do que o que foi pago em 2022, na gestão anterior.

Em Goiás, já foram executados mais de R\$ 430 milhões e há uma série de obras em andamento. Com toda a malha rodoviária federal coberta por contratos de manutenção, o índice de condição da manutenção (ICM) bom das rodovias goianas está em 80%, um dos melhores índices do país. “Com esse volume de investimentos, vamos viver quatro anos transformadores, retirando do papel obras que eram sonhos de muitas pessoas há muito tempo e como essa que estamos assinando hoje”, concluiu o ministro dos Transportes.

Impacto

Cerca de 8 mil empregos diretos e indiretos, devem ser gerados com o início das obras na BR-030/BA/GO. Para o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, a iniciativa será fundamental para fortalecer a logística e aumentar a capacidade competitiva do país. “Dessa forma, conseguiremos equacionar os investimentos para gerar ainda mais emprego e renda”, afirmou.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, celebrou a retomada de investimentos no estado. “É uma estrada extremamente importante para a Bahia. A pavimentação reduzirá o tempo de viagem para quem quer chegar ao litoral, sem contar que diminuirá os riscos de sinistros de trânsito e de assaltos nas vias”, apontou.

Para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, as intervenções fortalecem o estado como um elo de ligação entre as regiões brasileiras, fomentando a integração nacional. “Não existe maneira de propor desenvolvimento sem investir em rodovias. Essa é uma ligação fundamental para o crescimento dos dois estados, em região de produtividade altíssima e referência da melhor agropecuária existente”, destacou.

Também participaram da cerimônia prefeitos das regiões beneficiadas e parlamentares da representação federal dos dois estados.

Novo PAC

Por meio do Novo PAC do Governo Federal, a infraestrutura de transportes da Bahia será incrementada com nove obras públicas em rodovias federais, além do estudo de uma nova

concessão e investimentos em trechos concedidos. No total, serão R\$ 6,2 bilhões investidos nas rodovias baianas.

Já em Goiás, estão previstos dez projetos de rodovias, entre obras de adequação, restauração e construção de empreendimentos como a ponte sobre o Rio Araguaia, na BR-080/GO. No total, serão R\$ 11,4 bilhões investidos nas intervenções elencadas como prioridade para o estado no setor rodoviário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 22/11/2023

TRÂNSITO - SENATRAN LANÇA ANTECIPA, FERRAMENTA PARA AJUDAR NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

“Pretendemos oferecer o Antecipa para os municípios interessados de modo a ajudá-los a diminuir a quantidade de sinistros fatais de forma efetiva”, disse o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão



Secretário Adrualdo Catão apresentou a ferramenta Antecipa no encontro dos Detrans - Foto: Luiz Siqueira/MT

A inteligência artificial já está a serviço das autoridades de trânsito, e de forma preventiva. Agora, será possível analisar os dados disponíveis sobre uma região e prever locais e horários com maior risco de ocorrer colisões e outros desastres automobilísticos. Trata-se do Antecipa – Tráfego Inteligente, ferramenta lançada pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) nesta quarta-feira (22).

"Evitar mortes e lesões no trânsito é nosso principal objetivo, motivo pelo qual pretendemos oferecer o Antecipa para os municípios interessados de modo a ajudá-los a diminuir a quantidade de sinistros fatais de forma efetiva", disse o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, na abertura do 78º Encontro Nacional dos Detran, em Foz do Iguaçu (PR).

A precisão é tanta que os melhores resultados apurados na fase de testes indicaram que, caso estivesse em uso, o Antecipa teria evitado 72% dos acidentes analisados e resultado em economia de até R\$ 88.560,00 em gastos relacionados a acidentes.

Como funciona?

- Desenvolvido pela Senatran em parceria com Ambev e Falconi, o mecanismo permitirá um melhor planejamento viário de acordo com um mapeamento dinâmico de áreas de alto risco em municípios e rodovias que utilizarem a tecnologia;
- Tendo por base o Registro Nacional de Sinistros e Estatísticas de Trânsito (Renaest), o Antecipa é capaz de analisar uma imensa quantidade de dados de modo a oferecer uma previsão de locais e horários nos quais existe uma tendência maior de ocorrer acidentes;
- Essa análise é ainda mais precisa pelo uso de algoritmos de machine learning, que dá aos computadores a capacidade de identificar padrões em dados massivos e fazer previsões;
- O uso dessa inteligência artificial permite também cruzamento com dados de órgãos ou entidades de trânsito locais, oferecendo previsões ainda mais acuradas;
- A ferramenta será de uso exclusivo de gestores de trânsito e funciona de forma simples: basta o preenchimento de um breve questionário, que inclui dados como data, horário e ocorrência de algum evento atípico no município (jogos de futebol, show, conferências, etc) assim como previsão climática para o dia pesquisado;
- Feita a consulta, o programa oferece um mapa dividido em grids, com detalhamento das áreas de baixo e de alto risco de ocorrerem acidentes.



<https://youtu.be/fMkOhE7-nTk>

Fase de testes

Para testar a ferramenta, a Senatran escolheu dois municípios de grande porte – São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) – e uma rodovia federal com características urbanas – a BR-230/PB, especialmente um trecho de 100 quilômetros que atravessa o perímetro urbano de João Pessoa. Os resultados obtidos no período de testes não só permitiram a comprovação da eficácia do instrumento como também renderam uma série de dados valiosos para uma melhor gestão do trânsito.

Na capital paulista, a análise dos dados apontou sábado como o dia de maior número de sinistros, especialmente no período noturno e envolvendo pessoas do gênero masculino – que são a maioria dos condutores. O ano de 2021 teve a maior incidência das colisões analisadas. A maior parte das lesões foram classificadas como leves. Quanto à faixa etária, prevalência dos 18 aos 24 anos – constatou-se que tendência de redução de sinistros quanto maior a idade dos condutores.

Já em Belo Horizonte, predominaram acidentes sem lesões dos envolvidos. O maior número de ocorrências foi em sextas-feiras, no período vespertino, com maior envolvimento do gênero masculino. Constatou-se tendência de aumento de sinistros nos dias úteis de semana, quando o trânsito geralmente é maior. O ano com maior incidência foi 2019. A faixa dos 35 aos 39 anos foi a que mais se envolveu em ocorrências.

Parceria

Durante o último ano, a parceria entre a Ambev e o Ministério dos Transportes desenvolveu o algoritmo que usa a tecnologia e inovação para garantir um ambiente mais seguro para os cidadãos brasileiros, prevenindo possíveis acidentes de trânsito.

“Acreditamos que a parceria entre setor público e privado é muito importante para desenvolver políticas públicas que ajudem a sociedade por meio de inovações tecnológicas e projetos que buscam proporcionar um ambiente urbano que promova o desenvolvimento. Essa nova ferramenta vai tornar o trânsito em um lugar mais seguro para todos os cidadãos”, disse o diretor de Relações Institucionais da Ambev, Rodrigo Moccia.

Troca de experiências

Com uma programação ampla, o Encontro Nacional dos Detrans busca promover um amplo debate sobre o trânsito por meio de painéis, cursos, palestras e fóruns. O evento permite a troca de experiências ao reunir diretores dos Departamentos de Trânsito de todo o país, autoridades locais, técnicos e colaboradores de setores que atuam com políticas públicas voltadas ao trânsito.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 22/11/2023

FERROVIAS - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CANAL PARA RECEBER CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE SOBRE PROJETO DA FERROGRÃO

Pasta quer garantir ampla participação social nas discussões sobre a viabilidade do projeto de nova estrada de ferro ligando Centro-Oeste ao Norte do país



Grupo de trabalho reunido: representantes do Governo Federal, da sociedade civil e de comunidades indígenas se debruçam sobre projeto - Foto: Márcio Ferreira/MT

A proposta de criação de uma nova ferrovia ligando as regiões Norte e Central do Brasil já está aberta a contribuições da população e de entidades dos mais diversos setores. O Ministério dos Transportes abriu um canal exclusivo para encaminhamento de sugestões ao grupo de trabalho criado para acompanhar os processos e os estudos relacionados ao projeto da EF-170, a Ferrogrão: gt.ferrograo@transportes.gov.br. O

objetivo da iniciativa – sugestão dos componentes do GT – é assegurar ampla participação social sobre os estudos debatidos pelo colegiado.

O grupo de trabalho da Ferrogrão, criado no dia 18 de outubro por meio da Portaria 994/2023, tem como foco discutir especialmente os aspectos de viabilidade socioambiental e econômica da EF-170, bem como facilitar o diálogo entre as partes interessadas. A coordenação dos trabalhos é da Subsecretaria de Sustentabilidade (Sust), ligada à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes. O grupo reúne representantes do Governo Federal, da sociedade civil e de comunidades indígenas.

Conforme o projeto original, a ferrovia terá 933 quilômetros de extensão e permitirá o escoamento da produção agrícola da região Centro-Oeste do país pelo Arco Norte, em especial o Porto de Miritituba (PA).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 22/11/2023

RODOVIAS - NOTA À IMPRENSA SOBRE O LEILÃO DA BR-381/MG

"O Ministério dos Transportes trabalha para reposicionar o projeto e levá-lo a leilão no primeiro semestre de 2024"



Governo Federal segue determinado em encontrar uma solução para modernizar e adequar a capacidade da BR-381/MG - Foto: DNIT/Divulgação

O Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) informam que o projeto de concessão da BR-381/MG, cujo leilão estava previsto para esta sexta-feira, não obteve propostas. O prazo para a entrega dos envelopes pelos proponentes terminou ao meio-dia desta terça-feira (21). O Governo Federal continua determinado em encontrar uma solução para modernizar e adequar a capacidade da

BR-381/MG, que, em virtude dos acidentes ocorridos nas últimas décadas, ficou conhecida como "Rodovia da Morte". Essa é a terceira tentativa de leiloar o trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares. As anteriores ocorreram em 2021 e 2022. Vamos retomar o diálogo com o Tribunal de Contas da União (TCU) a fim de criar as condições necessárias para viabilizar o investimento

privado. O Ministério dos Transportes trabalha para reposicionar o projeto e levá-lo a leilão no primeiro semestre de 2024.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 22/11/2023

RODOVIAS - SONHO ANTIGO DE BRASÍLIA, DUPLICAÇÃO DA BR-080/DF COMEÇA A VIRAR REALIDADE VIA MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

“Essa estrada é esperada há muito tempo. Quando o presidente Lula venceu a eleição, ele disse o seguinte: nós vamos incrementar os investimentos no país”, disse o ministro Renan Filho



Assinatura da ordem de serviço da BR-080/DF ocorreu nesta terça-feira (21) - Foto: Marcio Ferreira/MT

Obra esperada há décadas pela população de Brasília, a duplicação de quase 25 quilômetros da BR-080/DF começou a virar realidade nesta terça-feira (21). O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou a ordem de serviço que garantem os recursos e o início das obras na região de Brazlândia, saída Oeste do Distrito Federal.

“Essa estrada é esperada há muito tempo. Quando o presidente Lula venceu a eleição, ele disse o seguinte: nós vamos incrementar os investimentos no país. Não da cabeça do ministro Renan Filho, da cabeça do presidente da República, sendo feito de maneira federativa, ouvindo os governadores do Brasil inteiro”, disse o ministro dos Transportes.

Quais são as obras?

- Duplicação de 24,6 quilômetros da rodovia;
- Os serviços incluem adequação de capacidade, restauração, melhorias de segurança e eliminação de pontos críticos;
- Incluída no Novo PAC, tem investimento previsto de R\$ 314 milhões;
- A obra entrou no Novo PAC após solicitação do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha;
- Cerca de 80 mil motoristas que usam a rodovia diariamente serão beneficiados.

A execução das melhorias e a posterior finalização das obras terão reflexo no desenvolvimento socioeconômico da região, promovendo geração de empregos, aumento da arrecadação tributária distrital e federal, redução de acidentes, colisões e atropelamentos, gerados pelos atuais cruzamentos de veículos e pedestres ao longo da BR-080/DF, entre Taguatinga e Brazlândia. Também deve reduzir o valor dos fretes, já que a região é grande produtora de hortifrutis, em especial o morango.

Além do ministro Renan Filho, participaram da cerimônia o governador do DF, Ibaneis Rocha, a vice-governadora do DF, Celina Leão, deputados federais e distritais e outras autoridades.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 22/11/2023



A adaptação dos portos brasileiros para receber navios verdes, impulsionados por combustíveis renováveis como hidrogênio/amônia verde ou metano, é uma necessidade premente destacada pela secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori. No encerramento do evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, nessa terça-feira, dia 21, Pescatori ressaltou a importância de o Brasil se tornar um hub de abastecimento para essas embarcações, considerando a perspectiva de o País se posicionar como grande produtor e exportador de hidrogênio verde (H2V) e amônia verde.

A visão estratégica de Pescatori enfatiza a necessidade de adaptação da infraestrutura portuária não apenas para a recepção dos navios, mas também para estabelecer áreas que acomodem indústrias vinculadas à produção de energia renovável, uma possibilidade que poderia ser explorada em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). A adaptação dos portos é vital não apenas para receber os navios verdes, mas também para suportar a produção de componentes cruciais, como pás eólicas – a energia eólica pode ser utilizada na fabricação desses combustíveis – promovendo, assim, a expansão da indústria nacional.

Esse cenário evidencia uma oportunidade de reindustrialização do Brasil, destacando a potencial exportação de produtos verdes, como a amônia verde. O País, reconhecido como produtor de combustíveis verdes, tem o desafio e a oportunidade de liderar nesse cenário em constante evolução. As empresas de navegação já direcionam sua atenção ao Brasil, percebendo-o como um importante produtor desses combustíveis.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Portos está ativa na definição de uma política pública que abranja os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) para os portos, reforçando o compromisso com a descarbonização do setor, destacou Mariana Pescatori. A atuação conjunta com a Antaq na formulação de políticas de descarbonização sinaliza um esforço coordenado para impulsionar a sustentabilidade nos setores portuários e de navegação.

A preparação dos portos brasileiros para a era dos navios verdes não é apenas uma adaptação logística, mas um passo crucial na transição para uma economia mais sustentável. A modernização e a reconfiguração das infraestruturas portuárias vão atender às demandas do presente e, ainda, garantir a competitividade e relevância do Brasil em um cenário global cada vez mais focado na descarbonização e no desenvolvimento sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/11/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NÚMERO 2

O Ministério de Portos e Aeroportos deve anunciar oficialmente o nome de seu novo secretário-executivo nos próximos dias. O ministro Silvio Costa Filho escolheu um experiente técnico para o cargo - e já revelou sua identidade em uma reunião, na última segunda-feira, com autoridades do setor portuário. Desde o início do atual Governo Lula, a função é exercida pelo ex-presidente do Porto de Suape (PE) Roberto Gusmão, que está de saída para se dedicar a projetos políticos em seu estado natal, Pernambuco.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

Deve ser oficializada nos próximos dias a retomada da autonomia administrativa da Autoridade Portuária de Santos (APS). O termo de delegação de competências já está pronto e só aguarda as assinaturas finais para ser publicado no Diário Oficial da União, entrando definitivamente em vigor. O retorno da autonomia administrativa da APS havia sido anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em visita ao cais santista no dia 27 do mês passado.

ÍNDICE AMBIENTAL 1

A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) - a autoridade portuária de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo - foi inscrita no Environmental Ship Index (ESI ou, na tradução do inglês, Índice Ambiental de Navios), mando pela Associação Internacional de Portos. O ESI avalia o desempenho ambiental das embarcações, analisando tanto critérios de sustentabilidade como de eficiência energética. E sua adesão, pelos armadores, é voluntária. O índice também informa os portos que oferecem estímulos, como bônus ou descontos em tarifas portuárias, para os navios que se destacam no ESI.

ÍNDICE AMBIENTAL 2

Atualmente, a Companhia Docas de São Sebastião dá um desconto de 10% na tarifa a ser paga pela utilização da infraestrutura de acesso aquaviário (Tabela 1), para navios de longo curso ou de cabotagem que tenham mais de 40 pontos no ESI.

BAHIA

O ministro dos Transportes, Renan Filho, lança hoje, dia 22, às 11 horas, o edital de pavimentação de 191,5 quilômetros da BR-030/BA/GO, rodovia que liga a Região Centro-Oeste e o sul da Bahia, entre as cidades de Mambá (GO) e Cocos (BA). A solenidade, que será realizada no auditório do Ministério dos Transportes, em Brasília, terá ainda a presença do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e dos governadores da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e de Goiás, Ronaldo Caiado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/11/2023

NACIONAL - CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI QUE REGULA SERVIÇOS DE PRATICAGEM

Nova regra permite estabelecimento de preços em situações de abuso de poder econômico ou defasagem de valores

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Segundo o texto, para manter a habilitação, o prático deverá cumprir uma frequência mínima de manobras estabelecida pelo Comando da Marinha e realizar cursos de aperfeiçoamento Crédito: Divulgação

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, 21, o Projeto de Lei (PL) 757/2022 que muda regras sobre o serviço de praticagem, permitindo o estabelecimento de preços temporariamente em situações de abuso de poder econômico ou defasagem de valores. A matéria agora será analisada pelo Senado.

O relatório foi do deputado Coronel Meira (PL-PE).

“Este projeto não é um projeto de governo, não é um projeto de oposição. É um projeto da nação, do povo brasileiro!”, disse. No parecer, o parlamentar ressaltou que embora haja previsão legal para a autoridade marítima, exercida pelo Comando da Marinha, fixar o preço desse serviço, falta regulamentação.

Com isso, caso o Comando da Marinha seja acionado por empresas de navio ou de entidades de prático sob o argumento de abuso de poder econômico ou de defasagem dos valores, poderá formar e presidir um comitê temporário para fixar valores do serviço em caráter extraordinário, excepcional e temporário. Esse preço fixado terá validade de até 12 meses, prorrogável por igual período.



Podem integrar o comitê representantes da entidade prestadora de serviço de praticagem, do armador tomador de serviços de praticagem da respectiva zona e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O parecer deverá ser emitido em até 45 dias.

Mas, segundo o relatório, a regulação econômica proposta é uma exceção à livre negociação dos preços entre os práticos e as embarcações e poderá levar em conta a atualização monetária anual, os preços costumeiramente praticados em cada zona de praticagem, os contratos vigentes, o tempo e a qualidade do serviço.

Isenção

De acordo com o texto, a autoridade marítima poderá conceder, exclusivamente a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira até o limite de 100 metros de comprimento, um certificado de isenção de praticagem.

O navio deverá ter ainda pelo menos 2/3 de tripulação brasileira para contar com o certificado, que habilitará o comandante a conduzir a embarcação no interior de zona de praticagem ou em parte dela.

Mas a isenção não dispensará o tomador do serviço de praticagem do porto de pagar remuneração devida à praticagem local pela permanente disponibilidade do serviço nem de comunicar à coordenação sobre o trânsito pretendido no caso de embarcações com arqueação bruta equivalente a 500 ou mais..

A concessão do certificado dependerá de análise de risco que comprove não haver aumento do risco à navegação ou perigo a canais de acesso portuários e suas estruturas adjacentes. Além disso, a emissão do documento vai depender do cumprimento de períodos prévios de descanso para o comandante, a serem determinados e monitorados pela autoridade marítima; seis meses de atuação prévia como comandante do navio dentro da zona de praticagem específica da isenção e seis meses de realização de tarefas de praticagem assistido por prático da respectiva zona de praticagem.

Obrigatoriedade

A praticagem poderá ser dispensada no caso de embarcações regionais, empurradores, balsas e comboio integrado de balsas, classificadas para operar exclusivamente na navegação interior, independentemente da arqueação, contanto que tenham bandeira brasileira.

O relatório também detalha os critérios para a autoridade marítima fixar a lotação de práticos necessária em cada zona de praticagem. São eles o número e a duração média das manobras de praticagem em cada zona nos 24 meses anteriores à fixação; alterações significativas e efetivas que afetem o movimento de embarcações na zona de praticagem.

Além disso, a necessidade de que os práticos não tenham sobrecarga permanente de trabalho e o estabelecimento de frequência adequada de manobras que assegure a manutenção da proficiência uniforme de todos os práticos naquela zona de praticagem também serão aferidos.

O novo texto assegura a todo prático o livre exercício do serviço, atendida a regulação técnica e econômica da atividade. Para manter a habilitação obtida junto à autoridade marítima, o prático deverá cumprir uma frequência mínima de manobras estabelecida pelo Comando da Marinha e realizar cursos de aperfeiçoamento determinados pela autoridade marítima.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/11/2023

NACIONAL - ALCKMIN OFICIALIZA INVESTIMENTO DE R\$ 270 MILHÕES PARA O SETOR AUTOMOTIVO

Recursos serão utilizados para inovação e eficiência energética na cadeia de autopeças e demais fornecedores

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Alckmin fez o anúncio durante evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília: “Um recurso não reembolsável que será importante para a indústria brasileira” Crédito: Divulgação/MDIC

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, oficializou na terça-feira, dia 21, o investimento de R\$ 270 milhões para inovação e eficiência energética na cadeia de autopeças e demais fornecedores automotivos.

O anúncio foi feito durante um evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília. “Um recurso não reembolsável que será importante para a indústria brasileira”, afirmou Alckmin

Os recursos serão oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pela Empresa de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). A iniciativa faz parte do Programa Rota 2030, que é “destinado ao setor automotivo com apoio ao desenvolvimento tecnológico, de inovação, eficiência energética e qualidade dos automóveis”, segundo o ministro.

Um edital de R\$ 133 milhões para projetos estruturantes que envolvam pactos entre institutos de pesquisa e empresas será lançado pelo projeto. Além do edital, um projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, também será desenvolvido através do Rota 30 para acelerar a inovação nas fornecedoras das grandes montadoras automotivas e para estimular projetos de pesquisa e desenvolvimento para o setor.

O investimento do Senai será de R\$ 70,4 milhões, mas R\$ 44 milhões serão voltados para projetos que já estão em andamento. A Embrapii vai disponibilizar R\$ 30 milhões para o projeto.

Para aumentar a digitalização e a produtividade das empresas com o avanço tecnológico, serão investidos R\$ 34 milhões através das consultorias hands on. A meta do Governo é alcançar no mínimo 285 empresas para este investimento.

Este é o segundo investimento para o setor automotivo anunciado pelo ministro Geraldo Alckmin. Em outubro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) incluindo o banco de desenvolvimento entre os operadores dos Programas Prioritários do Rota 2030 com o anúncio de R\$ 200 milhões para a descarbonização automotiva.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, ressaltou a necessidade do Brasil de fortalecer a indústria automotiva a partir da inovação. “Para termos uma indústria automotiva cada vez mais sustentável é preciso investir em inovação e tecnologia, além de fomentar uma cadeia produtiva que trabalhe de forma integrada”, afirmou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/11/2023

NACIONAL - WILSON SONS FIRMA ACORDO COM A BP PARA OPERAÇÃO PETROLEIRA NO RIO DE JANEIRO

Vínculo com uma das líderes mundiais em exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, valerá por um ano

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



A Base Rio possui cinco berços de atracação, mais de 65 mil metros quadrados e tem localização geográfica estratégica para dar suporte aos campos no polígono do pré-sal
Crédito: Divulgação/Wilson Sons

A Wilson Sons, operador de logística portuária e marítima, firmou contrato nesta semana com a BP (Beyond Petroleum) para a prestação de serviços de suporte logístico às atividades de exploração no bloco de Pau Brasil, por meio de uma de suas Bases de Apoio Offshore, a Base

Rio, localizada na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. O vínculo com a BP, uma das líderes mundiais em exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, tem validade de um ano.

A base de apoio que atenderá a operação da BP será a Base Rio, localizada no bairro do Caju, na zona portuária do Rio de Janeiro. A unidade possui cinco berços de atracação, mais de 65 mil metros quadrados e tem localização geográfica estratégica para dar suporte aos campos no polígono do pré-sal.

“Com a melhora do cenário na indústria de óleo e gás offshore, estamos verificando novas campanhas de perfuração de nossos clientes. E nos preparamos para essa crescente demanda com investimentos em nossas infraestruturas portuárias. O novo contrato com a BP é um reconhecimento ao padrão de excelência da Wilson Sons em segurança e desempenho operacional”, disse Gilberto Cardarelli, diretor-executivo das Bases de Apoio Offshore da Wilson Sons.

Pioneira no segmento de base de apoio offshore, a Wilson Sons possui dois terminais privados na Baía da Guanabara – Base Niterói, além da Base Rio – totalizando oito berços de atracação. A companhia possui também expertise em operações remotas, tendo montado bases temporárias em diversos portos da costa brasileira.

De acordo com a empresa, a excelência em SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional) e KPI (“Key Performance Indicator”, em inglês, ou Indicador-chave de Desempenho) operacional foram fatores determinantes para a conquista do contrato com a BP, bem como com os recentes contratos com 3R Petroleum e Petronas.

Com status de classe mundial em segurança pelos padrões da DSS+ (antiga DuPont), as Bases de Apoio Offshore da Wilson Sons, Rio e Niterói, completaram 10 anos sem acidentes com afastamento em suas operações.

Atualmente, as Bases de Apoio Offshore, unidade de negócio da Wilson Sons, possuem contrato com a BP Marine por meio da NFX Combustíveis Marítimos (joint venture entre BP e Prumo Logística), para a gestão da Base TECMA, localizada no Porto do Açú, no Norte Fluminense, que dá suporte às operações de transferência e abastecimento de combustível para unidades offshore.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/11/2023

NACIONAL - PORTOS PRECISAM SE ADAPTAR PARA RECEBER NAVIOS VERDES, DIZ SECRETÁRIA

Mariana Pescatori crê também que o Brasil pode se tornar um hub de abastecimento de combustíveis de navios

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Segundo a secretária de Portos Mariana Pescatori, as empresas de navegação de todo o mundo já estão olhando para o Brasil “como o país que produzirá os combustíveis verdes” Crédito: Divulgação/Brasil Export

Os portos brasileiros precisam se adaptar para receber os navios verdes, àqueles equipados com novas tecnologias de eletrificação e abastecidos por combustíveis renováveis, como hidrogênio/amônia verde e metano.

A conclusão é da secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, que falou sobre o assunto no encerramento do evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo.

Para Mariana, o Brasil também deve investir para ser um hub de abastecimento de combustíveis verdes de navios, já que a perspectiva é que o país se torne um dos grandes produtores e exportadores de hidrogênio verde (H2V) e amônia verde.

“A indústria já está encomendando navios verdes e o Brasil precisa estar à frente disso, até porque somos produtores de combustíveis verdes. Então temos que adaptar os nossos portos para que a gente possa atender a esse mercado”, pontuou.

Segundo ela, as empresas de navegação de todo o mundo já estão olhando para o Brasil “como o país que produzirá os combustíveis verdes”. Neste sentido, a adaptação dos portos está não só na infraestrutura para receber os navios, como também em estabelecer áreas que possam receber as indústrias que fazem parte da cadeia de produção de energia renovável, o que pode ser feito, por exemplo, nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

“A produção de eólica offshore é extremamente cara, a gente vai ter que ter uma adaptação grande dos nossos portos porque, por exemplo, para produzir as pás eólicas teremos que ter portos com áreas industriais para a produção delas. Teremos que ter também a produção de embarcações de apoio offshore – e a gente tem uma indústria nacional extremamente relevante nisso porque a gente fez, lá atrás, uma política de incentivo para isso”, detalhou.

Pescatori citou ainda que este cenário vindouro oferece uma oportunidade de reindustrializar o Brasil, que pode passar a “exportar o produto verde ao invés de amônia”, exemplificou.

A secretária Nacional de Portos também garantiu que a pasta está trabalhando para definir uma política pública que envolva o ESG para os portos, além de atuar junto à Antaq na política de descarbonização do setor.

Ressaltou ainda que o ministério de Portos está debruçado para definir uma política pública de mitigação dos impactos do aquecimento global, para evitar, principalmente, a interrupção do transporte aquaviário, como ocorreu neste ano na região Norte, com a seca histórica dos rios amazônicos.

Além de Mariana, participaram do encerramento do evento Felipe Queiroz, diretor da ANTT, e Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/11/2023

NACIONAL - ESG SERÁ INSERIDO NOS FÓRUMS REGIONAIS DO BRASIL EXPORT EM 2024

CEO Fabrício Julião falou da importância de atrelar o tema ao setor de transportes
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, participou do InfraESG Talks e falou sobre inserir as discussões sobre ESG nos setores portuário, hidroviário, ferroviário e rodoviário Crédito: Divulgação/Brasil Export

As temáticas que envolvem o ESG (Environmental, Social and Governance em inglês), conjunto de padrões e boas práticas que visa definir se uma empresa é sustentável ambientalmente, socialmente consciente e corretamente gerenciada, passarão a ser discutidas nos fóruns regionais promovidos pelo grupo Brasil Export a partir do ano que vem.

O anúncio foi feito pelo CEO do grupo, Fabrício Julião, em sua participação na abertura do evento InfraESG Talks, iniciativa inédita da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizada em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

“Para nós é muito importante trabalhar essa pauta do ESG ao longo do nosso calendário do ano que vem. Inserir as discussões sobre ESG nos nossos fóruns regionais e não só no setor portuário, mas também no ferroviário, hidroviário e rodoviário”, citou Julião.

Felipe Queiroz, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e Guilherme Peixoto, Superintendente de Licitações da B3 também participaram da abertura do evento.

“É uma alegria receber este evento – que discute o país – na B3”, declarou Guilherme.

O ESG é um conceito que vem crescendo ano a ano por oferecer à gestão de companhias globais, estatais ou privadas, maneiras de implementar diretrizes relacionadas à sustentabilidade ambiental das operações, inclusão e diversidade na formação das equipes de profissionais e práticas anticorrupção nas diretorias.

Ciente da importância do tema, a ANTT lançou em junho deste ano o Ciclo ESG da ANTT, que tem como objetivo integrar as boas práticas ambientais, sociais e de governança à cultura organizacional da agência e aos contratos de concessão regulados e fiscalizados por ela.

Para a ANTT a medida é um compromisso de responsabilidade, sustentabilidade, ética e transparência motivado pela preocupação com o futuro e pelo entendimento da necessidade de ser um agente de mudanças.

No lançamento do programa, em junho, Felipe Queiroz disse que a agência já entende o ESG como um “fato” e, neste sentido, a ANTT pode ser “um agente de transformação no âmbito do desenvolvimento da infraestrutura sustentável”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/11/2023

NACIONAL - ANTAQ AVALIA INCLUIR ODS COMO CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO EM EDITAIS

Atualmente, as licitações exigem parâmetros de eficiência ambiental, mas não ainda como fator decisivo para classificação

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A possível inclusão de práticas ESG e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como critérios de classificação em editais foi debatida durante o painel 'ESG e Poder Público' Crédito: Divulgação/Brasil Export

Os editais de licitação produzidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) já exigem que as empresas interessadas nos arrendamentos cumpram parâmetros ambientais e de eficiência, mas essas obrigações ainda não são exigidas como critério de classificação para as

licitações.

Porém, com a demanda cada vez maior estabelecida pelo mercado em relação a empresas comprometidas com o meio ambiente e socialmente responsáveis, a Antaq avalia inserir as práticas ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, como possíveis critérios de seleção nos futuros editais da agência.

As informações foram repassadas pela diretora da Antaq, Flávia Takafashi, durante sua participação no painel 'ESG e Poder Público', debatido durante o evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

Segundo Flávia, a Agência vem notando uma demanda do próprio mercado em relação a exigência dessas práticas em editais de licitação. A diretora contou que, inclusive, durante uma audiência pública mais recente de um terminal, a Antaq foi questionada pelos participantes sobre quais critérios voltados à sustentabilidade e a governança seriam obrigatórios.

Ela explicou que além da agência, a Infra S.A. participa da elaboração dos editais e já inclui parâmetros, como eficiência e ambientais, mas não ainda como critérios de classificação para a licitação.

“As questões voltadas ao ESG têm sido exigidas e o próximo passo será colocá-las como critério de classificação. De desempate já é um critério”, explicou Flávia.

A diretora citou que a Antaq está no processo de assimilar o ESG e os ODS, mas que a agência sempre teve a preocupação com o meio ambiente como cerne em suas decisões.

Flávia destacou outras iniciativas nesse sentido, como o Prêmio Antaq e o Índice de Desempenho Ambiental – IDA; o estudo feito em parceria com a alemã GIZ, sobre ameaças climáticas nos portos brasileiros; o primeiro levantamento sobre equidade de gênero no setor portuário, entregue este ano; e o estudo de descarbonização do setor portuário, também em parceria com o GIZ.

“Será produzido um guia para ajudar o setor a alcançar esse objetivo, com informações sobre quais passos são precisos para se adaptar a essa pauta sustentável”, explicou.

O painel foi mediado por Natascha Schmitt, advogada e fundadora da associação Women on Carbon e contou também com a presença de Alexandre Freire, conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Rafael Scherre, diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil; e Marcelo Rezende Bernardes, superintendente de planejamento institucional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/11/2023

NACIONAL - ESPECIALISTAS APONTAM TAXONOMIA COMO GRANDE TENDÊNCIA NA ERA ESG

Painel do evento InfraESG Talks discutiu esse sistema de classificação e outros conceitos
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O painel 'ESG e Tendências' discutiu a taxonomia, um sistema com métricas que permitem identificar se um projeto ou empresa é ou não sustentável, o que pode trazer vantagens

Para Ana Paula de Almeida, diretora de Sustentabilidade e Relações de Consumo da Confederação Nacional das Seguradoras (CNsegue), a construção de uma taxonomia voltada ao ESG é a grande tendência do tema para os próximos dois anos.

Ela falou sobre o assunto durante sua participação no painel 'ESG e Tendências', debatido durante o evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

A taxonomia é uma espécie de guia, por onde as empresas baseiam suas gestões, com indicadores que permitem avaliar o cumprimento de metas socio ambientais e de governança propostos pelo conceito ESG. No contexto das finanças (sustentáveis), a taxonomia traz métricas que permitem identificar se um projeto ou empresa é ou não sustentável, ampliando a chance de acesso a crédito ou investidores.

Ana Paula citou que, nos últimos três anos, o conceito ESG vem se fortalecendo no mercado, mas ainda é preciso que cada setor, junto ao seu regulador, busque construir padronizações e guias que auxiliem nessa transição.

“A grande tendência é a taxonomia. É a gente entender como se constroem produtos e serviços efetivamente sustentáveis”, citou.

A diretora ainda destacou que é necessário que as empresas invistam em programas de formação de funcionários, visando a disseminação desses novos conceitos e a efetiva ação deles.

Pedro Lins, professor da Fundação Dom Cabral, explicou que o ESG partiu de uma iniciativa do Banco Mundial e da ONU em 2004 e foi lançado para integrar fatores econômicos, ambientais, sociais e governança no mercado.

“O ESG é negócio, ou seja, se uma empresa quiser ser centenária no mercado em que atua, ela vai precisar dos quatro pilares que são promovidos pelo ESG: prosperidade econômica, equidade social, sustentabilidade ambiental na cadeia de supply chain, e vitalidade na cultura e governança”, citou.

Eduardo Cardoso, diretor de Negócios da DSS+, ressaltou que ainda é preciso comunicar melhor o que é o ESG e como implantá-lo nas empresas. “É preciso que as diretorias comprem o conceito de sustentabilidade ambiental e inclusão social. É preciso mudar a chave e entender o que está acontecendo no mundo”, pontuou.

O painel foi mediado por Isadora Cohen, vice-presidente da Infra Women Brazil e fundadora do Infracast.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/11/2023

NACIONAL - ALEX SCIACIO: “SETOR FINANCEIRO SERÁ FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA”

Superintendente de Finanças Sustentáveis do Santander falou sobre o tema em painel que discutiu financiamentos sustentáveis

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O papel do setor financeiro no processo de transição climática esteve em debate no painel ‘Desafios e Oportunidades de Financiamento’, dentro do evento InfraESG Talks Crédito: Divulgação/Brasil Export

“O setor financeiro será parte fundamental do processo de transição climática”, declarou Alex Sciacio, superintendente de Finanças Sustentáveis do Banco Santander, durante sua participação no painel Desafios e Oportunidades de Financiamento, debatido no evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em

parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo. Toda a programação foi transmitida gratuitamente pelo canal do BE News no Youtube.

Alex ressaltou que a mobilização de capital é urgente para que projetos que façam parte da transição sejam contemplados com recursos e consigam mitigar os impactos das mudanças climáticas. Mas para isso ainda é preciso diretrizes que organizem o mercado financeiro, além da “incorporação dos impactos climáticos como variável de risco e precificação durante avaliação de crédito das instituições financeiras”, explicou.

“Esse (impacto climático) é um pilar que precisa de avanços e desenvolvimento institucional para que os bancos e investidores incorporem isso nas suas análises, porque é isso, entre outras coisas, que vai viabilizar a disponibilidade de recurso em condições adequadas para projetos adequados”, explicou.

Segundo ele, o setor também aguarda a taxonomia nacional. Em setembro, o governo lançou consulta pública para a Taxonomia Sustentável Brasileira. A iniciativa busca impulsionar a economia do Brasil rumo à sustentabilidade e regeneração, com propostas que serão apresentadas na COP 28, no fim deste mês, e um plano de implementação permanente até 2026.

Além de Alex, participaram do painel Natalia Marcassa, CEO do Moveinfra; Natalia Saad, chefe do departamento de infraestrutura e concessões rodoviárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Rafaella Dortas, diretora executiva responsável pela área ESG do BTG Pactual; e Rui Gomes, presidente da InvestSP. Guilherme Peixoto, Superintendente de Licitações da B3, foi o mediador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/11/2023

NACIONAL - EXECUTIVO VÊ BRASIL LIDERANDO AGENDA DE TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL DO MUNDO

Miguel Setas, CEO do grupo CCR, escreveu livro em que lista motivos para o país sair na frente

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O Brasil pode liderar a agenda de transição energética do mundo e se tornar um dos principais destinos de investimentos verdes globais. No livro “Gigante pela própria natureza”, lançado em outubro, Miguel Setas, CEO do Grupo CCR, reúne motivos para essa conclusão e cita que o país pode captar entre US\$ 2 tri e US\$ 3 trilhões, até 2050, atraídos por negócios de energia renovável, mercado de carbono, entre outras iniciativas.



O evento InfraESG Talks reservou um painel para debater a infraestrutura de transporte Crédito: Divulgação/Brasil Export

Ele falou sobre este cenário durante sua participação no painel Infraestrutura de Transporte, debatido no evento InfraESG Talks, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em parceria com o Brasil Export, na terça-feira (21), na B3, em São Paulo.

“O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo, é o país que tem a matriz energética mais limpa do mundo, é o país com a maior diversidade do mundo, a maior reserva de água potável do mundo. Ou seja, para qualquer lado que nos orientemos, o Brasil dá de dez em qualquer outra geografia do planeta”, explicou.

Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), também participou do painel e destacou as medidas que o complexo está tomando para se adaptar às mudanças climáticas e diminuir o impacto ambiental das operações.

“Há um projeto sendo estudado para que o mercado invista na nossa hidrelétrica (Usina Hidrelétrica de Itatinga) e que ela passe a gerar hidrogênio verde para abastecer o nosso cais e os navios que atracam no porto”, explicou. Segundo ele, em breve será lançada a consulta pública sobre o tema.

Além dos citados, participaram do painel Ellen Martins, superintendente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; Marco Aurélio Barcelos, diretor presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias; Monica Jaen, diretora de Sustentabilidade do grupo Ecorodovias; Patricia Dutra Lascosque, superintendente Institucional de Logística da Suzano; e Sergio Garcia, presidente da Arteris. A mediação foi feita pelo editor chefe da Agência Infra, Dimmi Amora.



O último painel do evento discutiu como as práticas ESG podem garantir segurança jurídica

Segurança jurídica

O último painel reuniu autoridades para debater ESG e segurança jurídica. Participaram Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional de SP; Fernando Akaoui, desembargador do Tribunal de Justiça de SP; Natascha Schmitt, advogada e fundadora da associação Women on Carbon; Patricia Iglesias, professora de Direito da USP; e Paulo Henrique Reis, coordenador de Diversidade do Kincaid | Mendes Viana Advogados. O

debate foi baseado em como aliar a segurança jurídica ao conceito ESG.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/11/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PARTILHA VAI DEMANDAR 18 NOVAS PLATAFORMAS ATÉ 2033

Os investimentos no desenvolvimento da produção são estimados em US\$ 93 bilhões, estima a Pré-Sal Petróleo (PPSA)

Por epbr 22 de novembro de 2023 Em Comece seu Dia, Mercado offshore, Petróleo e gás, Política energética



FPSO Almirante Barroso é a 5ª plataforma de Búzios (Foto: Agência Petrobras)

O desenvolvimento de 22 dos 23 contratos de partilha de produção e três acordos de individualização da produção com participação da União contratados atualmente pode demandar a contratação de 18 plataformas de produção (FPSOs) de até 225 mil barris/por dia de capacidade até 2033, estima a Pré-Sal Petróleo (PPSA).

– Os investimentos no desenvolvimento da produção são estimados em US\$ 93 bilhões entre 2023 e 2033, que incluem desde a construção de 302 poços de produção e injeção às novas unidades.

– As projeções foram atualizadas este mês e serão detalhadas no 6º Fórum Técnico da PPSA, que está sendo realizado nesta quarta-feira (21/11), com transmissão no canal da agência epbr – acompanhe todas as lives aqui.

A produção total da partilha deve atingir pico 2,3 milhões de barris de petróleo por dia em 2029. Já a parcela do óleo da União pode chegar a 920 mil barris por dia em 2031.

– Em dez anos, a produção acumulada pode atingir 6,5 bilhões de barris, sendo 1,3 bilhão de barris destinados à União até 2033.

Com as projeções vigentes para o preço do óleo, a receita da comercialização, pela PPSA, pode atingir R\$ 462 bilhões no período, além de R\$ 373 bilhões em royalties e R\$ 315 bilhões, em tributos federais.

Distribuidoras querem mudar RenovaBio. Um grupo formado pelas maiores distribuidoras do país tenta novamente mudar o RenovaBio, para torná-lo compatível ao mercado de carbono de outros setores. A proposta é transferir a obrigação de compra de CBIOS para as refinarias e mudar a natureza dos créditos.

– A proposta foi entregue ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) pela frente batizada de Movimento + Bio, formada por Vibra, Ipiranga, e a Brasilcom, federação que representa mais de 40 empresas com atuação regional.

– As justificativas são que o programa falhou no objetivo de aumentar a produção de biocombustíveis, estagnada há 10 anos, e a lei prevê que o produtor seja responsável pelas emissões dos créditos.

Alagoas vira referência no gás. O estado, cujo governo sancionou este mês a lei do gás local, estreou assumindo a liderança do Ranking do Mercado Livre de Gás (Relivre) – que reúne a visão desses três elos da cadeia sobre as condições de abertura do mercado de gás em cada estado.

– Já São Paulo, maior consumidor, tem uma das três mais mal avaliadas pelos agentes do setor, entre os 20 estados analisados. Veja o ranking completo

Gás para fertilizantes. O preço do gás natural necessário para viabilizar novas fábricas de fertilizantes nitrogenados, no Brasil, deve variar de US\$ 3 a US\$ 9 o milhão de BTU, de acordo com estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).



– Essa faixa de preços é de 50% a 80% inferior à cobrada atualmente do consumidor industrial (US\$ 19 o milhão de BTU), no Brasil; e 25% a 75% menor que o valor cobrado pela Petrobras das distribuidoras (de US\$ 12 o milhão de BTU).

Venezuela x Guiana. A menos de duas semanas do referendo marcado pela Venezuela para arregimentar o apoio da população à anexação de parte da Guiana, a tensão entre os países aumenta e envolve os vizinhos, como Brasil e Colômbia, além de Estados Unidos e o Tribunal Penal Internacional, em Haia. A epbr explica

Gasoduto de Vaca Muerta. A vitória de Javier Milei na eleição presidencial argentina levantou dúvidas sobre a integração energética com o Brasil, especialmente a construção do gasoduto de Vaca Muerta, com financiamento do BNDES. O presidente eleito da Argentina sinalizou que quer manter o projeto, mas ainda há muita incerteza. A epbr explica

– E no primeiro dia aberta após a eleição de Milei, a bolsa de valores argentina subiu mais de 20%.

Petróleo estável. O preço do petróleo fechou nesta terça-feira praticamente estável, após subir mais de 6% nas últimas sessões. O mercado está na expectativa para a reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) marcada para este fim de semana.

– O barril do WTI fechou em queda de 0,08%, a US\$ 77,77. O do Brent subiu 0,16%, a US\$ 82,45.

Nova diretora no IBP. Claudia Rabello assume hoje como diretora-executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. A executiva foi assessora da presidência da Petrobras, Superintendente da ANP e subsecretária de Óleo, Gás e Energia do Estado do Rio de Janeiro. Ela é professora da pós-graduação de óleo e gás da COPPE/UFRJ e consultora no setor.

Leilão de transmissão. A Aneel aprovou a minuta do edital do primeiro leilão de transmissão de energia de 2024, com previsão de R\$ 18,2 bilhões em investimentos, especialmente para escoar energias renováveis no Nordeste.

– Marcada para 28 de março de 2024, a concorrência terá 15 lotes de linhas de transmissão, com 6,46 mil km, e novas subestações com 9.200 MW de capacidade de transformação em 14 estados.

– Após os problemas com o consórcio Gênese, o edital prevê regras mais rígidas de participação, como a comprovação de experiência das empresas, apresentação de balanço auditado e possibilidade de renegociação com outros participantes caso o vencedor seja inabilitado.

Porto para a eólica offshore. Único terminal offshore do mundo criado para exportação de sal a granel, o Porto-Ilha de Areia Branca planeja uma expansão para apoiar a logística dos parques eólicos offshore que serão instalados na costa do Rio Grande do Norte.

– A ideia é duplicar a área de 38 mil m² e comprar guindastes de 500 a 700 toneladas para movimentação do material necessário à montagem dos futuros parques eólicos.

– O projeto é estimado em R\$ 500 milhões e está em discussão entre a Intersal e o grupo norte-americano Edison Chouest Offshore.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2023

MAERSK FECHA PRIMEIRO ACORDO DE FORNECIMENTO DE METANOL VERDE EM GRANDE ESCALA

Goldwind fornecerá, a partir de 2026, 500 mil toneladas de metanol verde de biomassa e e-metanol
Por epbr 22 de novembro de 2023 Em Biocombustíveis, Empresas, Internacional, Transição energética



Maersk fecha acordo para meio milhão de toneladas de metanol verde da Goldwind (Foto: Divulgação)

BRASÍLIA — A transportadora dinamarquesa Maersk anunciou nesta quarta (22/11) que firmou com a chinesa Goldwind o primeiro contrato em larga escala da indústria de navegação para a aquisição de metanol verde.

O acordo prevê o fornecimento de 500 mil toneladas do combustível a base de hidrogênio

renovável para abastecer as 12 primeiras embarcações de grande porte da Maersk habilitadas para metanol. Os primeiros volumes são esperados em 2026.

Este ano, a companhia recebeu seu primeiro navio porta-contêiner preparado para navegar com metanol verde. A embarcação com motor bicombustível foi construída pelo estaleiro Hyundai Mipo, em Ulsan, na Coreia do Sul e fez sua viagem inaugural em direção ao porto de Copenhague, na Dinamarca, no início de setembro.

Com meta de atingir zero emissões líquidas em 2040 em todos os seus negócios, a companhia pretende transportar um mínimo de 25% da carga marítima utilizando combustíveis verdes até 2030, em comparação com uma base de referência de 2020.

Para isso, está firmando contratos de fornecimento com produtores ao redor do mundo, em uma estratégia que busca reduzir riscos de fornecimento — o metanol verde ainda não é produzido em escala e é mais caro que o combustível marítimo convencional.

“O acordo reduz significativamente os riscos iniciais da jornada para o zero líquido da Maersk e apoia as expectativas de um mercado competitivo de metanol verde até 2030. Os volumes recordes podem impulsionar anualmente mais da metade da capacidade atualmente encomendada pela Maersk”, explica Rabab Raafat Boulos, diretora de Infraestrutura na Maersk.

De acordo com a Goldwind, os volumes contratados incluem uma mistura de metanol verde de biomassa e e-metanol, todos produzidos utilizando energia eólica em uma nova instalação de produção na Liga de Hinggan, no nordeste da China, cerca de 1000 km a nordeste de Pequim. A produção deve começar em 2026.

“Após este acordo de compra assinado, a Goldwind espera confirmar uma decisão final de investimento para a instalação até o final do ano. Estamos incentivados pelo acordo, pois sua escala e preço confirmam nossa visão de que o metanol verde atualmente é a solução de baixas emissões mais viável para o transporte marítimo que pode ter um impacto significativo nesta década”, conta Wu Gang, presidente da Goldwind.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 22/11/2023

AB AREIAS INAUGURA USINA SOLAR FLUTUANTE EM LAGO DE MINERAÇÃO

Com investimentos da ordem de R\$ 5,3 milhões, a usina deverá gerar uma média de 100 mil kW/h a 120 mil kW/h

Por epbr 22 de novembro de 2023 Em Empresas, Energia solar, Transição energética

BRASÍLIA – O Grupo AB Areias inaugurou nesta quarta (22/11) sua usina de energia solar fotovoltaica flutuante em um lago formado pela cava de mineração de areia exaurida em Roseira, no Vale do Paraíba (SP).

Segundo a empresa, é o primeiro empreendimento do tipo no na América do Sul.

O projeto é financiado pela linha de Economia Verde da agência de fomento Desenvolve SP. Os recursos dessa linha são exclusivos para projetos que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa, geração de energias renováveis e eficiência energética.



Usina solar flutuante é inaugurada pelo Grupo AB Areias, no município paulista de Roseira (Foto: Divulgação)

Com investimentos da ordem de R\$ 5,3 milhões, a usina deverá gerar uma média de 100 mil kW/h a 120 mil kW/h, dependendo da incidência solar em diferentes épocas do ano.

A capacidade instalada nessa primeira fase do projeto é de 1 megawatt (MW). A perspectiva da empresa é implantar mais 2 MW em outras unidades e oferecer a energia solar para companhias do estado de SP.

Também está no radar atender prédios da administração pública de municípios próximos, como escolas, creches e hospitais, por exemplo.

A usina solar flutuante abrange uma área aproximada de 8 mil metros quadrados, com 1852 painéis solares instalados sobre flutuadores no espelho d'água.

A cava da mineração Roseira que abriga a usina de geração de energia renovável possui uma área total de 200 mil metros quadrados.

A implantação do projeto contou com duas empresas parceiras: a F2B – Fotovoltaico Flutuante Brasil, especializada em usinas solares fotovoltaicas flutuantes, e a Coelte Engenharia, empresa de engenharia especializada em projetos e montagens elétricas.

“O projeto é pioneiro para a indústria mineral de agregados no Brasil e servirá como portfólio para ser apresentado ao mercado consumidor de energia da Região do Vale do Paraíba e de todo o Estado de São Paulo”, comenta Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, presidente da AB Areias.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2023

O IMPACTO DAS FRAUDES TRIBUTÁRIAS NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS DO BRASIL

Monofasia do ICMS auxiliou no combate à sonegação, mas complexidade tributária permite práticas ilícitas que distorcem preços ao consumidor, escreve Fabio Florentino

De Opinião 22 de novembro de 2023 Em Colunas e opinião, Combustíveis, Congresso, Política energética



As polícias do Exército e Rodoviária Federal reforçam a segurança na entrada da Reduc (Foto: Tânia Rego/Agência Brasil)

Em razão da edição da Lei Complementar nº 192/2022, a qual instituiu a monofasia do ICMS sobre diversos combustíveis, como o diesel, biodiesel, etanol anidro, gás liquefeito de petróleo e a gasolina, e da Lei Complementar nº 194/2022, que nivelou em 18% as alíquotas cobradas sobre esses produtos nas 27 unidades da Federação, a sistemática de



tributação do ICMS ocorre de forma padronizada no território nacional.

Por conta disso, atualmente, o sistema tributário não tende a gerar relevante assimetria entre as diversas empresas que atuam no setor de combustíveis.

Por outro lado, a atuação de empresas do setor que operam na “ilegalidade”, como, por exemplo, as que sonegam tributos, simulam operações, dentre outras práticas irregulares, resulta em relevantes distorções de preço final dos combustíveis.

Isso porque, considerando que o setor de combustíveis tem uma carga tributária bastante elevada, um concorrente que opera fora do campo da legalidade, portanto, sem recolher os tributos devidos ao fisco, terá, evidentemente, um relevante ganho de competitividade, eis que facilmente conseguiria trabalhar com um custo muito inferior ao praticado pelo seu competidor regular.

Nesse sentido, tais distorções sobre as práticas tributárias inadequadas podem fazer com que o competidor que opera na ilegalidade inviabilize a atuação do contribuinte cumpridor de suas obrigações tributárias, haja vista que terá uma relevante redução do seu custo tributário.

Desvantagem competitiva

Além de redução do custo do tributo em si, ainda deve ser considerado que o competidor que opera na legalidade tem muitas obrigações tributárias acessórias a serem seguidas e, com efeito, gastos regulares com o atendimento a essas regras, ao passo que o player irregular sequer tem que se preocupar com documentação contábil e fiscal, o que também resultará em redução de custos.

Logo, além de problemas com reputação do setor, qualidade do produto colocado à disposição do consumidor, entre outros prejuízos, a ausência do atendimento às normas tributárias implica disparidade de competição e migração do mercado para o combustível ofertado a um preço menor e, por consequência, à redução da participação no mercado do contribuinte cumpridor de regras fiscais.

No que concerne à falta de punibilidade dos sonegadores, bem como dos devedores contumazes, apesar de atualmente os fiscos terem melhores instrumentos de fiscalização e cobrança de tributos, ainda é possível conviver com dívidas tributárias durante longos anos, através dos processos administrativos e judiciais intermináveis.

Toda a complexidade do sistema tributário vis-à-vis a existência de sonegadores e devedores fiscais contumazes cria o paradoxal do direito tributário nacional, pois, de um lado se deve proporcionar o direito do contribuinte se defender quando indevidamente compelido ao pagamento do tributo e, de outro lado, esse mesmo processo de defesa ajuda o devedor contumaz e não pagar suas dívidas fiscais.

Solução para fraudes demanda simplificação

Dentre outras razões, também para fins de se resolver as fraudes tributárias no setor de combustíveis, é necessária a simplificação do sistema tributário nacional. Em sendo o sistema realmente simples, menor tende a ser a fragilidade do atuante de boa-fé, assim como menor deve ser a possibilidade de o devedor/sonegador se apoiar em subterfúgios processuais para não pagar suas dívidas.

Vale ressaltar que, a partir da implementação da reforma tributária sobre o consumo, atualmente em discussão no Congresso Nacional, é esperado que haja simplificação do nosso sistema tributário e, conseqüentemente, maior diferença entre contribuintes de boa-fé e aqueles que trabalham de forma indevida.

Além das fraudes tributárias, o setor de combustíveis também é vulnerável a outros tipos de fraudes, como, por exemplo, adulteração de combustíveis, bomba baixa etc. Assim, o combate a desvios fraudulentos envolve dois pontos cruciais: a fiscalização e a efetividade na punição. Se qualquer um desses dois pilares deixa de funcionar efetivamente não há como se impedir as práticas desonestas.

Se a fiscalização é falha, o agente vai trabalhar dentro do campo estatístico e, portanto, fora da legalidade. Do mesmo modo, se o agente sabe que ainda que seja pego, conseguirá escapar de cumprir sua pena, também pesará o “custo x benefício” de seguir operando em desacordo com as regras aplicáveis.

Por fim, embora a instituição do regime monofásico do ICMS sobre os combustíveis pela Lei Complementar nº 192/2022 tenha auxiliado no combate à sonegação fiscal – na medida que concentra o recolhimento do tributo devido na cadeia de consumo de combustíveis em menos agentes do mercado e o tira da mão do agente de má-fé –, ainda sim, a complexidade do sistema tributário nacional permite a adoção de práticas que reduzem o pagamento de impostos, especialmente quanto ao ICMS, de forma a gerar concorrência desleal no setor.

Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2023

PPSA PODE AJUDAR A CASAR OFERTA E DEMANDA DE GÁS, POR MEIO DE LEILÕES DE LONGO PRAZO, DIZEM ESPECIALISTAS

Gás da União poderia testar efetivamente o apetite do mercado por gás e contribuir para reduzir incertezas no mercado

Por estúdio epbr 22 de novembro de 2023 Em Mercado de gás, Política energética, Vídeos



Assista aqui : <https://youtu.be/fw-Y-FBX7o>

RIO – A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) pode assumir, por meio de leilões do gás natural que cabe à União nos contratos de partilha, um papel estratégico na convergência entre a oferta e a demanda nos próximos anos e, assim, estimular novos investimentos em infraestrutura de gás, de acordo com especialistas do setor.

A diretora de gás natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Sylvie D'Apote, destaca que o mercado brasileiro passará até o fim da década por um choque de oferta e que os produtores precisam de uma perspectiva de demanda para investir em novos projetos. Segundo ela, isso passa por políticas públicas que ajudem a casar os dois lados.



Esse encontro entre oferta e demanda não é simples, mas a PPSA poderia ajudar a construí-lo, na avaliação do CEO da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto.

O consultor defende que o gás da União poderia ancorar leilões de venda de gás no longo prazo para testar efetivamente o apetite do mercado.

“A PPSA pode ser um ponto de partida para isso”, afirmou Moreira Neto, ao participar nesta quarta (22/11) do painel Caminhos para o mercado de gás, no 6º Fórum Técnico da PPSA, no Rio de Janeiro.

Ele defende que os leilões poderiam, eventualmente, priorizar segmentos que consigam descarbonizar suas operações por meio do aumento do consumo de gás.

“Ou que [o governo] escolha segmentos específicos, é legítimo qualquer governo decidir”, complementou.

Leilões ajudam a reduzir incertezas

O professor do Instituto de Energia da PUC, Edmar de Almeida, acredita que leilões são instrumentos importantes para ajudar a reduzir o grau de incertezas com que a indústria de gás lida na decisão de investimentos. Ele relembra o caso do setor elétrico.

“Hoje não precisa mais [de leilões de longo prazo], devido a um outro contexto de mercado, mas naquela época [2004, pós-acionamento] foi fundamental”, disse.

Almeida cita o modelo alemão adotado para desenvolvimento do mercado de hidrogênio verde, por meio de leilões casados de oferta e de demanda – segundo o qual os fornecedores do gás apresentam os preços de venda do produto e, ao mesmo tempo, as indústrias apresentam o preço que estão dispostas a pagar.

“Aí se houver um match [convergência] automático, ótimo. Se não tiver, saberemos exatamente qual o subsídio, apoio, incentivo necessário para fazer esse casamento e se é possível, de fato, descarbonizar o carvão [na siderurgia] e deixar de se consumir coque de petróleo na indústria de cimento”, comentou.

Para ele, o principal papel da PPSA no desenvolvimento do mercado, contudo, não está na venda do gás da União, mas sim no uso de sua expertise técnica nas discussões de governo sobre políticas públicas.

“O papel da PPSA é ajudar o governo, as instituições do Estado brasileiro a construir um alinhamento das expectativas dos agentes da cadeia, uma visão de futuro. Sem reduzir o grau de incerteza vai ser muito difícil investir.. A PPSA tem um papel privilegiado nisso, porque ela tem muitas informações que muitos agentes do Estado não têm. Ela está lá conversando com as empresas, sabe as dificuldades técnicas de se produzir gás, de escoar, sobre o porquê se faz a reinjeção...”, completou.

Mercado à espera do Gás para Empregar

O diretor do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, Marcello Weydt, afirmou que o governo tem apostado no diálogo com os agentes do mercado, na estruturação do Gás para Empregar.

Segundo ele, um primeiro relatório dos grupo de trabalho do programa deve ficar pronto em março de 2024.

“O timing da decisão política é muito importante”, comentou Moreira Neto.

Segundo o consultor, o setor industrial vive um momento de definições sobre o futuro de seus planos de descarbonização e a falta de clareza sobre para aonde vai a política do gás já tem resultado na migração de clientes industriais para energias alternativas, como a biomassa.

A previsão da PPSA é que a produção de gás natural dos contratos de partilha totalize cerca de 3,3 milhões de m³/dia em 2024 – dos quais cerca de 200 mil m³/dia cabem à União.

Esses volumes são crescentes: a previsão é que, no pico, a parcela de gás da União atinja os 3,5 milhões de m³/dia em 2029. A previsão da PPSA é que, nos próximos dez anos, a receita gerada pela comercialização do gás da União totalize R\$ 4 bilhões.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2023

PPSA BUSCARÁ MAIS OPÇÕES DE COMPRADORES PARA O GÁS DA UNIÃO EM 2024, DIZ TABITA

Hoje, todo o volume de gás da União é comercializado diretamente com a Petrobras
Por estúdio epbr 22 de novembro de 2023 Em Mercado de gás, Petróleo e gás, Política energética, Vídeos

RIO – A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) pretende começar em 2024 a vender a parcela de gás natural que cabe à União nos contratos de partilha no Sistema Integrado de Processamento (SIP), afirmou nesta quarta (22/11) a presidente interina da estatal, Tabita Loureiro.

A iniciativa permitiria que outras empresas comprem a molécula da estatal. Hoje, todo gás da União é comercializado diretamente com a Petrobras, na própria plataforma, mas o plano da PPSA, segundo Loureiro, é “avançar um pouco” e “tentar pelo menos ultrapassar o SIE [a infraestrutura de escoamento]” — o que significa vender o gás nas unidades de processamento.



Assista aqui : <https://youtu.be/LPEbClk6fy8>

“Se hoje a gente vende o nosso gás, a molécula aqui no FPSO [na plataforma, diretamente para a Petrobras], com 3 milhões de m³/dia [de produção de gás no regime de partilha], a gente precisa acessar o sistema de escoamento, precisa acessar o sistema de processamento e entregar minimamente aqui [no processamento] para o mercado e para a indústria como um todo”, comentou Tabita Loureiro, ao apresentar o estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha da Produção” durante o 6º Fórum Técnico da PPSA, no Rio de Janeiro (veja a íntegra da apresentação acima).

Loureiro afirmou à agência epbr que o modelo da comercialização no SIP ainda está sendo discutido com o Ministério de Minas e Energia.



A ideia é que a produção de campos que geram pequenos volumes de gás para a União continue sendo comercializada diretamente com a Petrobras.

Produção de gás da União deve atingir pico em 2029

O SIP reúne as unidades de processamento de gás da Petrobras no eixo Rio-São Paulo: a UTGCA (Caraguatatuba/SP), a UTGCAB (Cabiúnas/RJ) e a futura UTGITB (Gaslub/RJ).

Os ativos estão disponíveis para uso compartilhado com outras companhias. Dentre as empresas que têm acesso ao sistema estão a Petrogal, Shell e a CNOOC

A previsão da PPSA é que a produção de gás natural dos contratos de partilha totalize cerca de 3,3 milhões de m³/dia em 2024 – dos quais cerca de 200 mil m³/dia cabem à União.

Esses volumes são crescentes: a previsão é que, no pico, a parcela de gás da União atinja os 3,5 milhões de m³/dia em 2029.

A previsão da PPSA é que, nos próximos dez anos, a receita gerada pela comercialização do gás da União totalize R\$ 4 bilhões.

“Estamos aguardando as diretrizes das políticas públicas que serão endereçadas a esses 3 milhões de m³/dia de gás natural”, afirmou Tabita Loureiro.

O governo federal está debruçado, neste momento, sobre a estruturação do Gás para Empregar – um programa que promete ofertar gás natural a preços competitivos.

A ideia é aumentar a parcela de gás da União, disponível para políticas públicas, por meio da permuta (swap) de óleo da União por volumes adicionais de gás a serem ofertados em leilões de longo prazo.

Produção de petróleo e investimentos

O gás natural, no entanto, vai responder por uma parcela pequena da produção dos contratos de partilha, que deve atingir pico 2,3 milhões de barris de petróleo por dia em 2029. Já a parcela do óleo da União pode chegar a 920 mil barris por dia em 2031.

Em dez anos, a produção acumulada pode atingir 6,5 bilhões de barris, sendo 1,3 bilhão de barris destinados à União até 2033, segundo estimativas da PPSA detalhadas na apresentação de Tabita Loureiro durante o 6º Fórum Técnico da PPSA.

Com as projeções vigentes para o preço do óleo, a receita da comercialização, pela PPSA, pode atingir R\$ 462 bilhões no período, além de R\$ 373 bilhões em royalties e R\$ 315 bilhões, em tributos federais.

A expectativa é que o desenvolvimento dos contratos de partilha demande a contratação de 18 plataformas de produção (FPSOs) de até 225 mil barris/por dia de capacidade até 2033

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2023

RENOVABIO: PRODUTORES DE ETANOL DIZEM QUE POLÍTICA CUMPRE OBJETIVOS APESAR DE CENÁRIOS ADVERSOS

Na segunda (21/11), distribuidoras levaram ao MDIC propostas de reforma no programa de descarbonização do mercado de combustíveis

Por Nayara Machado 22 de novembro de 2023 Em Biocombustíveis, Política energética



(Foto: Divulgação Celfenergia)

BRASÍLIA — Produtores de biocombustíveis saíram em defesa da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) nesta semana, após críticas das distribuidoras ao funcionamento do programa.

Na visão de Unica, Bioenergia Brasil e Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (Bioind MT), as propostas de reforma no RenovaBio descaracterizam a política de descarbonização a favor de interesses “meramente comerciais” e ignoram fatores externos que impactaram

o mercado nacional de combustíveis.

Desde que passou a valer no Brasil, em 2020, a obrigação para que as empresas compensem as emissões dos combustíveis fósseis que distribuem, o cenário macroeconômico atravessou diversas turbulências, com efeitos também sobre o funcionamento da nova política. [Veja linha do tempo ao final da matéria]

Os produtores listam pandemia de Covid-19, quebra de safra de cana-de-açúcar por questões climáticas e intervenções federais no RenovaBio para rebater as críticas das distribuidoras.

E dizem que a política cumpre seus objetivos, apesar das adversidades políticas e econômicas.

Com cerca de 109 milhões de CBIOS emitidos, o programa evitou o lançamento desse mesmo volume de toneladas de CO₂ à atmosfera entre 2020 e 2023, já que cada crédito equivale a uma tonelada de carbono evitada durante a produção de etanol, biodiesel ou biometano.

De acordo com a Bioind MT, a política também está alavancando investimentos na indústria, para melhorar sua eficiência energética e ambiental.

“As indústrias de bioenergia de Mato Grosso têm, ano a ano, feito volumosos investimentos tanto para rastreamento e mensuração das informações sobre sua matéria-prima, quanto para desenvolver e implantar soluções para reduzir suas emissões”, diz a associação que representa produtores de etanol de milho.

Terceiro maior produtor de etanol do Brasil e líder na produção do biocombustível de milho, o Mato Grosso deve contribuir, nesta safra, com a produção de 5,5 bilhões de litros do renovável.

“O programa é considerado pelo diretor geral da Agência Internacional de Energia como a maior iniciativa de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na matriz de transportes do mundo”, defende a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

O que querem as distribuidoras

Na segunda (20/11), um grupo formado pelas maiores distribuidoras do país retomou oficialmente a agenda de mudanças do programa de descarbonização do setor de combustíveis, alegando que o RenovaBio falhou em elevar a oferta de biocombustíveis e representa um peso nos consumidores de gasolina e diesel.

A frente batizada de Movimento + Bio é formada por Vibra, Ipiranga, e Brasilcom, federação que representa mais de 40 empresas com atuação regional. E pretende transferir a obrigação de compra de créditos de descarbonização (CBIOS) para as refinarias, além de transformar o RenovaBio em um mercado regulado de carbono compatível com outros setores.

As propostas foram entregues a Wallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Comércio, Serviços e Inovação.



Produtores rebatem

“O posicionamento das distribuidoras esquece que houve uma pandemia, com impactos inegáveis ao consumo. Em sequência, por conta de iniciativas eleitoreiras, o mercado nacional de combustíveis sofreu interferências de ordem tributária que ceifaram a competitividade do etanol frente à gasolina, fator determinante para forte redução da sua utilização.”, diz a nota da Bioenergia Brasil.

“É importante registrar que entre 2021 e 2022, o setor sofreu com o clima, secas e geadas, e nem assim houve risco de desabastecimento”, completa a coalizão formada por associações e sindicatos de produtores de etanol.

Para a Unica, a postura do grupo de distribuidoras tenta pressionar o governo para desfigurar o RenovaBio e beneficia apenas os combustíveis fósseis.

Em nota, a associação rebate a acusação das distribuidoras sobre escassez de CBIOs, afirmando que, no final de setembro, a oferta de créditos superou o volume necessário para cumprimento das metas anuais, com 6 milhões de títulos sendo aposentados acima da exigência, em antecipação às metas para março de 2024.

Distribuidoras cumprem 92,3% da meta total de CBIOs de 2022

A Bioenergia Brasil alerta ainda que a transferência de obrigação para o refino concentraria a demanda por CBIOs na Petrobras.

“Na prática, as distribuidoras que subscrevem a matéria desejam transferir a parte obrigada do RenovaBio delas próprias para os produtores de combustíveis fósseis, o que na prática quer dizer jogar cerca de 80% da obrigação na mão de uma única empresa, a Petrobras”, diz o texto.

Nesta quarta (22/11) a Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio) se uniu ao coro em uma nota onde “solidariza com os produtores de etanol”.

A frente presidida pelo deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) avalia que há uma tentativa de desestabilizar a discussão proposta pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na consulta pública que recebe sugestões de aperfeiçoamento do programa.

“Este é o caminho que o Brasil deve seguir. Consultar todos os setores interessados – inclusive os contrários – para, então, fortalecer, qualificar ainda mais, ampliar o alcance do RenovaBio e, assim, criar caminhos para descarbonizar a economia”, defende a FPBio em nota assinada também pelas associações da indústria Abiove, Aprobio e Ubrabio.

Pandemia, quebra de safra e intervenção bolsonarista

De acordo com a Unica, pelo menos quatro fatores impactam o mercado de etanol desde que o RenovaBio entrou em operação.

“Entre 2020 e meados de 2022, a pandemia de Covid-19 reduziu consideravelmente o consumo de combustíveis, exigindo ajustes nas metas do RenovaBio”, lista.

Além disso, o setor sofreu prejuízos na produtividade agrícola por causa do clima atípico na safra 2021/2022, o que levou a uma redução na moagem de cana-de-açúcar em mais de 80 milhões de toneladas.

Outro fator que ajudou a reduzir o consumo de etanol foi a desoneração da gasolina, em março de 2022, como tentativa do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de conter o aumento dos preços dos combustíveis. Com isso, o biocombustível perdeu sua competitividade em relação ao fóssil, e o consumidor escolheu usar mais gasolina.

Foi também em 2022 que um decreto editado por Bolsonaro deu mais prazo para as distribuidoras comprovarem o cumprimento das metas de aquisição de CBIOs, o que, na visão dos produtores, prejudicou a dinâmica do mercado.

A Unica argumenta que apesar do cenário atípico, o RenovaBio “manteve o seu funcionamento inalterado e tem permitido mudanças importantes no setor produtivo para a ampliação da eficiência ambiental dos biocombustíveis”.

Linha do tempo:

- Abr/2020: Crise vai exigir revisão de meta do RenovaBio
- Jul/2020: Crise dispara tentativas de reforma do RenovaBio
- Ago/2020: Distribuidoras são contempladas em revisão das metas do RenovaBio
- Out/2020: Clima e dólar estimulam maior produção de açúcar do que etanol – mesmo com CBIO em alta
- Nov/2020: IBP e distribuidoras tentam reduzir ou postergar metas do RenovaBio em 2020
- Nov/2020: Brasilcom entra com nova ação judicial para reduzir metas do Renovabio
- Dez/2020: O que as distribuidoras querem mudar no RenovaBio
- Dez/2020: Justiça federal derruba última liminar contra metas do Renovabio
- Set/2021: Emendas à MP dos combustíveis tentam reformar RenovaBio
- Mar/2022: Preço do CBIO ultrapassa os R\$ 100
- Abr/2022: Distribuidoras de combustíveis pedem mudanças no mercado de CBIO
- Jul/2022: Bolsonaro flexibiliza prazos do RenovaBio por decreto
- Abr/2023: Governo Lula retoma prazo para comprovação das metas do RenovaBio em 31 de dezembro
- Set/2023: MME propõe revisão da meta decenal do RenovaBio
- Nov/2023: Custo do RenovaBio deve ser assumido pelas refinarias, defendem distribuidoras

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

PARLAMENTARES E ESPECIALISTAS RESSALTAM QUE PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA É CONSTITUCIONAL

Lula tem até amanhã para sancionar projeto

Por Eduardo Gonçalves, Gabriel Sabóia e Camila Turtelli — Brasília



Votação do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia no Senado — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem até esta quinta-feira para decidir sobre a sanção do projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam no país. Ele pode vetar ou sancionar, parcial ou integralmente. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que a medida é importante para o planejamento de investimentos do próximo ano e para a geração de emprego e renda.

Alguns setores do governo avaliam a constitucionalidade do projeto de desoneração da folha, enquanto especialistas e parlamentares ressaltam que a prorrogação da desoneração é legal.



O jurista Gustavo Binenbojm, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirmou que a "questão constitucional" da prorrogação da desoneração da folha "já foi superada"

Ele afirma que a Reforma da Previdência de 2019 não impediu a prorrogação da desoneração já em vigor, que é o caso da medida válida para os 17 setores da economia intensivos em mão de obra.

— A questão constitucional já foi superada. Não me parece que o governo tem algum argumento relevante para levar a discussão ao Supremo — disse.

Pareceres da Câmara e do Senado já atestaram que o projeto é constitucional, assim como o Supremo Tribunal Federal (STF), em um voto de 2021 do então ministro Ricardo Lewandowski.

No voto, Lewandowski afirmou que “a prorrogação do prazo de validade da substituição não pode ser considerada uma nova instituição, por não traduzir um novo regime, mas sim a manutenção de um regime já vigente e autorizado”.

Autor do projeto, o senador Efraim Filho (União-PB), reforçou esse entendimento:

— A Fazenda insiste na tese da inconstitucionalidade e, pelo menos, quanto aos 17 setores que estão sendo prorrogados, o nosso entendimento é que não há essa inconstitucionalidade.

Relatora do projeto na Câmara, a deputada Any Ortiz (Cidadania-SP) afirma que o Congresso entendeu a urgência da prorrogação e que é preciso dar previsibilidade para as empresas.

— Foi permitido pela Reforma da Previdência a prorrogação da desoneração da folha para setores específicos. Levamos isto em consideração e não incluímos novos setores no relatório do projeto, justamente pelo veto da legislação previdenciária. O assunto já foi debatido no STF, é constitucional — disse ela.

A desoneração da folha está em vigor até o próximo dia 31 de dezembro. O modelo substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores intensivos em mão de obra, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminui custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes. Os segmentos são responsáveis por 9 milhões de empregos formais.

Durante a tramitação do projeto, foi inserida uma redução de alíquotas (de 20% para 8%) na contribuição previdenciária para municípios com menos de 156 mil habitantes.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/11/2023

DEPUTADOS SE REÚNEM COM MINISTRO E AMEAÇAM DERRUBAR PORTARIA SOBRE TRABALHO EM FERIADOS

Portaria do Ministério do Trabalho revogou uma regra que facilitava o trabalho nesses dias
Por Alice Cravo — Brasília

Deputados da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços querem votar, ainda nesta quarta-feira, o decreto legislativo que suspende a portaria editada pelo Ministério do Trabalho com regras para trabalhos aos domingos e feriados, caso o texto do governo não seja revogado.

— Essa é uma conversa que tem que ter espaço de negociação, a gente espera que haja um bom senso do Ministério do Trabalho de revogar a portaria, abrir o diálogo e construir soluções que atendam trabalhadores, empresários e população [...] Se não revogar, nossa disposição é de votar hoje — afirmou o deputado Domingos Sávio (PL-MG), presidente da frente parlamentar.



Comércio fechado em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo

Sávio deu as declarações durante um almoço oferecido pela frente parlamentar ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O decreto legislativo está entre os assuntos abordados no encontro.

Na terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou a urgência no decreto legislativo por 301 votos a 131. Deputados ligados a setores empresariais justificaram que

a portaria dificulta o trabalho aos domingos e feriados no setor de comércio. A portaria foi editada no último dia 15 pelo Ministério do Trabalho e alterou uma regra publicada em 2021, que facilitava o funcionamento de comércios nesses dias.

O deputado Luiz Gastão (PSD-CE), autor da proposta, afirmou que há entendimento dos líderes pela votação e que isso foi passado ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, durante reunião na manhã desta quarta-feira.

— Ninguém está querendo sair de mesa de negociação. Agora, o Congresso já votou uma urgência, o Congresso tem que ter uma posição. O Congresso não pode ficar à mercê, somos um Poder. O Congresso Nacional tem que exercer seu poder. Se ontem ele requereu a urgência, é porque esse fato requer urgência para ser solucionado, e ele tem que ter uma solução. Ou se revoga a portaria ou se vota o PDL.

O ministro Alexandre Padilha afirmou que comunicou aos deputados que o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, terá uma reunião ainda nesta quarta-feira com representantes dos trabalhadores, empresários e do setor de serviço e comércio para tratar sobre a portaria. Padilha afirmou que tinha "certeza absoluta" que a pasta contruiria uma proposta de acordo.

— Dei o informe que que o ministro Luiz Marinho chamou reunião com representantes dos empresários, setor de serviço e comércio e dos trabalhadores para na mesa de diálogo encontrar melhor solução possível para o tema [...] Acredito que vamos ter uma solução para isso através do Ministério do Trabalho e Emprego — afirmou, completando sobre uma possível revogação da portaria: — Não vou antecipar algo que vai ser produto da reunião dessa tarde. Mas tenho certeza absoluta que hoje à tarde o ministro do Trabalho e Emprego vai construir uma proposta de acordo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

CMIG4: AÇÕES DA CEMIG DESPENCAM NA B3 APÓS ZEMA ACEITAR PROPOSTA DE REPASSE DA ESTATAL À UNIÃO

Objetivo é reduzir dívida do estado, que está em grave crise financeira

Por Camila Turtelli — Brasília



Usina hidrelétrica jaguara da Cemig — Foto: Divulgação

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse hoje que está de acordo com a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de repassar ativos do estado para a União como forma de equacionar a dívida bilionária mineira com o governo federal. Essa é uma alternativa ao Plano de Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Entre esses ativos, estaria o controle da geradora e



distribuidora de energia Cemig, que Zema pretendia privatizar. As ações da empresa despencaram na Bolsa de São Paulo, a B3, com a notícia. Segundo o Valor Data, os papéis CMIG4 acumulavam queda de 12,4% às 16h51.

— Estamos de acordo — disse Zema, após ser questionado sobre se concorda com a proposta de Pacheco.

Atualmente, a dívida de Minas Gerais é de aproximadamente R\$ 160 bilhões. O governador se reuniu com Pacheco no Congresso Nacional. Agora, a viabilidade do documento está sob análise do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Enquanto o RRF, proposto pelo governo estadual, prevê medidas como o congelamento de salários de servidores públicos e a privatização de estatais, como a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a proposta de Pacheco pretende federalizar ativos do Estado.

Seriam repassados à União empresas como a Companhia Energética Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), ou empresa que o mercado financeiro esperava que Zema pudesse privatizar.

Qual era o plano para a privatização da Cemig?

Em outubro, Zema apresentou a deputados estaduais seu plano para privatizar a Cemig, uma promessa de campanha que não conseguiu cumprir em seu primeiro mandato.

Na proposta, que chamou de "modernização" da Cemig, o Palácio da Liberdade propôs a transformação da estatal de energia elétrica em uma corporação, com ações negociadas na Bolsa, mas sem controlador definido.

Pelo plano, o governo de Minas seguiria como o principal acionista da empresa, com 17,04% do capital, mas longe da metade das ações com direito a voto. Passaria a ser, segundo o governo mineiro, o "acionista-referência".

O modelo é parecido com o apresentado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para a privatização da Sabesp, companhia paulista de saneamento, como na previsão de uma golden share, mas a principal diferença é que dispensa a emissão de novas ações na Bolsa.

A Cemig já é uma empresa de capital aberto com ações na Bolsa de São Paulo, a B3, mas é considerada uma estatal porque o governo mineiro é o acionista controlador, com pouco menos de 51% das ações com direito a voto, e portanto define os rumos da empresa.

No modelo de corporação, os principais acionistas tomam decisões estratégicas por meio de representantes no conselho de administração, onde nenhum deles tem maioria.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

TCU ESTIMA EM R\$ 34 BILHÕES OS PAGAMENTOS IRREGULARES NO BOLSA FAMÍLIA ESTE ANO E DETERMINA MEDIDAS AO GOVERNO

Auditoria do Tribunal encontra erros em cadastros, baixa fiscalização e pouca transparência no programa

Por Alvaro Gribel — Brasília

O Tribunal de Contas da União determinou nesta quarta-feira que o governo Lula adote uma série de medidas para diminuir as fraudes de cadastro no programa Bolsa Família. Uma auditoria técnica feita pelo Tribunal estimou que a concessão de benefícios irregulares pode ter chegado a R\$ 14 bilhões de janeiro a maio deste ano, com potencial para subir a R\$ 34 bilhões em 2023.

Segundo auditoria, a análise do programa encontrou uma série de inconsistências no CadÚnico, como divergência de renda em 40% das famílias cadastradas, e inconsistências de composição familiar em 33% das famílias beneficiárias.



Lula, a primeira-dama, Janja, o ministro Wellington Dias e uma beneficiária do Bolsa Família no lançamento do programa — Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

- Estima-se que 22% das famílias que receberam benefícios de forma irregularmente, o que representa pagamentos de R\$ 14 bilhões, somente de janeiro a maio de 2023, com potencial prejuízo de R\$ 34 bilhões em 2023 - afirmou o ministro Walton Alencar Rodrigues, durante apreciação do relatório nesta quarta-feira.

Entre as medidas determinadas pelo Tribunal estão a melhora na coleta de informações e maior transparência no CadÚnico.

- Por essas razões proponho determinações e recomendações ao Ministério para otimizar a coleta de dados, a gestão, a transparência e o controle social do CadÚnico, aprimorando a execução do programa público - disse Rodrigues, que foi seguido por todos os ministros.

Segundo Rodrigues, o TCU também encontrou falhas na supervisão de apoio técnico prestados pelo Ministério e pelos estados aos municípios, o que contribuiu para inclusão de dados equivocados no sistema e a ocorrência de pagamentos irregulares.

Além disso, houve descumprimento do índice mínimo de 20% de visitas domiciliares previsto para certificar a veracidade dos dados.

- Capacitação insuficiente dos agentes do CadÚnico com falta de padronização, erros no preenchimento dos formulários, não requisição de documentos e a ausência de explanação prévia para o recebimento do Bolsa Família - completou o ministro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

ZANIN, DO STF, CASSA DECISÃO QUE RECONHECIA VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE ENTREGADOR E APLICATIVO RAPPI

Por Rennan Setti



Entregador a serviço da Rappi — Foto: Alexandre Cassiano/Ag. O Globo

Em decisão monocrática, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou nesta quarta-feira o reconhecimento de vínculo empregatício de um entregador e o aplicativo Rappi. A relação havia sido reconhecida em parecer do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em setembro e toca no cerne do modelo de negócio de plataformas de delivery.

A decisão de Zanin atendeu a recurso do Rappi, que discordava da decisão do TST. Na avaliação do ministro, o TST desconsiderou a jurisprudência consolidada sobre o tema.

“A reclamação é procedente, pois a decisão impugnada afrontou decisões vinculantes do Supremo Tribunal Federal”, escreveu o ministro em sua decisão. “Detalho que o Supremo Tribunal Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, entendeu ser possível a terceirização de qualquer atividade econômica, ficando superada a distinção estabelecida entre atividade-fim e atividade-meio firmada pela jurisprudência trabalhista.”

Para Zanin, “ao reconhecer o vínculo de emprego, a Justiça do Trabalho desconsiderou os aspectos jurídicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica e de organização das atividades produtivas.”

(Matéria em atualização).

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 22/11/2023

PRIVATIZAÇÃO DA SABESP RECEBE SINAL VERDE DE COMISSÕES DA ALESP E ESTÁ PRONTA PARA SER VOTADA EM PLENÁRIO

Relatório do deputado Barros Munhoz (PSDB) foi aprovado no congresso de comissões nesta quarta; texto garante 18 meses de estabilidade aos funcionários da empresa

Por Bianca Gomes — São Paulo



A Sabesp, companhia de saneamento de São Paulo, pode ser privatizada pelo governador Tarcísio de Freitas — Foto: Gilberto Marques/Governo de SP

O projeto de privatização da Sabesp superou mais uma etapa de tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e agora está pronto para ser votado em plenário. Nesta quarta-feira, parlamentares aprovaram o relatório do deputado Barros Munhoz (PSDB), que traz poucas mudanças em relação ao texto original enviado em outubro pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Com 27 votos, o relatório do tucano teve o aval da maioria dos deputados no chamado congresso de comissões, colegiado que reúne as comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Planejamento; e Infraestrutura. O colegiado é estratégico porque reúne comissões permanentes da Alesp com o objetivo de acelerar a deliberação de projetos, sem avaliação do texto em cada uma delas.

O PT e o PSB apresentaram relatórios separados, mas não conseguiram apoio da maioria. O relatório vitorioso de Barros Munhoz acolheu apenas 26 das 173 emendas apresentadas por deputados da Casa, que não trazem mudanças radicais em relação à proposta original do governo. Uma das alterações acatadas trata da garantia de estabilidade a funcionários da Sabesp por 18 meses. O tucano negou, porém, a necessidade de convocar um plebiscito sobre a venda da estatal, como defendido pela oposição.

O Projeto de Lei (PL) a ser votado pelos deputados estaduais é apenas autorizativo. Ou seja, libera a venda da empresa por parte do governo do estado, como um cheque em branco. Os detalhes sobre a modelagem ainda serão definidos por Tarcísio. O PL não aponta, por exemplo, por quanto a empresa será vendida.

—A fase um do estudo (da consultoria International Finance Corporation), que acaba no fim de janeiro, vai dizer o valor da empresa. Vamos autorizar a venda de uma empresa sem saber o valor dela? Você passa sua casa para o corretor vender sem saber o valor que será vendido? — disse o deputado Antonio Donato (PT) antes da votação.

Agora, o Projeto de Lei (PL) que prevê a venda da Sabesp segue para votação em plenário. A oposição, além de obstruir a votação utilizando as seis horas de discussão legalmente previstas, deve apresentar as chamadas “emendas de plenário”, que propõem alterações no texto. O recurso legislativo será usado pela oposição de maneira estratégica, para ganhar tempo, já que as emendas precisam ser apreciadas novamente em reunião do congresso de comissões.

No entanto, como o projeto foi protocolado em regime de urgência, após 45 dias de tramitação na Casa (dia 1º de dezembro) ele já está pronto para ser votado, independentemente de qualquer pendência, como a análise das emendas de plenário.

A proposta de desestatização da Sabesp passou apenas por uma audiência pública, realizada na última quinta-feira, em meio a um esquema especial de segurança que dividiu a plateia entre grupos favoráveis e contrários à venda da estatal paulista. O deputado Emídio de Souza (PT), que coordena a Frente Parlamentar Contra a Privatização da Sabesp na Assembleia Legislativa, usou a prerrogativa do mandato para convocar uma outra audiência pública no próximo dia 28.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

TCU AUTORIZA GOVERNO A CUMPRIR PISOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO SOMENTE EM 2024

Tribunal segue orientação da área técnica, de que a mudança do piso passa a valer apenas para o orçamento do ano seguinte

Por Alvaro Gribel — Brasília



TCU analisa caso das joias do Bolsonaro — Foto: Reprodução

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval para que o governo federal comece a cumprir os novos pisos da saúde e da educação apenas em 2024. A medida já havia sido aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula, e agora ganha também o sinal verde do tribunal de contas.

O processo foi relatado pelo ministro Augusto Nardes, que foi seguido por todos os demais pedidos. Nardes também arquivou pedido feito pelo Psol, na Câmara, que pedia que o governo cumprisse o piso.

- Mudanças nas aplicações mínimas, em ações de serviços públicos exigidos pela Constituição Federal, decorrentes de alterações do texto constitucional, não retroagem, salvo quando houver expressa cláusula, devendo ser aplicado somente a partir do orçamento seguinte, em observância da razoabilidade, da segurança jurídica, da anterioridade e do equilíbrio - afirmou Nardes.

Durante a vigência do teto de gastos, de 2017 a 2023, os pisos de Saúde e Educação eram os valores gastos em 2016 acrescido da inflação do período. Com a aprovação do novo arcabouço fiscal, que derrubou o teto de gastos, voltaram a valer as regras antigas.

A regra constitucional prevê a destinação mínima de 15% da chamada receita corrente líquida (RCL) para despesas na área da Saúde, bem como 18% da receita líquida de impostos para Educação.

No fim de setembro, o Ministério da Fazenda oficializou uma consulta ao TCU sobre a possibilidade de aplicação dos pisos constitucionais nessas duas áreas só a partir de 2024, e não no exercício de 2023.

Em outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que permite o piso menor este ano. Essa proposta havia sido incluída no projeto de lei que compensou perdas de ICMS a estados e municípios. O projeto havia sido aprovado pelo Senado no começo do mês e pela Câmara em setembro.

O cálculo do novo piso da Saúde foi acrescentado em tramitação na Câmara pelo relator, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), a pedido do Planalto. Com o fim do teto de gastos, em agosto, após a aprovação do arcabouço fiscal, o mínimo constitucional para gastos com Saúde voltou a ser de 15% das receitas correntes líquidas.

Como solução, Zeca Dirceu propôs considerar o mínimo de 15% em cima da Lei Orçamentária de 2023, formulada em 2022, que tem um valor menor do que as receitas atuais. Esse dispositivo reduz o gasto adicional para bancar o piso de R\$ 20 bilhões para R\$ 5 bilhões apenas este ano. A ideia teve aval do governo, que pediu para os senadores da base aprovarem a proposta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

ZEMA ACEITA PROPOSTA DE PACHECO PARA REPASSAR À UNIÃO ATIVOS DE MINAS, COMO A CEMIG

Objetivo é reduzir dívida do estado, que está em grave crise financeira

Por Camila Turtelli — Brasília



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o governador de Minas, Romeu Zema — Foto: Cristiano Mariz/Luís Ivo /Agência O Globo

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse hoje que está de acordo com a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de repassar ativos do estado para a União como forma de equacionar a dívida bilionária mineira com o governo federal.

Essa é uma alternativa ao Plano de Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Entre esses ativos, estaria o controle da geradora e distribuidora de energia Cemig, que Zema pretendia privatizar.

— Estamos de acordo — disse Zema, após ser questionado sobre se concorda com a proposta de Pacheco.

Atualmente, a dívida de Minas Gerais é de aproximadamente R\$ 160 bilhões. O governador se reuniu com Pacheco no Congresso Nacional. Agora, a viabilidade do documento está sob análise do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Enquanto o RRF, proposto pelo governo estadual, prevê medidas como o congelamento de salários de servidores públicos e a privatização de estatais, como a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a proposta de Pacheco pretende federalizar ativos do Estado.



A Cemig estava nos planos de privatização do governador de Minas, Romeu Zema — Foto: Divulgação

Seriam repassados à União empresas como a Companhia Energética Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais e a própria Codemig.

O projeto também inclui a cessão de créditos à União, ligados ao acordo em discussão sobre a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana, e a instituição de um novo Programa de Refinanciamento e Regularização Fiscal do Rio Grande do Norte (Refis) para os estados.

'#MentiraTemPernaLonga': sem citar Lula, Zema rebate presidente e diz que sempre buscou soluções para dívida de Minas
<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/22/mentiratempernalonga-sem-citar-lula-zema-rebate-presidente-e-diz-que-sempre-buscou-solucoes-para-divida-de-minas.ghtml>

O plano de recuperação fiscal consiste na adoção de medidas de controle de gastos e aumento de receitas para que, ao final de nove anos, o estado comece a pagar a dívida com a União.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

BNDES E VALE TERÃO FUNDO DE INVESTIMENTOS PARA MINERAIS CRÍTICOS COM FOCO EM VEÍCULOS ELÉTRICOS , DIZ MERCADANTE

Banco financia ônibus com baterias movidas a eletricidade

Por *Julia Noia e Vitor da Costa* — Rio de Janeiro



Aloizio Mercadante, do BNDES, discursa ao lado dos presidentes da Vale, Eduardo Bartolomeo (ao centro), e da Petrobras, Jean Paul Prates — Foto: Gabriel de Paiva/Agência O Globo

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse nesta quarta-feira que a instituição trabalha em parceria com a Vale para o lançamento de um fundo para o investimento em minerais críticos.

Na avaliação do executivo, um dos maiores desafios do Brasil em relação ao processo de transição energética é a agregação de valor aos produtos. Ele citou o exemplo da indústria de ônibus do país que, segundo ele, produz 52% dos veículos que circulam na América Latina, mas que seguem movidos a diesel.

- Ou migramos para o ônibus elétrico ou vamos perder esse mercado e essa história. Temos um gigantesco poder de compra, um mercado interno muito forte, uma rede de distribuição e uma presença na região

Segundo Mercadante, o BNDES está financiando projetos para gerar maior valor agregado para as baterias produzidas no Brasil. A parceria com a Vale ajudaria nesse processo. O presidente do banco não deu detalhes sobre valores e prazos dos investimentos.



- Nós somos a quarta indústria de lítio, e vamos lançar um programa especial com a Vale em minerais críticos, que nos interessa muito sair na frente. Não é só produzir o mineral, mas agregar valor no Brasil com essa indústria de ônibus elétricos

De acordo com o executivo, a instituição ajudou a financiar 1.300 ônibus elétricos que circulam na cidade de São Paulo, com investimento de R\$ 2,5 bilhões.

Ônibus elétrico articulado para transporte de grande número de passageiros, em São José dos Campos —



Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

Segundo Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale, a empresa busca triplicar sua produção de cobre e dobrar a de níquel, minerais usados em baterias de carros elétricos. Ele ressaltou a venda da fatia do negócio de metais básicos da Vale para empresas árabes em julho. Pelo acordo, a Manara Minerals e a Engine No. 1 pagariam US\$ 3,4 bilhões, passando a deter 13% da Vale Base Metals (VBM).

— A cisão do nosso negócio de metais básicos vai falar de transição energética mais diretamente. A demanda de níquel, cobre, cobalto e nióbio e de todos os minerais críticos é presente e real. Segmentamos o negócio e trouxemos parceiros para dar foco nisso. O nosso parceiro de classe mundial validou uma tese de valor muito relevante — afirma.

Inteligência artificial

Mercadante ainda destacou a importância do investimento em inteligência artificial por parte de empresas. O banco lançou uma linha de crédito para o segmento de R\$ 2 bilhões.

- Empresas que não usarem inteligência artificial não serão competitivas no futuro. É uma exigência utilizar a inteligência artificial para ganhar eficiência e ter respostas personalizadas para ter capacidade de previsão futura. As grandes empresas que estão se impondo no mercado vêm com essas bagagens e esses investimentos.

Mercadante disse que o banco e o Fundo Amazônia vão lançar projetos voltados para reflorestamento da Amazônia e buscam parceiros internacionais para isso.

- A primeira vantagem competitiva que o Brasil tem é que temos 25% de florestas tropicais. A única resposta imediata e urgente e capaz de sequestrar carbono é impedir o desmatamento e reflorestar parte do território da Amazônia.

Ainda assim, Mercadante ponderou que não é viável a substituição imediata do uso de fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis. Dessa forma, seria necessário acelerar a transição energética.

O executivo defendeu a atuação do banco em operações de captação de recursos por parte de empresas no mercado. Após o escândalo da Americanas, o mercado de emissões de títulos de crédito privado sofreu forte retração no primeiro trimestre, com redução do número de emissões e aumento dos spreads.

O cenário começou a melhorar em junho, com o lançamento de emissões incentivadas, voltadas para projetos de infraestrutura. O BNDES atuou em algumas operações, o que garantiu maior demanda e redução das taxas pagas pelas empresas.

Segundo Mercadante, a atuação em operações do tipo pelo BNDES vai continuar.

- Na área de estrutura, depois da Americanas, tivemos uma aversão ao risco no Brasil e o BNDES entrou para alavancar o mercado de capitais. Temos visto algumas vozes no mercado, reclamando que o BNDES entrou, mas se não entrássemos, não saía. Fizemos as duas maiores emissões de infraestrutura na história. (...) O 'B' de BNDES é de banco e não de bobo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

GOVERNO ESTÁ PERDENDO O CONTROLE DA ARRECADAÇÃO POR CONTA DE ISENÇÕES, DIZ SECRETÁRIO DA RECEITA

No momento, governo corre para aprovar tributação de grandes empresas que recebem benefícios via ICMS

Por Renan Monteiro — Brasília



O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas — Foto: Edu Andrade/MPO

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou nesta quarta-feira que o nível de gastos tributários (isenções de impostos) no Brasil está levando a um cenário de perda de controle da arrecadação do governo.

Esse tipo de gasto, que são benefícios fiscais e regimes diferenciados de tributação, está na mira do Ministério da Fazenda desde que Fernando Haddad assumiu o

comando da equipe econômica, no terceiro mandato de Lula.

— Hoje temos mais de 200 regimes especiais e benefícios fiscais que é até difícil a quantificação. O Estado brasileiro está perdendo o controle em relação à arrecadação por esse tipo de situação — cita Barreirinhas, em seminário promovido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A “erosão” da fiscal é citada recorrentemente pelos integrantes da Fazenda, como fator para a perda de arrecadação acumulada nos últimos anos. No momento, o governo quer aprovar uma medida provisória que permite a tributação de grandes empresas que recebem benefícios fiscais por estados, via ICMS.

A partir de 2017, com a lei complementar nº 160, a Fazenda diz que o governo passou a perder bilhões com esses benefícios fiscais concedidos por estados e abatidos da base de cálculos de dois impostos de competência federal: Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No ano de 2023, as projeções apontam para uma perda de R\$ 70 bilhões.

— Toda essa discussão se refere a um universo muito pequeno de empresas. São menos de 150 mil empresas, do universo de mais de 20 milhões de CNPJs no país. E, mesmo nesse universo de menos de 150 mil, quem se aproveita desse abatimento são em torno de 7 mil e, dentro desse universo, dois terço de todo o benefício se refere a cerca de 500 grandes empresas — declara Barreirinhas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/11/2023

SEIS ESTADOS DO SUL E SUDESTE ANUNCIAM AUMENTO DO ICMS E CITAM 'PERDAS' COM A REFORMA TRIBUTÁRIA

Justificativa apresentada está na distribuição de recursos para cada ente com o novo imposto
Por Renan Monteiro — Brasília



Os governadores Eduardo Leite (RS), Romeu Zema (MG), Claudio Castro (RJ), Jorginho Mello (SC) e Tarcísio de Freitas (SP) no Encontro do Consórcio de Integração Sul Sudeste (Cosud), no Rio de Janeiro — Foto: Divulgação/Governo do Estado do Rio de Janeiro

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul anunciaram que vão aumentar a alíquota do ICMS a partir de 2024. Em carta assinada pelos secretários da Fazenda de cada ente, é citado os efeitos da Reforma Tributária na arrecadação dos estados.



A carta não explicita o percentual de aumento das alíquotas e cada Assembleia Legislativa precisará aprovar o acréscimo no imposto, mas os governadores devem propor um aumento das alíquotas para 19,5%. Em nota, o Ministério da Fazenda disse que a Reforma Tributária não justifica o aumento do ICMS pelos estados do Sul e Sudeste.

Como é hoje:

- Espírito Santo – 17%;
- Minas Gerais – 18%;
- Paraná – 19%.
- Rio de Janeiro – 18%;
- Rio Grande do Sul – 17%;
- São Paulo – 18%.

A carta do estados cita que, no atual texto da Reforma Tributária, a participação de cada ente no total arrecadado pelo IBS (novo imposto) dependerá da receita média de cada estado com o ICMS entre 2024 e 2028.

Foi esse o principal incentivo para os estados anunciarem o movimento de aumentar a alíquota, alegando que quanto maior a arrecadação nesse período, maior será o fluxo de recursos do IBS para os estados. No documento, os representantes sugerem prejuízo na distribuição de recursos após a entrada em vigor da Reforma Tributária sobre o consumo.

“As circunstâncias impõem que os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país reposicionem as suas alíquotas modais de ICMS para recompor a tributação estadual no curto prazo e para neutralizar as perdas potenciais com a futura distribuição do produto arrecadado com o IBS”, cita a carta.

Também é citado que a “larga maioria” dos governos das regiões Norte e Nordeste aumentaram suas alíquotas de ICMS e poderiam ter vantagem na distribuição proporcional dos recursos provenientes do novo imposto sobre consumo.

No início de novembro, o Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que muda o sistema tributário brasileiros, ao unificar cinco tributos sobre consumo. Agora, o texto está tramitando novamente na Câmara e pode ser promulgado ainda este ano.

O Brasil vai adotar o imposto sobre valor agregado (IVA), como acontece na maior parte dos países. Esse IVA será dividido em dois: o imposto federal se chamará Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e vai unificar os tributos PIS, Cofins e IPI; O imposto estadual vai se chamar Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e vai reunir o ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO ELEVA BLOQUEIO DE DESPESAS PARA R\$ 5 BI EM 2023 E AUMENTA PROJEÇÃO DE DÉFICIT

Estimativa do déficit das contas públicas em 2023 ficou em R\$ 177,4 bilhões

Por Fernanda Trisotto, Amanda Pupo e Eduardo Rodrigues

BRASÍLIA - Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram nesta quarta-feira, 22, um novo bloqueio adicional de R\$ 1,1 bilhão em despesas no Orçamento deste ano. Com isso, o contingenciamento de despesas em 2023 para o cumprimento do teto de gastos passou para R\$ 5 bilhões.

O volume é equivalente a 2,54% das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio) do Executivo para esse ano.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º bimestre também ampliou a estimativa de déficit das contas públicas em 2023 para R\$ 177,4 bilhões, o equivalente a 1,7% do PIB. No relatório bimestral de setembro, a estimativa de rombo total era de R\$ 141,4 bilhões (1,3% do PIB).

A meta de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida) do governo neste ano é de saldo negativo de até R\$ 213,6 bilhões, no valor ajustado divulgado neste documento, mas a Fazenda chegou a prometer no começo do ano um rombo bem menor, de 1,0% do PIB ou cerca de R\$ 100 bilhões.



Fernando Haddad (à direita), é o ministro da Fazenda, enquanto Simone Tebet (à esquerda) é a titular da pasta do Planejamento
Foto: Diogo Zacarias/ME

A projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano caiu de R\$ 2,373 trilhões para R\$ 2,360 trilhões. Já a estimativa para a receita líquida – livre de transferências para os governos regionais – passou de R\$ 1,914 trilhão para R\$ 1,900 trilhão neste ano.

Pelo lado da arrecadação, a estimativa para as receitas com dividendos de estatais ficou estável, em R\$ 49,8 bilhões. Já as receitas previstas com concessões também ficaram estáveis em R\$ 9,1 bilhões. O relatório também mostra que a projeção para arrecadação com royalties neste ano aumentou R\$ 5,9 bilhões, para R\$ 113,3 bilhões.

Do lado das despesas primárias, a previsão de gasto total em 2023 saltou de R\$ 2,056 trilhões para R\$ 2,077 trilhões. A previsão de gastos com benefícios previdenciários em 2023 subiu R\$ 2 bilhões, para R\$ 871,8 bilhões.

A projeção para os pagamentos de pessoal e encargos sociais diminuiu R\$ 0,1 bilhão, para R\$ 358,7 bilhões. O gasto previsto com subsídios e subvenções ficou estável, em R\$ 22,3 bilhões.

Com as revisões do relatório, o volume de gastos obrigatórios passou de R\$ 1,861 trilhão para R\$ 1,880 trilhão, enquanto as despesas discricionárias variaram de R\$ 194,6 bilhões para R\$ 197,1 bilhões neste ano.

Piso da saúde

O Ministério do Planejamento apontou nesta quarta-feira, 22, que o orçamento de 2023 para a saúde ganhou R\$ 4,3 bilhões em razão do aumento do piso mínimo aplicado na área. A elevação indicada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º Bimestre já havia sido antecipada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, no último mês, e se deve a um projeto aprovado pelo Congresso que permitiu ao governo fazer um recálculo dos pisos de saúde e educação neste ano, após o Ministério da Fazenda defender que a regra não fosse aplicada em 2023.

A solução dada pelo Parlamento foi avaliada como um meio-termo entre não colocar nenhum recurso extra na área e a aplicação integral do piso, que poderia obrigar o governo a desembolsar mais R\$ 20 bilhões à saúde em 2023.



A regra foi aprovada no projeto de lei - já sancionado - que prevê as compensações a Estados e municípios pelas alterações feitas na cobrança de ICMS em 2022. Em razão de a proposta já estar valendo, o novo relatório bimestral já contabilizou também R\$ 16,3 bilhões para compensar os entes subnacionais.

O imbróglio em torno da aplicação dos pisos surgiu porque o novo regime sustentável (nome técnico do arcabouço fiscal) substituiu o teto de gastos, que suspendia a aplicação dos mínimos constitucionais de Saúde e Educação.

O Ministério da Fazenda argumentou, por sua vez, que, apesar de sancionado, o novo quadro de regras fiscais não está incidindo ainda de forma “plena e efetiva”, só tendo início prático a partir do exercício de 2024.

A ala política, contudo, costurou uma alternativa para que houvesse ao menos uma elevação parcial ainda neste ano de recursos aplicados à saúde.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/11/2023

EMPRESAS DA BOLSA FECHAM TRIMESTRE COM RECEITAS EM ALTA, MAS LUCROS MENORES

Geração de caixa das companhias caiu 5,9% no período e ganhos encolheram 30%

Por Cristiane Barbieri

As empresas do Ibovespa - principal índice da B3 - tiveram um terceiro trimestre fraco. Apesar da alta de 13,6% das receitas, a geração de caixa medida pelo Ebitda (lucros antes de impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) caiu 5,9% e os lucros encolheram 30% na média, segundo levantamento feito pela XP.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, um outro levantamento, do Bank of America (BofA), mostrou queda de 6% na receita e 8% na geração de caixa das companhias que fazem parte do índice. Os ganhos por ação (EPS), indicador usado no mercado americano, caiu 25% na comparação anual.

Apesar dos resultados mais fracos, os resultados não trouxeram surpresas e o terceiro trimestre pode ter sido um momento de inflexão, segundo Jennie Li, estrategista de ações da XP. “A tendência que víamos nos últimos trimestres, de contração por causa de um cenário macroeconômico nacional e global difíceis, por causa da alta de juros, pode estar no final”, diz ela. “Começamos a entrar num período de corte de juros, que apesar de ainda continuar alto, aponta para um caminho mais positivo, com a redução de incertezas, sobretudo lá fora.”

Mineração e siderurgia, petróleo e energia elétrica, que têm grande peso no Ibovespa, puxaram para baixo os indicadores do trimestre passado. Entre elas, estão os maiores nomes corporativos brasileiros, como Petrobras e Vale.

A Petrobras lucrou R\$ 26,7 bilhões no terceiro trimestre, com queda de 42,2% em relação ao mesmo período do ano passado e 7,5% a menos do que o trimestre anterior. A queda foi explicada pela derrubada do preço do petróleo e também pela redução das margens de lucro obtidas com os derivados de petróleo.

Da mesma área de atuação, a 3R Petroleum acompanhou o movimento. Apesar de a receita ter crescido quase 400%, a empresa registrou prejuízo de R\$ 77,5 milhões no terceiro trimestre, com a reversão dos lucros dos três meses anteriores (R\$ 79,4 milhões) e do mesmo período de 2022 (R\$ 469,8 milhões). O motivo, segundo a 3R, foi o pagamento de dívidas, juros e mecanismos financeiros de proteção, sem efeito no caixa.

Já a Vale viu o lucro líquido encolher 40,4% sobre o mesmo período do ano passado. Enquanto o resultado do terceiro trimestre de 2022 foi de R\$ 23,3 bilhões, entre julho e setembro deste ano, o dado ficou em R\$ 13,9 bilhões. Os principais motivos, de acordo com a mineradora, foram o ajuste de variação cambial e a marcação a mercado do valor das debêntures (títulos de dívida).

A Suzano, por sua vez, teve prejuízo líquido de R\$ 729 milhões no terceiro trimestre deste ano. No mesmo período do ano passado, o lucro líquido havia sido de R\$ 5,5 bilhões. Segundo a companhia, a variação é explicada, em grande parte, pela redução no resultado operacional (queda da receita líquida) e por impactos financeiros, como a desvalorização cambial sobre a dívida e as operações com derivativos.



Geração de caixa da Suzano encolheu 57% Foto: Ricardo Teles/Suzano

A geração de caixa da empresa também encolheu 57%. Entre os motivos estão o menor preço médio líquido da celulose em dólar (-33%), menor volume vendido (-10%), desvalorização do dólar ante o real (-7%); e mais despesas administrativas decorrentes de maiores gastos com pessoal (remuneração variável) e despesas como resultado da aquisição do negócio de tissue da Kimberly Clark no Brasil.

De acordo com Li, da XP, apesar de várias empresas terem apresentado resultados negativos, eles já eram esperados pelos analistas. “Mais do que a queda na lucratividade, o que importa é o que as empresas conseguiram realizar, em relação às estimativas dos analistas”, diz ela. “Elas atenderam às expectativas em relação à geração de caixa, crescimento e pagamento de dividendos, fatores muito importantes para o investidor.”

Empresas menores, resultados melhores

No grupo das companhias abertas que melhoraram seus resultados, estão empresas bem menores. A Rumo, por exemplo, viu seu lucro líquido subir 56% no terceiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo período de 2022, para R\$ 483 milhões, com melhoria de volumes de serviços prestados e margens.

A Natura, por sua vez, alcançou lucro líquido de R\$ 7 bilhões, revertendo prejuízo de R\$ 560 milhões apurado no mesmo intervalo de 2022. O principal motivo foi a venda da Aesop, concluída no trimestre.

Para o BofA, a queda nas taxas de juros abre espaço para a retomada do mercado interno. “Em nossa pesquisa com gestores de fundos, as expectativas de lucros estão sendo mais revisadas para cima em 2024 (34% vs 26% no mês passado)”, escreve o banco, em relatório.

Palavras em destaque

Para a equipe de analistas do Santander, as empresas brasileiras continuaram sofrendo com as condições financeiras apertadas no terceiro trimestre. Como no período imediatamente anterior, essa realidade foi mostrada pelo declínio médio de 23% no lucro líquido das companhias que o banco cobre. Na comparação anual, a queda da lucratividade foi de 4% e a geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes de impostos, depreciações e amortizações, em inglês), de 8%.

“A palavra mais usada nas teleconferências de resultados é ‘crescimento’”, escreveu o banco, em relatório. “O motivo diz respeito à preocupação dos investidores sobre quando essa retomada voltará a acontecer.” Essa sensação também foi reforçada, diz o Santander, pela perspectiva de queda no crescimento econômico brasileiro, durante o terceiro trimestre. A expectativa do banco é que o PIB caia 0,3% no período.

A percepção foi ainda sinalizada pelo maior uso, nas apresentações dos balanços, de palavras como “desaceleração, incerteza e desafios”, em relação a trimestres anteriores. “Nesse sentido, a frequência de palavras como ‘inovação e digital’ permaneceram nos mesmos patamares, em linha com o objetivo das empresas de preservar caixa e margens”, escrevem. A palavra “inflação”, porém, caiu em desuso, conforme a alta de preços passou a ser mais bem controlada.

Os destaques de baixa nos balanços trimestrais foram os setores de papel e celulose, óleo, gás e petroquímicos, cujas empresas foram afetadas pelas condições de crédito. Já as áreas de transporte, instituições financeiras, educação e construção civil reportaram os maiores crescimentos em relação ao mesmo período do ano anterior.

“Em termos de empresas, os destaques positivos foram Hapvida, Rumo, Banco Inter, e Ultrapar, enquanto os negativos foram Bradesco, Usiminas, Eztec e Lojas Renner”, disseram.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/11/2023

COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO DE FUNDOS DOS SUPER-RICOS; PROPOSTA AINDA VAI AO PLENÁRIO

Medida é considerada uma das mais importantes dentro do plano do ministro Fernando Haddad de elevar a arrecadação para zerar o déficit em 2024

Por Gabriel Hirabahasi

Brasília - A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta quarta-feira, 22, em votação simbólica, o projeto de lei de taxação dos fundos offshore e dos fundos exclusivos - apelidados de fundos dos super-ricos. Em seguida, o presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), suspendeu a sessão para que o governo busque um acordo com parlamentares para evitar a votação de destaques que estão previsto.

A aprovação ocorreu de forma simbólica, ou seja, sem que cada parlamentar registrasse seu voto. Os únicos senadores que manifestaram voto contrário foram Carlos Portinho (PL-RJ) e Carlos Viana (Podemos-MG)

O relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), acatou emendas de redação de parlamentares da oposição para viabilizar a aprovação da proposta. As emendas esclarecem o que são considerados como “bolsas de valores e mercados de balcão organizado no País”.



Alessandro Vieira é o relator do projeto no Senado Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

O projeto dos fundos é considerado um dos mais importantes dentro do plano do ministro Fernando Haddad de elevar a arrecadação para zerar o déficit fiscal em 2024.

A proposta estabelece uma alíquota de 15% para os fundos no exterior. Os fundos exclusivos de curto prazo terão uma alíquota de 20% e os de longo prazo, de 15%.

Além disso, no caso dos fundos exclusivos, na votação na Câmara, os deputados definiram uma alíquota de 8% para o contribuinte que optar por antecipar o pagamento do Imposto de Renda sobre os rendimentos acumulados dos fundos até 31 de dezembro de 2023. O relator no Senado manteve o texto. O governo havia proposto uma taxa de 10%.

Pela legislação atual, os fundos de alta renda, tanto no exterior quanto no Brasil, só são tributados quando os detentores retiram seus lucros, o chamado “resgate”, o que pode levar anos ou nunca

acontecer. Com o projeto, esses fundos exclusivos passarão a ser taxados semestralmente, no sistema chamado de “come-cotas”, e os offshore, uma vez por ano, o que levará a um aumento da arrecadação federal.

O que são fundos exclusivos e offshore?

Os fundos exclusivos recebem esse nome por serem fechados e terem apenas um cotista, diferentemente dos fundos tradicionais do mercado, abertos a diversos cotistas. Essa modalidade, que prevê um portfólio muito mais personalizado, é direcionada a investidores com patrimônio elevado.

Segundo estimativas do governo federal, há cerca de 2,5 mil brasileiros com recursos aplicados nos fundos exclusivos, que acumulam R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% dos fundos no País. Estima-se que os investidores desse tipo de fundo devam ter patrimônio mínimo de R\$ 10 milhões, já que os custos de manutenção podem somar R\$ 150 mil por ano. Por isso, esses investimentos são conhecidos como fundos dos super-ricos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/11/2023

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PRECISA DE US\$ 37 TRI PARA ATINGIR METAS; INVESTIMENTOS AINDA SÃO METADE DISSO

Levantamento do Boston Consulting Group (BCG) aponta que óleo e gás é o setor que mais financia iniciativas

Por Beatriz Capirazi

A transição energética mundial depende de um investimento de US\$ 37 trilhões até 2030 em infraestrutura industrial e fontes de energia renovável, como eólica e solar. Até o momento, iniciativas pública e privada anunciaram o investimento de US\$19 trilhões nesta área nos próximos sete anos - apenas metade do necessário para atingir a meta.

Segundo levantamento do Boston Consulting Group (BCG), há uma lacuna de US\$ 18 trilhões em investimento necessários para alcançar as metas de descarbonização das empresas, demonstrando a necessidade de um aporte maior do setor privado, governos e investidores.

Embora uma mobilização maior da indústria pública e privada seja necessária, Arthur Ramos, especialista de Clima e Sustentabilidade e de Energia do BCG no Brasil, afirma que a lacuna de investimento está majoritariamente do lado da demanda e é preciso realizar mudanças na parte dos consumidores.

Dos US\$ 18 trilhões, US\$ 1 trilhão se refere à construção de infraestrutura, US\$ 8 trilhões para a geração de energia renovável e transporte dessa energia e US\$ 9 trilhões do setor final de consumo, com mudanças de comportamento. “Trocar as fontes de energia, trocar o veículo para modelos mais sustentáveis... Precisamos ganhar eficiência energética e reduzir a necessidade de energia que não é limpa”, disse Ramos nesta terça-feira, 21.



Levantamento do Boston Consulting Group (BCG) aponta que setor de óleo e gás é um dos que mais investem em transição energética Foto: Divulgação

Além de um investimento maior, a participação de fontes de energias renováveis e outras soluções de baixo carbono nas operações das empresas devem aumentar de 12% para o patamar de 50% a 70% até 2050 para limitar o aquecimento global e viabilizar o desenvolvimento dos objetivos sustentáveis.

Segundo a instituição, atualmente já temos a tecnologia para



chegar a um sistema de energia net-zero, com o uso de energia solar e a eólica. No entanto, para que a transição energética cresça cada vez mais é preciso expandir tecnologias emergentes, como a adoção de baterias em escala nas redes de distribuição de eletricidade, novos tipos de reatores nucleares, hidrogênio de baixo carbono e captura, utilização e armazenamento de carbono.

Óleo e gás é o setor que mais financia transição energética

O levantamento ainda aponta que atualmente quem mais financia a transição energética no mundo são os governos com um investimento na casa dos US\$ 3,6 trilhões, por meio de incentivos fiscais. Outro grande destaque são as companhias de óleo e gás, responsáveis por 41% das emissões globais de gases do efeito estufa (GEE).

Setores que mais financiam a transição energética

Setor	Montante financeiro
Governos	US\$3.6 trilhões
Capital privado	US\$2.1 trilhões
Empresas de óleo e gás privadas	US\$3.0 trilhões
Empresas de óleo e gás públicas	US\$3.9 trilhões
Empresas integradas de energia e utilidades	US\$6.1 trilhões

[Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

O estudo demonstra que as empresas de óleo e gás têm mais capacidade de tornar viável a transição energética do que as empresas de energia propriamente. Enquanto as empresas de óleo e gás privadas e públicas investem, juntas, US\$ 6,9 trilhões em transição energética, as elétricas investem, em conjunto com outros setores de utilidades, US\$ 6,1 trilhões.

Segundo a consultoria, existem cinco alavancas tecnológicas que podem viabilizar a transição dentro das metas estabelecidas pelas empresas: o aumento a eficiência energética; eletrificação para consumidores finais, como veículos elétricos; descarbonização do fornecimento de energia; uso de combustíveis com baixo teor de carbono, em casos em que a redução de emissões é mais complexa; e captura direta do ar.

Ricardo Pierozzi, especialista com foco em energias de baixo carbono do BCG, afirma que a maioria das ferramentas necessárias já está disponível. É preciso ações práticas e um foco maior nessa pauta dentro das empresas para que ela se desenvolva, de fato, e as metas sejam alcançadas.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*
Data: 22/11/2023

TCU AUTORIZA GOVERNO A NÃO CUMPRIR PISO INTEGRAL DA SAÚDE EM 2023, VITÓRIA PARA HADDAD

Decisão do plenário foi unânime, com voto favorável também do relator do processo da Corte de Contas, ministro Augusto Nardes; aplicação integral do piso teria custo extra de R\$ 20 bi

Por *Adriana Fernandes*

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conseguiu que o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizasse o governo a não cumprir a aplicação do piso constitucional integral de recursos para a área da saúde em 2023.

Haddad havia feito uma consulta informal para não ter de fazer um aporte adicional, calculado inicialmente em R\$ 20 bilhões ainda neste ano – valor que seria necessário para completar o piso cheio de gastos na saúde. A vitória dá alívio para a equipe econômica e evita um bloqueio maior de despesas no Orçamento.

A decisão do plenário foi por unanimidade, com voto favorável também do relator do processo da Corte de Contas, ministro Augusto Nardes. Prevaleceu a opinião da área técnica e do Ministério Público junto ao TCU.



Decisão do plenário foi por unanimidade, com voto favorável também do relator do processo da Corte de Contas, ministro Augusto Nardes. Foto: André Dusek/Estadão

A incidência do piso mínimo constitucional só valerá para 2024. Nos bastidores, Haddad teve apoio do presidente do TCU, ministro Bruno Dantas. Se tivesse que cumprir o piso integral, o bloqueio anunciado nesta terça-feira pela equipe econômica nas despesas deste ano, um adicional de R\$ 1,1 bilhão, teria que ser muito maior.

A área técnica do TCU havia emitido parecer com o entendimento de que a aplicação imediata ou retroativa de uma nova regra sobre mínimo constitucional poderia exigir um esforço “desproporcional” do governo federal, inclusive com impacto nas demais políticas sociais.

Na prática, o TCU desobriga o governo a fazer cumprir o piso, na direção do que desejava o ministro Haddad para não pressionar as contas públicas neste ano – o que exigiria um bloqueio maior de gastos.

Após a sanção do arcabouço fiscal – nova regra para controle das contas públicas –, o antigo teto de gastos, que limitava o crescimento das despesas à variação da inflação, deixou de valer. Com isso, volta a vigorar a regra de correção do piso da saúde prevista na Constituição. Ela determina que o governo federal tem que aplicar na área pelo menos 15% da sua Receita Corrente Líquida.

Na consulta, Haddad questionou ao TCU se a União deveria cumprir o piso apenas para o exercício financeiro seguinte ou esses limites deverão retroagir e serem aplicados ao exercício financeiro já em curso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/11/2023

TRABALHO AOS DOMINGOS: OU GOVERNO REVOGA PORTARIA, OU DERRUBAMOS NO VOTO, DIZ FRENTE DO COMÉRCIO

Após encontro com parlamentares da frente, Alexandre Padilha afirmou que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, terá reunião com representantes dos empresários e trabalhadores ainda nesta quarta para discutir o tema

Por Bianca Lima

Brasília - A Frente Parlamentar de Comércio e Serviços ampliou a pressão sobre o governo para que haja a revogação imediata da portaria que retira a permissão contínua de trabalhos aos domingos e feriados.

O presidente da frente, deputado Domingos Sávio (PL-MG), deu um ultimato: “Vota hoje. Se não revogar, a nossa disposição é votar hoje”, afirmou o parlamentar, referindo-se ao projeto de decreto legislativo (PDL) que derruba os efeitos da portaria.



Presidente da frente, deputado Domingos Sávio (PL-MG), deu um ultimato ao governo. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Na noite desta terça-feira, a Câmara aprovou a urgência do texto, que agora poderá ser votado diretamente no plenário, sem a necessidade de passar por comissões. A portaria foi editada pelo Ministério do Trabalho e exige que as empresas do comércio obtenham autorização prévia por meio de convenção coletiva e aprove uma legislação municipal para operar aos domingos e feriados.

“O ministro (Alexandre Padilha, das Relações Institucionais) sinalizou que há uma compreensão do governo de que isso não pode ser tratado dessa forma e que hoje teremos uma boa notícia”, disse Sávio, após se reunir com Padilha na sede da Frente, em Brasília.

“Mas, para nós, só tem uma boa notícia nesse caso: revogar (a portaria). Ou votarmos o projeto, revogando por iniciativa do Congresso”, disse o presidente.

Após o encontro com os parlamentares da frente, Padilha afirmou que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, terá uma reunião com representantes dos empresários e trabalhadores ainda nesta quarta-feira para discutir o tema.



'Na mesa de diálogo vai se encontrar a melhor solução possível', disse Padilha. Foto: Gil Ferreira/SRI

“Na mesa de diálogo vai se encontrar a melhor solução possível”, disse. “Acredito que teremos uma solução”, afirmou o ministro, sem responder se o governo está ou não disposto a revogar a portaria.

“Estamos com o PDL pronto para ser votado e há entendimento entre os líderes para que haja a votação”, reforçou o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), autor do projeto que ganhou urgência na tramitação.

O deputado disse que não é contrário à negociação com os sindicatos, mas que ela precisa ser “correta e justa para todos os lados”. “Não podemos pegar um ano extremamente difícil para o comércio, de vendas em queda, na época em que mais se necessita melhorar as vendas, e se criar um conflito entre classes”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/11/2023

GOVERNO PREPARA BASES PARA LANÇAMENTO DE MERCADO REGULADO DE CARBONO

Projeto de Lei estabelece as bases para o sistema de governança; novo mercado ainda passará por longo período de regulamentação

O Brasil está a meio caminho de ter seu mercado de carbono nacional. O plenário do Senado aprovou em outubro o Projeto de Lei que estabelece as bases para o Sistema Brasileiro de Comércio

de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Se o texto também for aprovado pela Câmara dos Deputados, o País vai impor um teto para empresas emitirem até 25 mil toneladas de CO₂ por ano. Para emitir acima do limite será necessário comprar cotas de quem emite menos ou obter certificados gerados por projetos que removam carbono da atmosfera.

Será um sistema do tipo “cap and trade”, termo que, traduzido do inglês, significa algo como “limite e negocie”. Informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) indica que mercados do tipo movimentaram cerca de US\$ 865 bilhões no ano passado. Outros US\$ 2 bilhões circularam de modo voluntário. Estimativa da consultoria WayCarbon informa que, em 2030, o País pode faturar até US\$ 120 bilhões vendendo créditos de carbono no mercado internacional. Para chegar lá, contudo, será preciso que o mercado seja regulado.



Brasil vai impor teto para empresas emitirem até 25 mil toneladas de CO₂ por ano Foto: Getty Images

Substitutivo

Embora tenha nascido de um projeto do Senado, a versão aprovada partiu de uma minuta preparada pelo MDIC no contexto de um grupo de trabalho interministerial. Enxertar a proposta em um PL que já estivesse tramitando foi um atalho. “O governo optou por apresentar seu projeto como substitutivo para superar etapas e tramitar mais rapidamente”,

informou o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rolemberg.

Segundo ele, com exceção da exclusão da produção agropecuária primária, o texto que saiu do Senado manteve intacta a espinha dorsal definida pelo MDIC. “As alterações foram mínimas e não chegaram a comprometer a integridade da proposta”, diz.

O projeto que está tramitando no Congresso Nacional é uma tendência do que vem acontecendo no mundo. O Emission Trade System (ETS), da União Europeia, existe desde 2005. Nas contas do diretor de operações da WayCarbon, Henrique Pereira, há mais de 30 mercados nacionais ou regionais em operação. “O projeto de lei do Brasil vem nesse bojo”, comenta.

O País já vem debatendo o assunto pelo menos desde 2016 quando foi implementada a versão nacional do Partnership for Market Readiness (PMR) do Banco Mundial. E, de acordo com Pereira, a aprovação do PL levará o Brasil para outro patamar.

“É uma discussão complexa porque lida com questões de investimentos, de limites de emissões setoriais, com efeitos distributivos, os impactos inflacionários. Não é simples pesar isso tudo. Foi muito interessante ver a curva de maturação.”

A advogada do escritório Lobo & de Rizzo, Amália Fabbri, comenta que deputados e senadores já buscavam uma solução há alguns anos. “Em 2021, tivemos o PL 528, que é bem estruturado e foi escrito a muitas mãos. Em 2022, foi publicado o Decreto 11.075, que dava bases para um mercado regulado de carbono. O governo atual se focou em um projeto mais abrangente”, avalia.

Atento a essas possíveis mudanças, o setor privado vem se antecipando. “Temos visto muitas empresas começando a estruturar projetos para redução de emissões. A percepção é que é só uma questão de tempo”, complementa.

Projetos bem estruturados e que cumpram os requisitos técnicos de proteção ambiental, como por exemplo a manutenção de florestas, podem até receber apoio financeiro do governo. “A criação de um mercado de carbono no país será um vetor importante de fomento ao desenvolvimento de bons



projetos de manutenção e aumento da biodiversidade, proteção de recursos hídricos, dentre outros”, diz Rolemberg.

O que ainda precisa melhorar?

Há alguns pontos a serem aperfeiçoados sobre o funcionamento do mercado regulado proposto no PL 412/2022. Não há, por exemplo, clareza sobre quais serão os setores regulados. Também não há definido qual será o teto de emissões e nem que projetos de preservação serão admitidos para a geração de certificados de redução de emissões. Esses pontos serão definidos em até dois anos depois do SBCE ter sido promulgado em lei. “Como o mercado é muito dinâmico para que um projeto como esse pare em pé, ele não pode dar todos os detalhes”, justifica Amália Fabbri.

Segundo Amália, o foco do texto do PL é definir a estrutura de governança que fará o SBCE funcionar. No topo, está o Comitê Interministerial, que será o órgão decisor. Abaixo dele será criado um órgão gestor que cuidará do dia a dia. Haverá ainda um comitê técnico de caráter consultivo.

Essas três instâncias vão trabalhar juntas para elaborar os Planos Nacionais de Alocação nos quais serão fixados os limites de emissões para cada setor da economia. Como em outras iniciativas do tipo, a ideia é ir endurecendo as restrições ao longo do tempo.

Competitividade

O PL 412/2022 prevê a estruturação do mercado de carbono em quatro anos – um ano para regulamentação, um para que as empresas se adequem às novas obrigações e dois em que serão apresentados relatórios de emissões.

No decorrer desse período, é possível que o Brasil tenha que acelerar processos. Isso porque a União Europeia (UE), desde o ano passado, adotou o chamado Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono (CBAM, na sigla em inglês) que vai tarifar produtos com base em sua intensidade de carbono.

Em 2022, as exportações brasileiras para o bloco beiraram US\$ 51 bilhões. Ter um mercado de carbono operante, portanto, pode ser uma proteção. Especialmente porque a tendência é que surjam outras iniciativas nessa linha. “Em médio e longo prazos, iniciativas nos moldes do CBAM poderão ser adotadas por outros países. A implementação do SBCE é um importante instrumento para a competitividade das exportações do Brasil”, comenta o secretário do MDIC.

Segundo Henrique Pereira, a questão pode ir além da proteção contra barreiras comerciais e se tornar um diferencial positivo, pois a matriz energética limpa pode se tornar um atrativo para novos investimentos. “O carbono vai agregar uma nova camada de competitividade, o que pode ser uma grande oportunidade”, diz

Rodrigo Rolemberg lembra também que “os mercados de carbono não são um fim em si mesmo”. “Eles são um instrumento para atingirmos a meta de reduzir e emissões de GEE de forma custo-efetiva. Por isso, a integridade ambiental deve estar no foco da política pública”, encerra.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/11/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

DESTAQUE NA INDÚSTRIA GLOBAL DO HIDROGÊNIO, BRASIL PRECISA EQUILIBRAR INTERESSES PARA OFERECER SEGURANÇA JURÍDICA A INVESTIMENTOS

Com investimentos na fonte de energia crescendo, Marcello Lobo, Monique Sirovy e Eduardo Lemos, do escritório Pinheiro Neto Advogados, discorrem neste artigo sobre como ficará a legislação em torno da atividade

Por Marcello Lobo, Monique Sirovy e Eduardo Lemos, Para o Prática ESG () — São Paulo*

A necessidade ou a conveniência de um marco legal para o hidrogênio, em razão da sua relevância para o enfrentamento aos desafios energéticos e climáticos globais, está na pauta de discussões. Alguns projetos de lei já foram propostos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e outros estão em vias de serem apresentados ainda neste ano, todos com o objetivo de serem a pedra fundamental para o desenvolvimento em larga escala da indústria do hidrogênio no Brasil. A definição do caminho a ser seguido, entre aqueles propostos pelos diferentes projetos de lei e discussões ora em curso, suscita as seguintes questões: Por que regular? O que regular? Quem deve regular?

Em linhas gerais, sob o ponto de vista econômico, cabe regulação das atividades especialmente para a correção de falhas de mercado, como monopólio natural, assimetria de informações, externalidades e bens públicos. No caso do hidrogênio, a discussão parece girar em torno de outro aspecto. A definição de um marco legal se justifica sob o ponto de vista jurídico, pela intenção de prover segurança jurídica e regulatória para os investimentos necessários, a partir de maior previsibilidade sobre as regras aplicáveis.

Essas regras envolvem não só a definição das competências dos diferentes órgãos públicos envolvidos nas atividades do hidrogênio, como a concessão ou não de incentivos fiscais ou regulatórios com vistas a incentivar essas atividades ou assegurar sua competitividade no mercado local e global, entre outros aspectos.

E qual é o hidrogênio a ser regulado?

Hidrogênio é hidrogênio, independentemente da sua origem e da sua destinação. Mas a origem e a destinação deverão ter grande influência sobre a sua aceitabilidade. Especialmente no mercado global a aceitabilidade do hidrogênio destinado a fins energéticos estará vinculada à transição para uma economia de baixo carbono, tendo em vista a sustentabilidade, e sem desconsiderar outro elemento fundamental: preço acessível.

Isso significa dizer que somente o hidrogênio classificado como verde ou sustentável deveria ser contemplado no marco legal do hidrogênio. Essa classificação será importante para as escolhas de política pública quanto à concessão de incentivos fiscais e regulatórios, ou criação de programas, fundos e outros mecanismos de fomento, devendo-se privilegiar a produção de hidrogênio por rotas com baixa emissão de carbono.

Por outro lado, no que diz respeito à regulação das atividades econômicas e à atribuição de competência para sua autorização e fiscalização, não se justificaria um eventual tratamento diverso a partir das fontes e processos. Já a destinação, se energética ou outra, poderia ser relevante em termos de escala e impactos ou interdependências com outros setores. O hidrogênio já está presente em nossa economia como insumo industrial para fins não energéticos, e se coloca como uma importante fonte de suprimento de fertilizantes agrícolas, podendo reduzir a dependência externa para o agronegócio brasileiro. Todavia, esses usos não parecem justificar a regulação da forma como se propõe.

Quanto à definição de quem deve regular o hidrogênio para fins energéticos, parece haver convergência sobre o papel que a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP) deverá desempenhar. Sem prejuízo da necessária coordenação com outras agências reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL) e a Agência Nacional de Águas (ANA), quando houver utilização de energia elétrica e água no processo, e os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente, somente para citar alguns.

A atribuição de competência à ANP na regulação do hidrogênio justifica-se pela potencial substituição de outras fontes de energia utilizadas como combustíveis e interação com infraestruturas

do setor de petróleo e gás natural, bem como para preservar a coerência regulatória e evitar distorções ou impactos negativos a outras atividades já reguladas, seja do ponto de vista técnico ou econômico.

O Brasil, “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza” nas palavras de Jorge Ben Jor, tem características que o colocam em posição de destaque na promissora indústria global do hidrogênio. Grande potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, clima, disponibilidade territorial, localização geográfica e diversos outros fatores fazem com que o hidrogênio que venha a ser produzido no Brasil possa contribuir com a economia nacional e com a transição energética global de forma competitiva e significativa.

Resta encontrar o equilíbrio necessário na conciliação dos diversos interesses envolvidos de forma que seja possível, em prazo razoável, aprovar um marco legal e regulatório que possa prover segurança para os investimentos bilionários que são previstos nos próximos anos.

Sobre os autores

- Marcello Lobo é sócio de Pinheiro Neto Advogados
- Monique Breyer Sirovy é associada de Pinheiro Neto Advogados
- Eduardo Noronha de Faria Lemos é auxiliar jurídico de Pinheiro Neto Advogados

(*) Este artigo reflete a opinião do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.



1- Marcello Lobo, sócio de Pinheiro Neto Advogados — Foto: Pinheiro Neto Advogados / Divulgação

2- Monique Breyer Sirovy, associada de Pinheiro Neto Advogados — Foto: Pinheiro Neto Advogados / Divulgação

3- Eduardo Noronha de Faria Lemos, auxiliar jurídico de Pinheiro Neto Advogados — Foto: Pinheiro Neto Advogados / Divulgação

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/11/2023

GASTOS DA CHINA COM ENERGIA VERDE ESTÃO CAUSANDO SATURAÇÃO GLOBAL

Em meio a explosão de gastos com tecnologia renovável, Pequim cria um excesso de oferta de componentes que se espalha pelo setor e afeta produção global

Por Sha Hua e Phred Dvorak — Dow Jones Newswires, de Cingapura e Houston



Fazenda de energia solar flutuante em Huainan, na província de Anhui, no leste da China, tem um tamanho equivalente a 400 campos de futebol e gera energia para mais de 100 mil residências — Foto: Qilai Shen/Bloomberg

Os mais novos fabricantes chineses de equipamentos para a geração de energia solar incluem um produtor de leite e um fabricante de brinquedos. Os novos concorrentes são exemplos de uma explosão de gastos com energia verde na China que está alimentando o rápido desenvolvimento das energias

renováveis no país, ao mesmo tempo que cria um excesso de oferta de componentes solares que está se espalhando pelo setor e afetando as tentativas de desenvolver essa produção em outros lugares, especialmente na Europa.

Desde o começo do ano, os preços do polissilício chinês, o componente básico para a produção de painéis solares, caíram 50% e os dos painéis 40%, segundo dados da Opis, uma empresa que monitora dados e é controlada pela Dow Jones.

Dentro da China, algumas companhias temem que uma “bolha verde” esteja prestes a estourar. A economia chinesa, guiada pelo Estado, investiu quase US\$ 80 bilhões na produção de energia limpa no ano passado, cerca de 90% dos investimentos mundiais nesta área, segundo estimativa da BloombergNEF. Os gastos anuais do país com as energias limpas em geral aumentaram mais de US\$ 180 bilhões por ano desde 2019, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

A corrida por financiamentos atraiu uma variedade incomum de empresas para esse movimentado negócio. No terceiro trimestre, a gigante chinesa dos laticínios Royal Group anunciou planos para três novos projetos: uma fazenda com 10 mil vacas leiteiras, uma unidade de processamento de produtos lácteos e uma fábrica de US\$ 1,5 bilhão para a produção de células e painéis solares.

“A indústria da energia solar vai melhorar no longo prazo e o mercado potencial é enorme”, escreveu o Royal Group em um documento em que esboçou o projeto no ano passado. Mais recentemente, o Royal Group disse que quer criar sinergias entre seus principais negócios agrícolas e a energia fotovoltaica, e “promover a tecnologia solar para capacitar os produtores de laticínios a reduzir os custos e aumentar a eficiência”, segundo disse a companhia em uma resposta ao diário americano “The Wall Street Journal”.

O Royal Group não foi o único a aderir à onda da energia solar na China nos últimos dois anos. Outros novatos incluem uma rede de joalherias, uma fabricante de equipamentos para controle de poluição e uma companhia de produtos farmacêuticos.

Gastos anuais do país com energia limpa crescem mais de US\$ 180 bi por ano desde 2019, segundo a AIE

Os recém-chegados estão ajudando um ambicioso esforço da China na energia solar - só neste ano o país deverá instalar uma capacidade de geração de energia solar igual a capacidade total dos Estados Unidos, segundo estima a Rystad Energy.

Enquanto isso, as exportações chinesas de tudo que vai de baterias e veículos elétricos a painéis solares a turbinas eólicas aumentaram, provocando polêmica em lugares como a Europa e os EUA, que estão tentando desenvolver suas próprias produções internas de energias limpas.

Efeitos em todo o mundo. Na energia solar, o investimento é um motivo importante para o enorme excesso de oferta de componentes e a queda nos preços que estão afetando os lucros de fabricantes do mundo todo. Muitas empresas chinesas de energia solar já estabelecidas estão alertando que as consequências poderão ser amargas, com prejuízos e falências.



“O setor inteiro está para entrar em uma fase eliminatória”, disse a Longi Green Energy Technology, uma das maiores empresas da área de energia solar da China, em seu relatório financeiro semestral divulgado em agosto.

Pelo menos 13 empresas, incluindo as líderes setoriais chinesas Jinko Solar, Trina Solar e Canadian Solar, suspenderam seus planos de ampliação da capacidade de produção, segundo a TrendForce, uma firma de inteligência de mercado que tem sede em Taiwan.

Muitos fabricantes chineses vêm tentando se desfazer de estoques a preços de banana na Europa, um dos poucos grandes mercados de energia solar sem tarifas ou outras barreiras às importações de painéis solares. Embora os desenvolvedores de energia solar europeus estejam satisfeitos, os fabricantes da região, já pressionados, estão reclamando.

Alguns produtores europeus já enfrentavam desafios internos, como a lentidão na concessão de licenciamentos, uma falta de mão de obra capacitada e os altos custos da energia, tornando difícil competir com os concorrentes chineses.

O excesso de oferta foi intensificado pelas barreiras às importações na Índia e nos EUA, que frustraram as previsões dos fabricantes chineses e deixaram seus painéis vegetando em portos e depósitos. Os EUA mostraram ser particularmente imprevisíveis com a ameaça de imposição de impostos antidumping e a implementação da Lei de Prevenção ao Trabalho Forçado Uigur, que acabou impedindo a entrada no país de painéis feitos com polissilício chinês.

A indústria chinesa de produção de energia solar já passou por altos e baixos antes e teve sua cota de participantes iniciantes e estranhos. A Tongwei Solar começou como fornecedora de ração para peixes que adquiriu uma fabricante de painéis solares durante a recessão de 2013 para complementar seu negócio de aquicultura com parques solares. Hoje, a Tongwei Solar é a maior fabricante de polissilício do mundo.

Desta vez, mais de 70 companhias de capital aberto - que vão de moda, produtos químicos e imóveis a eletrodomésticos - entraram no setor solar em 2022, segundo dados da companhia de inteligência InfoLink.

Em fevereiro, a Zhejiang Ming Jewelry, que administra 1.000 joalherias especializadas em ouro na China, anunciou planos de investir US\$ 1,5 bilhão para construir uma fábrica de células solares. Em agosto, a fabricante de brinquedos Mubang High-Tech anunciou uma joint venture com o governo local para uma base de produção de células solares de US\$ 660 milhões.

Pandemia causou interrupções. As interrupções na cadeia de abastecimento causadas pela pandemia comprimiram os estoques e elevaram os preços anos atrás. Os compradores europeus de energia solar encomendaram grandes quantidades de painéis solares à medida em que eles forem sendo disponibilizados, enquanto os fabricantes chineses superestimaram a demanda, segundo afirma Matthias Taft, presidente-executivo da BayWa r.e., maior distribuidora de produtos de energia solar da Europa. “Nós e outros fizemos muitos pedidos” durante o segundo semestre de 2022, diz ele.

A recente queda dos preços no setor de energia solar significa que os painéis chineses estão sendo vendidos por um preço que alcança cerca de metade dos custos de fabricação para membros da associação da indústria europeia de produção solar, diz Johan Lindahl, o secretário-geral do grupo. Cerca de 40% dos painéis fabricados este ano pelos membros que responderam a uma pesquisa da associação, estavam parados nos estoques.

Um produtor norueguês de wafers solares, um componente fundamental na fabricação dos painéis, quebrou em agosto. Sua única concorrente restante na Europa, a NorSun, parou a produção nas últimas semanas porque seus clientes - a maioria fabricantes europeus de células e painéis solares - não estão conseguindo vender seus produtos, segundo Carsten Rohr, diretor comercial da NorSun.

Nesse ritmo, a dependência da Europa da indústria chinesa de energia solar está aumentando, em vez de diminuir, segundo Gunter Erfurt, presidente-executivo da Meyer Burger, uma fabricante suíça de células e painéis solares. A companhia optou por adiar sua planejada expansão na Europa, transferindo em vez disso equipamentos de produção para uma nova fábrica nos EUA, aproveitando os grandes subsídios oferecidos pelo governo americano aos fabricantes de equipamentos de geração de energia solar.

Observadores do mercado afirmam que o excesso de oferta poderá se resolver mais rapidamente do que o esperado, porque algumas companhias deverão cancelar ou adiar seus planos de expansão e outras estão aposentando fábricas antigas em favor de outras novas.

Ainda assim, alguns executivos chineses do setor, como Liu Yiyang, vice-secretário-geral da China Photovoltaic Association, estão pedindo que os governos locais para que pisem no freio nos investimentos em tecnologia verde.

Em janeiro, a Bolsa de Valores de Shenzhen emitiu uma carta de preocupação à Suzhou Shijing Technology, conhecida por seus equipamentos de controle de poluição. A bolsa perguntou de onde ela estava tirando seu investimento de US\$ 1,5 bilhão para construir uma fábrica de células solares. Os ativos totais da companhia estão avaliados em apenas US\$ 450 milhões.

Em sua resposta, a Shijing disse que 60% do investimento seria fornecido pelo governo local, incluindo a construção da infraestrutura da fábrica e dormitórios, além da concessão de subsídios para equipamentos e eletricidade.

Quando indagada sobre o progresso do projeto solar, a Shijing mencionou suas declarações públicas. No último relatório trimestral, divulgado em outubro, a companhia observou que estava “procedendo de maneira ordenada”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/11/2023

AGU ENTRA COM AÇÃO NA JUSTIÇA CONTRA GREVE DE AUDITORES FISCAIS

União ainda pede que seja fixada multa de R\$ 500 mil por dia de descumprimento

Por Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta, Valor — Brasília



AGU pede que seja determinada a manutenção de força de trabalho integral em atividades essenciais da Receita — Foto: Wesley Mcallister/AscomAGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) propôs na Justiça uma ação inibitória de greve contra o movimento dos auditores fiscais da Receita Federal iniciado ontem. No pedido, a AGU afirma que, segundo informações da Secretaria Especial da Receita, o impacto da greve sobre serviços essenciais poderá prejudicar o alcance da meta fiscal zero para 2024.

A ação foi proposta contra o Sindifisco Nacional, na noite de ontem, e foi solicitada pela Fazenda, segundo apurou o Valor. A relatora será a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Regina Helena Costa.

Além do impacto na meta do próximo ano, a AGU alega na ação que a paralisação afeta julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em valores bilionários. Hoje, o Carf cancelou as sessões por causa da paralisação. Na Fazenda, membros da equipe econômica monitoravam os impactos de uma possível greve há alguns meses e se diziam preocupados.

Ainda segundo a AGU alegou em memorial ao STJ, a paralisação pode levar ao descumprimento de decisão da Corte sobre prazo razoável para o processo administrativo fiscal, afetar as contas públicas da União, o repasse de verbas aos fundos de participação dos Estados e Municípios, colocar em risco a sustentabilidade da máquina pública, causar “danos irreparáveis” à sociedade, ao trânsito de mercadorias essenciais ao ambiente de negócios brasileiro, colocando em maior risco até mesmo portos e aeroportos sob regime de emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem.

Pedido

Na ação, a AGU pede que seja determinada a manutenção de força de trabalho integral em atividades essenciais da Receita, estabelecido percentual mínimo nas demais atividades e proibida a realização de atividades atípicas de greve, como operação padrão e similares.

Citando nota executiva da Receita, a AGU afirma que são essenciais as atividades relacionadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, ao Carf, à Gestão de Créditos Tributários e ao Controle Aduaneiro, especialmente nas localidades que constituem objeto de medida de garantia da lei e da ordem, sendo necessário determinar a manutenção integral da força de trabalho nessas áreas, proibindo inclusive modalidades atípicas de greve, como operação-padrão.

Segundo a AGU, as demais atividades comportam estabelecimento de percentual mínimo de 30% da força de trabalho, apesar dos prejuízos que a redução temporária de trabalho causará sobre o Estado e a população. Ainda segundo a AGU, o caderno de mobilização prevê ações de greve que “certamente impactarão as atividades essenciais elencadas, o que evidencia a necessidade de estabelecimento dos limites pleiteados para o movimento grevista”.

A AGU ainda pede que seja fixada multa de R\$ 500 mil por dia de descumprimento.

Bônus

No memorial, a AGU afirma que, segundo informações da Receita, as reivindicações da categoria quanto à regulamentação do Bônus de Eficiência (ponto principal da mobilização) já foram atendidas quase integralmente, com a regulamentação do programa pelo Decreto nº 11.545, de 2003, pendente apenas a previsão de verbas no orçamento, o que depende de aprovação de lei que está sendo debatida no Congresso Nacional (Colaborou Jéssica Sant’Anna).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/11/2023

TENSÕES AUMENTAM ENTRE VENEZUELA E GUIANA; ENTENDA A DISPUTA QUE ALARMA O BRASIL

Rivalidade por região de Essequibo existe desde a época da colonização e hoje reflete interesses políticos, pontuam analistas

Por Matheus Oliveira, Valor — São Paulo*



Uma mulher segura uma bandeira em Caracas, no dia 19 de novembro de 2023 — Foto: Ariana Cubillos/AP Photo

A população venezuelana irá às urnas no próximo dia 3 de dezembro para decidir, em um plebiscito, se anexa a região de Essequibo, faixa oeste da Guiana, ao país. A iniciativa ligou alertas no Palácio do Planalto, no Itamaraty e no Ministério da Defesa. Fontes disseram ao Valor que existe o potencial de acontecer “uma guerra no quintal do Brasil”.

O interesse nas reservas de petróleo e desviar a atenção da crise política econômica são as razões da disputa entre Venezuela e Guiana, segundo apontam especialistas ouvidos pelo Valor.

A parte em questão é Essequibo, região à esquerda da margem do rio que leva o mesmo nome e conta com 159,5 mil quilômetros quadrados, cerca de 70% do território atual da Guiana. Essequibo concentra as reservas de petróleo guianense estimadas em 11 bilhões de barris.

Mapa em espanhol da Venezuela com divisões políticas. A zona de "Reclamação" é mantida/administrada pela Guiana, mas reivindicada pela Venezuela. — Foto: Wilfredor/Wikimedia Commons



O pesquisador Leonardo Paz, do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da FGV (FGV NPII), indica que a Venezuela está interessada também na infraestrutura do país vizinho.

“A Venezuela está mais preocupada em aumentar a quantidade de petróleo explorado pela ExxonMobil na Guiana sem precisar investir para explorar”, afirma Paz.

Por outro lado, o plebiscito tem o objetivo de fomentar o sentimento nacionalista e unir a população venezuelana e desviar o foco dos problemas econômicos do país, diz Carolina Silva Pedroso, professora de relações internacionais da Unifesp.

“A questão Essequibo mobiliza o sentimento nacionalista venezuelano. Essa é uma das poucas pautas que une as linhas ideológicas locais, pois há um sentimento de injustiça pelo território que ficou com a Guiana. Ao mesmo tempo, Maduro quer desviar a atenção dos problemas econômicos em meio às primárias da oposição”, fala Carolina.

Contexto histórico da disputa

A professora recorda que a região de Essequibo foi disputada pelos impérios espanhol e britânico na época da colonização da América Latina. Com a independência da Venezuela, em 1810, a fronteira leste daquele país ficou em aberto.

Em 1814, o Reino Unido comprou a Guiana da Holanda e, 26 anos depois, definiu a fronteira à oeste, com a Venezuela, por meio do traçado Schomburgk — esta marcação acrescentou 80 mil quilômetros ao território da Guiana.

A Venezuela se opôs a decisão e rompeu relações com Londres e solicitou intermédio dos Estados Unidos para arbitrar a situação. Esse é tido como o momento de maior aproximação entre os dois países na história. Com a prática da Doutrina Monroe (“América para os americanos”), a Venezuela esperava um apoio na questão.

O suporte americano veio, porém outras preocupações, como a partilha da África pelos europeus e a política interna nos EUA, fizeram com que o embate fosse resolvido somente no final do século 19.

Em 1895, o Congresso Americano aprovou a criação de uma comissão com o objetivo de investigar os limites entre Guiana e Venezuela. Um julgamento nos EUA acabou por decidir em prol do Reino



Unido e o reconheceu como dono da região de Essequibo, reafirmando a linha de Schomburgk, em 1899. O resultado é conhecido como Laudo Arbitral de 3 de outubro de 1899.

Em 1950, a Venezuela disse que o jurista russo Frederik de Martens favoreceu os britânicos na decisão e reivindicou o território na Organização da Nações Unidas (ONU) em 1962. Nesse ano é assinado o Acordo de Genebra que dava quatro anos para encerrar o debate, porém a região continua controlada pela Guiana e reivindicada pela Venezuela.

Um levante de guianenses lutou pela independência da região sul de Essequibo em 1969, conhecido como Rebelião Rupununi. Sob a justificativa de se livrar de ordens opressoras por parte do governo da Guiana a população local pediu apoio ao governo venezuelano da época.

Caracas preferiu se afastar do conflito, o que não impediu da Guiana apontar a influência do vizinho na disputa interna. A revolta foi derrotada por forças da Guiana em três dias.

Relações praticamente inexistentes

Por conta do interesse mútuo em Essequibo, a relação entre Guiana e Venezuela é "sóbria" diplomaticamente e "inexistente" no campo comercial, diz o pesquisador Leonardo Paz.

Já a relação da Guiana com os Estados Unidos é próxima até hoje. Os EUA são o principal parceiro econômico da Guiana. Washington foi destino de US\$ 2,818 bilhões em produtos guianenses em 2022, de acordo com o órgão estatístico americano.

Já a relação entre Estados Unidos e Venezuela tem se deteriorado desde a chegada do ex-presidente Hugo Chávez ao poder, muito embora o presidente Joe Biden tenha afrouxado num passado recente as sanções contra o país latino-americano.

De acordo com Paz, a questão territorial entre Venezuela e Guiana tem se arrastado por anos e o presidente Nicolás Maduro aproveita o momento de suspensão dos embargos econômicos dos EUA, costurados por meio da liberação das prévias da oposição e do respeito às eleições, para suscitar o debate no seu país.

"O Maduro tem que calcular se a aventura vai gerar uma reação internacional. Não será sem custo, como retorno das sanções ou outras medidas enérgicas por parte dos EUA. Caso Rússia e China se envolvam será com envio de suprimentos e armamentos", diz Paz.

O que dizem a Guiana e a Venezuela hoje

Irfaan Ali, presidente da Guiana, diz que busca saídas para a questão e cobra bom senso da Venezuela, de acordo com declarações dadas por ele em uma entrevista coletiva no último sábado.

"Penso que a sensatez vai prevalecer, penso que a paz desta região deve ser importante também para a Venezuela", afirmou. "Estamos nos assegurando de dar todos os passos necessários, tomar todas as medidas, para garantir que nossa integridade territorial e nossa soberania estejam protegidas".

Na última segunda, Maduro se pronunciou após uma votação teste para o plebiscito feita no último domingo.

"Você está violando o direito internacional... Irfaan Ali, você violou o Acordo de Genebra, e o único caminho que lhe resta é retornar às negociações no âmbito do Acordo de Genebra. Você não tem outro caminho", afirmou Maduro em uma entrevista coletiva.

O imbróglio entre os dois países está no principal órgão judicial das Nações Unidas, a Corte Internacional de Justiça, em Haia, nos Países Baixos. O Tribunal iniciará uma deliberação sobre a questão de Essequibo após solicitação da Guiana, de acordo comunicado a imprensa do último dia 15 de novembro.

O governo guianense pede que Caracas suspenda o plebiscito em dezembro e que futuramente o debate não seja levado à consulta popular.

Além disso, a Guiana quer que o governo de Maduro não questione a soberania da Guiana sobre qualquer meio, e que a Venezuela não agrave ou amplie o debate perante a Corte Internacional.

Em resposta, segundo o mesmo comunicado, a Venezuela pede que o Haia rejeite as solicitações da Guiana. Em votação anterior, de abril deste ano, a Corte Internacional de Justiça decidiu que pode julgar o mérito das reivindicações da Guiana.

***Sob supervisão de Diogo Max**

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/11/2023

EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS ALERTAM PARA IMPORTÂNCIA DA DESONERAÇÃO

Para presidente da Abicalçados, reoneração teria impacto de 10% no estoque de empregos

Por *Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta — De Brasília*



Antonio Neto: “Estamos falando de desemprego e do aumento da informalidade do mercado de trabalho. Confio na sensibilidade do presidente Lula” — Foto: Mathilde Missioneiro/Folhapress - 24/1/2022

importância da medida para o mercado de trabalho.

A um dia do fim do prazo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionar ou vetar o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia que mais empregam, representantes dos segmentos e sindicatos alertam para a

Segundo Haroldo Ferreira, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), o setor emprega, diretamente, mais de 300 mil pessoas no Brasil e uma possível reoneração impactaria na queda de 20% da produção de calçados e de mais de 10% no estoque de empregos em dois anos. “Somos um setor intensivo em mão de obra e 20% sobre a folha de salários é um custo muito alto”, disse.

A desoneração da folha permite às empresas dos segmentos afetados pagar uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Pela regra atual, esse sistema se encerra em dezembro deste ano. Mas o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei estendendo a desoneração até dezembro de 2027.

Entre os 17 setores que podem aderir a esse modelo estão as indústrias têxtil, de calçados, máquinas e equipamentos e proteína animal, construção civil, comunicação e transporte rodoviário. Juntos, esses segmentos empregam 9 milhões de trabalhadores.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem até esta quinta-feira (23) para analisar a proposta. Ele pode sancionar ou vetar a medida ou trechos do projeto. O Ministério da Fazenda recomendou veto integral, argumentando que o projeto seria inconstitucional, o que é contestado por especialistas. O Legislativo tem o poder de derrubar eventuais vetos, o que lideranças parlamentares já sinalizaram ser provável, caso Lula vete a proposta.

Presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy afirma que o custo da folha de pagamento das empresas dos 17 setores iria triplicar sem a desoneração. “Apenas em telecomunicações, a previsão é de que 400 mil trabalhadores perderiam seus empregos em até dois anos”, disse, ressaltando que o setor emprega muitos trabalhadores jovens, em primeiro emprego.

Ela alertou que o prejuízo financeiro não seria apenas para as empresas, mas também para o governo, pois aumentaria também os gastos com auxílio-desemprego e, eventualmente, com o programa Bolsa Família, caso as pessoas demorem a conseguir uma recolocação.

Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos do Brasil (CSB), diz que os impactos de eventual veto à desoneração da folha serão “drásticos na arrecadação”. “Estamos falando de desemprego e do aumento da informalidade do mercado de trabalho com a pejetização. Confio na sensibilidade do presidente Lula sabendo da importância de garantir estabilidade e previsibilidade para a manutenção dos postos de trabalho”, afirmou o presidente da CSB.

Suruagy também acredita que o presidente Lula vai sancionar desoneração dos setores. “O presidente sempre defendeu o emprego e, inclusive, se elegeu novamente no ano passado com essa pauta”, lembrou. “O projeto de lei teve uma aprovação folgada tanto pela Câmara quanto pelo Senado. Acredito que, pelo tamanho da adesão, um eventual veto seria derrubado pelos parlamentares. Isso não seria saudável para as relações entre governo e Congresso”, completou.

João Carlos Gonçalves Juruna, secretário geral da Força Sindical, diz que seria um erro político do governo vetar a desoneração da folha. “O governo prometeu em campanha a garantia do emprego. A desoneração da folha já vem desde 2011 garantindo emprego, produção e estabilidade para os trabalhadores e para as empresas.”

Leonardo Roesler, advogado tributarista e sócio da RMS Advogados, avalia que a medida é benéfica para a economia. “Temos na desoneração uma ferramenta fiscal essencial não só para o equilíbrio financeiro das empresas, mas também para a manutenção da competitividade e da geração de empregos”, avaliou.

Fonte: Valor Econômico - SP

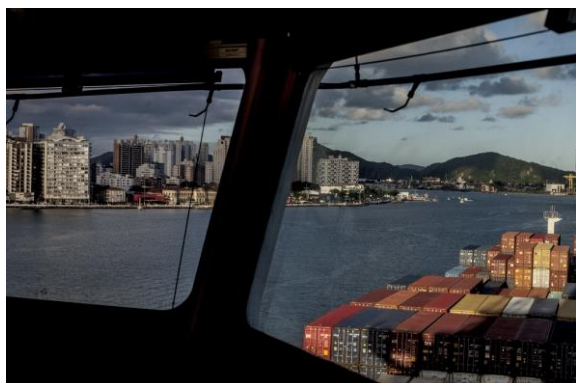
Data: 22/11/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PL APROVADO PERMITE ANTAQ EM COMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE PREÇO DA PRATICAGEM

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22/11/2023 - 16:42



ZP16/São Paulo - Foto: Gustavo Stephan (Divulgação Praticagem)

Texto que passou na Câmara dos Deputados e agora seguirá para o Senado possibilita participação da agência em grupo formado pela Marinha para emitir parecer consultivo em casos de abusividade ou defasagem de preços na cobrança do serviço

A Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (21), o projeto de lei 757/2022 que permite a participação da Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq) em uma comissão temporária a ser formada pela Marinha para emitir parecer consultivo sobre o preço da praticagem. O texto aprovado em plenário menciona que o valor do

serviço é livremente negociado entre armadores e praticagem. O PL prevê que, mediante provocação das partes, a autoridade marítima poderá fixá-lo – em caráter extraordinário, excepcional e temporário –, comprovado abuso de poder econômico ou defasagem de preço.

O relator, deputado Coronel Meira (PL-PE), apresentou seu parecer sobre o PL 1.565/2019, que tinha pensado os PLs 4.392/2020, 757/2022 e 1.118/2023. O parlamentar decidiu ser mais adequado seguir, na forma de um substitutivo, com o PL 757/2022, de autoria do poder executivo, apresentado na gestão passada. O projeto altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997) e a Lei 10.233/2001, que criou a agência reguladora. Após as modificações na Câmara, seguirá agora para apreciação do Senado.

O projeto também insere, na Lei 9.537/1997, a escala de rodízio única de atendimento aos armadores. O instrumento está presente nas Normas da Autoridade Marítima (Normam) para o serviço de praticagem, porém, sem status legal. A escala é estabelecida pela Marinha a fim de garantir a disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do prático e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação. Na visão da praticagem, essa escala dá autonomia para o prático tomar a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. Da mesma forma, a categoria alega que o prático não escolhe o armador a que vai atender, impedindo qualquer regime de preferência.

O PL prevê a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta (AB), exceto as previstas em regulamento da autoridade marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira, como é o caso dos comboios de balsas. O texto também estabelece que a Marinha poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até 100 metros de comprimento, com pelo menos dois terços da tripulação brasileira.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023

PARLAMENTARES VISITAM ESTALEIROS E DEBATEM RETOMADA DA INDÚSTRIA COM UNIVERSIDADES NO RJ

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 21/11/2023 - 20:53



Foto Evelyn Lee (Divulgação)

Comitiva organizada pela frente em defesa da indústria naval esteve no Mauá e no Renave, com representantes da indústria e lideranças políticas e sindicais, na última sexta-feira (17). Previsão é que grupo conclua relatório com diagnóstico setorial até o final do ano

Uma comitiva liderada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval Brasileira visitou dois tradicionais estaleiros do Rio de Janeiro, na última sexta-feira (17). O grupo, integrado por parlamentares e representantes da indústria, estiveram no Mauá e no Renave, especializado em reparos. A Frente pretende construir um relatório, até o final do ano, que aponte para a retomada dos empregos de qualidade e para o aperfeiçoamento da legislação a fim de superar os gargalos e impulsionar a indústria naval.

“Estas incursões pelos estaleiros brasileiros têm sido fundamentais para acumular conhecimento e reunir propostas dos trabalhadores e da indústria para ajudar no caminho do crescimento e do fortalecimento desse segmento da economia tão importante para o país”, disse o presidente da frente, o deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS). Ele acrescentou que a visita teve intenção de

aprofundar o diálogo com universidades e demais instituições envolvidas na retomada do setor naval no país.

O deputado declarou que as visitas aos principais estaleiros do Brasil são voltadas para conhecer de perto as estruturas e os potenciais das unidades de construção naval. Ele lembrou que o setor naval já empregou mais de 80 mil pessoas diretamente e gerou mais de 400 mil vagas indiretas no final de 2014, conforme dados do Sinaval. “Aqui vimos estaleiros com capacidade instalada, mas gerando emprego e renda muito aquém daquilo do que poderiam. Estamos numa caminhada importante pela retomada da indústria naval, setor estratégico para o Brasil, e a nossa Frente Parlamentar está fazendo a sua parte”, disse Lindenmeyer.

A visita técnica teve a participação de representantes da Petrobras, Transpetro, Sinaval (estaleiros), Conttmaf (marítimos), Abac (armadores de cabotagem), Abimaq (fornecedores), Emgepron [Empresa Gerencial de Projetos Navais], IBP (operadoras de petróleo e gás), além de lideranças sindicais nacionais e da região. Também estiveram presentes representantes da Secretaria de Energia e Economia do Mar (Seenemar/RJ) e políticos que acompanham temas relacionados à indústria naval.

Após as visitas, os integrantes da Frente reuniram-se com reitores da Universidade Federal Fluminense (UFF), Antônio Cláudio da Nóbrega, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Cláudia Gonçalves, e da Universidade Federal Rural (UFRRJ), Roberto Souza, e promoveram uma reunião pública, na UFF, para dialogar sobre as perspectivas de retomada da indústria naval no Brasil.

Lindenmeyer defendeu que o fortalecimento da indústria naval brasileira deve estar no centro de uma política de reindustrialização do país. Ele destacou que a retomada dos investimentos das indústrias naval, offshore e de navieças a partir dos anos 2000, trouxe impactos importantes sobre a economia brasileira, como forte geração de emprego e renda, além do desenvolvimento de uma rede de fornecedores nacionais de insumos, peças e componentes. O presidente da Frente também chamou a atenção para as oportunidades de expansão, atraindo inovação e novas tecnologias em produtos e processos, acompanhando a expansão do segmento de produção de plataformas offshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/11/2023

ANTAQ DESCARTA METODOLOGIA PRÉ-DEFINIDA PARA ABUSIVIDADE NO ESCANEAMENTO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 21/11/2023 - 20:07



Arquivo/Divulgação

Diretoria colegiada decidiu que não é necessário criar metodologia específica para apuração de denúncias de preços cobrados na inspeção não invasiva de contêineres

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu, na última quinta-feira (16), que não é imprescindível a existência de uma metodologia pré-definida e aprovada para a apuração da abusividade de preços dos serviços portuários, inclusive no

escaneamento de contêineres. A diretoria colegiada entendeu que, na ausência de um roteiro padronizado, a setorial técnica encarregada deve analisar as denúncias ou reclamações. Em seu voto, o diretor-relator do processo, Wilson Lima Filho, manifestou que a Antaq não considera essencial a existência de metodologia pré-definida para apuração de abusividade de preços, mantendo sua capacidade regulatória de repressão a condutas anticoncorrenciais.

O relator salientou que a prática de inspeção não invasiva de contêineres é fundamentada nos normativos da Antaq e é considerada legítima. Ele acrescentou que a cobrança pela inspeção tem natureza ressarcitória e remuneratória, cobrindo custos incrementais das operações portuárias. Lima Filho considerou que, embora haja potencial para abuso de posição dominante, a agência reguladora possui mecanismos suficientes para monitorar e coibir cobranças abusivas.

O diretor lembrou que a Antaq já definiu sua posição junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Apesar da ausência de metodologia padronizada, a Antaq trabalha no aprimoramento de métodos de regulação tarifária, incluindo uma proposta de roteiro de análise de reajustes e preços abusivos em instalações portuárias e a inclusão do tema da inspeção na agenda regulatória (2022-2024). Essas iniciativas não impedem análise contínua de condutas tarifárias pela agência”, pontuou durante a 555ª reunião ordinária da diretoria da Antaq.

O relator recomendou que, em caso de denúncias ou reclamações, a setorial responsável emita opiniões ou recomendações baseadas em técnicas avançadas, estudos da Antaq ou do Cade, assegurando transparência e objetividade no processo decisório. Além disso, o reclamante deve provar o prejuízo causado pela conduta abusiva. Lima Filho lembrou que os processos relacionados à matéria foram suspensos até decisão definitiva do colegiado da Antaq.

Em seu relatório, Lima Filho resgatou que, durante o processo analisado, a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) ressaltou a importância de regras transparentes para determinar a abusividade das taxas cobradas pelos terminais portuários. O assunto foi encaminhado à Superintendência de Regulação (SRG), que produziu uma nota técnica reconhecendo a legalidade da cobrança, mas alertando para potencial abuso de posição dominante.

A nota técnica mencionada sugeriu que a falta de metodologia pré-determinada não impede Antaq de regular e reprimir práticas anticoncorrenciais. “Enquanto não houver roteiro padronizado, a Antaq deve continuar suas análises e investigações utilizando técnicas avançadas e estudos prévios”, afirmou o diretor em seu relatório.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/11/2023

PETROBRAS INVESTE EM ROBÔS PARA AUTOMATIZAR INSPEÇÕES OFFSHORE

Da Redação OFFSHORE 21/11/2023 - 17:58



A solução robótica é a única com pernas articuladas e à prova de explosão

A Petrobras investirá US\$ 4 milhões na aquisição de robôs da ANYbotics, capazes de inspeções visuais autônomas. Os dados obtidos nas missões de inspeção do ANYmal X permitirão destacar equipes com maior eficiência e segurança nas rotinas de manutenção. A Petrobras receberá em 2024, seis unidades do ANYmal X, para testes e desenvolvimento em suas instalações.

“A Petrobras tem a expectativa de qualificar o ANYmal X para automatizar atividades rotineiras de inspeção, aprimorando a capacidade de monitoramento de ativos. Atualmente, o ANYmal X é a única solução robótica com patas articuladas e à prova de explosão no mundo; constituindo um marco para a inspeção em áreas consideradas de risco”, afirma o gerente setorial que lidera o Centro de Excelência em Robótica (COE) da Petrobras, Gustavo Levin.

A Petrobras faz parte do Early Adopters Program da suíça ANYbotics, no qual colaboram grandes conglomerados de Óleo e Gás, e Petroquímica, visando testar a efetividade e avaliar estratégias de implantação dos robôs autônomos.

“Além de desenvolver pesquisas próprias, a Petrobras também firma parcerias que visem o aprimoramento de inovações. Este é um círculo virtuoso, que produz conhecimento, impulsiona a indústria e beneficia a sociedade”, avalia a gerente executiva do Centro de pesquisas da Petrobras, Maiza Goulart.

ANYmal X

ANYmal X é equipado com câmera de alta resolução, imageamento a laser, sensor de gases, câmera térmica e microfone direcional de amplo espectro. Esses componentes permitem o mapeamento da instalação em imagens e nuvens de pontos 3D, bem como a verificação de anomalias: ruído de equipamentos; temperatura em painéis elétricos; detecção de vazamentos; conferência de posição de válvulas, leitura local de instrumentos, e a presença de itens obrigatórios de segurança da planta.

Após as inspeções, as imagens captadas são transmitidas por comunicação sem fio (WiFi ou 4G LTE) para bases de dados, podendo futuramente ser verificadas automaticamente por inteligência artificial. Isto reduzirá o trabalho repetitivo, permitindo às equipes máximo foco nas intervenções onde realmente necessárias, seja em refinaria ou plataforma de exploração.

ANYmal X é capaz de realizar suas missões de forma autônoma ou telecomandada, podendo ser designado para adentrar áreas de maior periculosidade ou sinistros. Eventualmente poderá ser utilizado para guiar contingentes para áreas seguras em condições adversas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/11/2023

APOIADO PELA FINEP, BARCO VOADOR PROMETE REVOLUCIONAR TRANSPORTE NA FLORESTA AMAZÔNICA

Da Redação NAVEGAÇÃO 21/11/2023 - 17:58



"Volitan" é o nome do veículo capaz de voar sobre os rios e chegar ao destino em um terço do tempo das lanchas mais velozes no mercado. Parece coisa de ficção científica, mas é de verdade.

Esse é o produto da startup Aeroriver (incubada no ITA), criada em 2021, que chega com o objetivo de revolucionar o transporte de cargas e pessoas na Amazônia, aliando sustentabilidade e inovação. O projeto foi classificado no edital Subvenção Econômica à Inovação – 03/2022 Bioeconomia e Transformação Digital da Amazônia da Finep.

O barco voador de 18 metros de comprimento poderá percorrer uma distância de até 450 quilômetros sem reabastecer, operando a uma altura de cinco a 10 metros da água e velocidade de 150 km/h. Além disso, o veículo emite menos CO₂ do que embarcações e aeronaves tradicionais.

“Nosso objetivo maior é resolver problemas logísticos na região amazônica”, diz o engenheiro aeronáutico e um dos sócios da startup Lucas Guimarães.

O empresário destaca que o "Volitan" será o primeiro veículo de efeito solo adaptado para o território amazônico e terá capacidade para transportar 10 passageiros ou uma tonelada de carga.

Atualmente, passa por ensaios de voo com um protótipo em escala 1:6. O objetivo é entender a dinâmica do veículo e se será necessário realizar alguma mudança em sua geometria para otimizar a performance de voo.

“Em paralelo, estamos em fase avançada do protótipo em escala real, que estará pronto para testes e certificação no fim de 2024. Pretendemos iniciar a comercialização em 2025”, finaliza Lucas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/11/2023

OCYAN ADQUIRE PARTICIPAÇÃO NA VIDYA TECHNOLOGY, STARTUP BRASILEIRA ESPECIALIZADA EM INTEGRIDADE DE ATIVO

Da Redação OFFSHORE 21/11/2023 - 17:58



Rodrigo Lemos: "Estamos empolgados com esta nova etapa" - foto Bruno de Lima/Divulgação Ocyan

A Ocyan, empresa de óleo e gás, firmou acordo de investimento com participação na Vidya Technology, startup especializada em integridade de ativos. Essa é a primeira vez que a Ocyan investe em uma startup na forma de venture capital.

A Ocyan passa a ter participação acionária minoritária na startup, que, por sua vez, também poderá utilizar os ativos e conhecimentos técnicos da companhia para

execução de novos projetos inovadores.

A relação da Ocyan com a Vidya nasceu por meio do programa de conexão com startups da empresa, o Ocyan Waves Challenge, lançado em 2019, com a proposta de buscar startups que apresentassem soluções aos desafios identificados como prioritários pela companhia. Através da segunda edição do programa, em 2020, Vidya e Ocyan executaram dois projetos pilotos conjuntamente: o primeiro escopo consistia na construção de um Digital Twin para BOP (Blowout Preventer - Preventivo de Explosão) e o outro na otimização da gestão de integridade e de corrosão de FPSOs.

A solução aplicada em ambos os projetos foi a plataforma de software da Vidya, que combina modelos 3D, captura de realidade, capacidades de visualização, processamento de dados, simulações e inteligência artificial, para ingerir e contextualizar dados, resolvendo desafios de performance de ativos industriais. Assim, reduz-se o tempo de intervenção de equipamentos e a necessidade de pessoas em campo, enquanto aumenta a eficiência e segurança de ativos.

A plataforma da Vidya tem capacidade de contextualizar visualmente dados operacionais e de captura de realidade em campo, processos de inspeção, manutenção e engenharia, reduzindo o tempo de intervenção dos equipamentos e, principalmente, reduzindo drasticamente a necessidade de pessoas a bordo (POB). A tecnologia adotada utiliza representação virtual 3D, mapas de calor, identifica e classifica anomalias autonomamente usando visão computacional, otimiza a gestão de alertas, além de se integrar ao ambiente tecnológico da operação industrial.

Para Rodrigo Lemos, vice-presidente de Novas Energias e Serviços da Ocyan, a participação da companhia é estratégica e deverá contribuir para o crescimento da startup, além da diversificação dos negócios da Ocyan. “Estamos empolgados com esta nova etapa de nossa parceria com a Vidya e as oportunidades que isso trará para ambas as empresas. Esse movimento demonstra nosso compromisso em impulsionar a inovação e melhorar nossas operações, gerando valor para nossos clientes e fortalecendo nossa posição na indústria de Petróleo e Gás e Energia”, afirma o executivo.

Segundo Otávio Correa, CEO da Vidya Technology, além do caráter estratégico para o crescimento da startup no mercado nacional e internacional, a parceria deverá potencializar a evolução de produtos, inteligência artificial e operações, que poderá gerar ainda mais ganhos para todos os clientes da Vidya. “A participação da Ocyan é uma oportunidade de crescimento e chega em momento muito oportuno, proporcionando maior suporte para a expansão de nossas operações para os Estados Unidos”, destaca.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/11/2023

BASE RIO, DA WILSON SONS, APOIARÁ A LOGÍSTICA OFFSHORE DA BP PARA O BLOCO DE PAU BRASIL

Da Redação OFFSHORE 29/11/-0001 - 20:53



A Wilson Sons obteve da BP contrato para a prestação de serviços de suporte logístico às atividades de exploração no bloco de Pau Brasil, por meio de uma de suas bases de apoio offshore, a Base Rio, localizada na Baía da Guanabara.

O contrato com a BP tem validade de um ano. A Wilson Sons possui dois terminais privados na Baía da Guanabara – Base Niterói e Base Rio –, totalizando oito berços de atracação. A companhia possui também expertise em operações remotas, tendo montado bases temporárias em diversos portos da costa brasileira.

“Com a melhora do cenário na indústria de óleo e gás offshore, estamos verificando novas campanhas de perfuração de nossos clientes. E nos preparamos para essa crescente demanda com investimentos em nossas infraestruturas portuárias. O novo contrato com a BP é um reconhecimento ao padrão de excelência da Wilson Sons em segurança e desempenho operacional”, disse Gilberto Cardarelli, diretor-executivo das Bases de Apoio Offshore da companhia.

A base de apoio que atenderá a operação da BP será, a Base Rio está localizada no bairro do Caju, na zona portuária do Rio de Janeiro. A unidade possui cinco berços de atracação, mais de 65 mil metros quadrados e tem localização geográfica estratégica para dar suporte aos campos no polígono do pré-sal.

A Wilson Sons já realizou atividades para a BP no Porto de Salvador, Bahia, em 2013, para a campanha no bloco BM-CAL-13.

Atualmente, as bases de apoio offshore, unidade de negócio da Wilson Sons, possuem contrato com a BP Marine por meio da NFX Combustíveis Marítimos (joint venture entre BP e Prumo Logística) para a gestão da Base Tecma, localizada no Porto do Açu, no Norte Fluminense, que dá suporte às operações de transferência e abastecimento de combustível para unidades offshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/11/2023

ANP DIVULGA SEQUÊNCIA DA LICITAÇÃO DO 4º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE CONCESSÃO

Da Redação OFFSHORE 29/11/-0001 - 20:53

A ANP publicou nesta terça-feira (21) o conteúdo da sessão pública do 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC), que será realizado em 13 de dezembro.

Inicialmente, será licitada a área com acumulações marginais de Japiim, localizada na Bacia do Amazonas, prosseguindo com os blocos exploratórios marítimos localizados nos 17 setores que receberam declarações de interesse nas Bacias de Pelotas, Potiguar e Santos, nessa ordem.

Em seguida, serão licitados os blocos exploratórios terrestres localizados nos 16 setores que receberam declarações de interesse nas Bacias de Potiguar, Paraná, Espírito Santo, Tucano, Amazonas, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, nessa ordem.

Ao todo, 21 empresas apresentaram declarações de interesse e garantias de oferta para os 33 setores que estarão em oferta na sessão pública do 4º Ciclo da OPC.

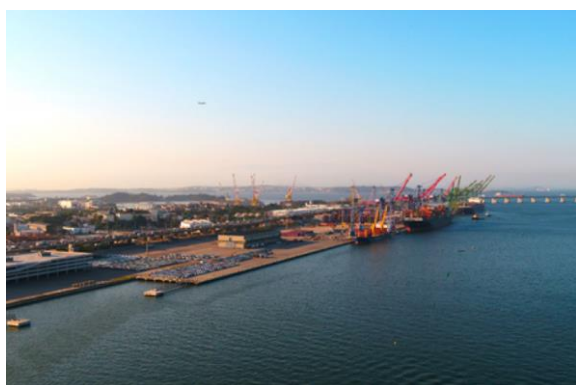
Há 87 empresas inscritas na OPC aptas a apresentar ofertas no dia 13 de dezembro de 2023. As empresas que não tenham apresentado declarações de interesse acompanhadas de garantias de oferta somente poderão apresentar ofertas consorciadas com empresas que tenham declarado interesse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/11/2023

ARTIGO - UM DOS MAIORES HUBS PORTUÁRIOS DO BRASIL ESTÁ NASCENDO NO RIO DE JANEIRO

Por Bruno Barbeito OPINIÃO 29/11/-0001 - 20:53



Muito além de seu potencial turístico e cultural, o Rio de Janeiro é um ponto geograficamente importante no mapa do Brasil, destacando-se como peça fundamental no atual cenário econômico do país, especialmente na cadeia logística e com peso considerável na balança comercial. Há uma maré de sortilégio inundando o estado fluminense, e se você conhece a história e a capacidade do Rio, não perderá a chance de surfar essa onda.

O Rio de Janeiro tem apresentado um crescimento econômico notável. Uma análise com base no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de dezembro de 2022 revelou que a economia do estado cresceu 5%, superando a média nacional de 2,9%. Esses números são apenas um dos muitos sinais de que o Rio de Janeiro está em ascensão, oferecendo oportunidades para investidores e empreendedores.

Em 2022, o estado também se mostrou a maior corrente de comércio desde o ano 2000, totalizando US\$ 70 bilhões, um aumento de 25% em relação ao ano anterior. Com um superávit recorde de US\$ 18,9 bilhões, demonstra muito bem sua capacidade competitiva no mercado global.

Outro ponto de destaque do Rio de Janeiro é o seu potencial logístico. Sua localização privilegiada e infraestrutura avançada viabiliza as operações e escoamento de mercadorias. O aumento das importações fluminenses, especialmente em setores como a indústria de equipamentos para transporte, destaca a diversificação da economia. Quanto às exportações, o petróleo e o gás natural representaram 77% do total, refletindo o papel estratégico do estado no setor energético, pauta indispensável para o futuro da economia. Inclusive, as importações de petróleo nos colocou na liderança nacional como o estado que mais exporta à China.

Após um esforço conjunto entre entidades do setor e órgãos governamentais, o governo do estado reconheceu a importância das atividades de importação e exportação para a economia e, como resposta, implantou o programa Riocomex, um sistema de benefício fiscal que tem o objetivo de estimular as operações de importação operadas por empresas baseadas no Rio de Janeiro, oferecendo incentivos fiscais que atraem investimentos e promovem o crescimento do setor. Esse era um pleito antigo da categoria para impulsionar as atividades e a economia no estado, alçando o Rio de Janeiro à expoente do segmento no Brasil.

O RioComex é de extrema importância para a economia fluminense, uma vez que uma das maiores forças do nosso estado está em sua movimentação portuária. Até junho de 2023, por exemplo, os quatro principais portos do estado (Rio, Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói) movimentaram R\$ 29,169 milhões em toneladas de carga, um aumento significativo frente aos R\$ 28,684 milhões de 2022. Isso demonstra a vitalidade do nosso setor de transporte marítimo. vale lembrar que o complexo portuário



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 192/2023
Página 77 de 77
Data: 22/11/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

do Açú, em construção em São João da Barra, na região norte fluminense, promete aumentar ainda mais essa capacidade de operação.

Diante de tantas notícias boas, investidores e empresários precisam estar atentos. Um dos maiores hubs portuários do país, e quem sabe da América do Sul, está surgindo em águas fluminenses, construído aos poucos pelas mãos daqueles que acreditam nesse estado e em suas potencialidades. O Rio de Janeiro está de volta à cena. Vem traçando uma trajetória de crescimento econômico notável, com destaque para o setor de logística e comércio exterior, bem como para a indústria de petróleo e gás.

Seu potencial para atrair investimentos e se tornar um polo econômico ainda mais influente no Brasil e no cenário global está mais do que provado. Com o apoio de investimentos públicos e privados e uma boa visão empreendedora, o Rio de Janeiro está pronto para ocupar seu lugar de destaque no cenário econômico brasileiro e internacional.

Bruno Barbeito é especialista em comércio exterior e diretor-presidente da Massy Internacional, primeira smart trading habilitada 100% ao RioComex

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/11/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 22/11/2023